



**APDL - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO
DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, S.A.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
EXERCÍCIO DE 2016**

Índice

Capítulo I.	RELATÓRIO DE GESTÃO	4
0.	Indicadores	5
1.	Introdução	6
2.	Atividade Portuária	8
3.	Recursos Humanos	21
4.	Apoio ao Negócio	27
5.	Investimento	38
6.	Análise económica e financeira	42
7.	Perspetivas futuras	54
8.	Outras informações legais	57
9.	Proposta de Aplicação de Resultados	58
Capítulo II.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	59
Capítulo III.	GRELHA DE VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO	134
Capítulo IV.	CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	141
Capítulo V.	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	163
Capítulo VI.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	165

Abreviaturas

Abreviatura	DESIGNAÇÃO
AICEP	AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL
APDL	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, S. A.
APVC	ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE VIANA DO CASTELO, S. A.
ATLANTIS	<i>ATLANTIC INTEROPERABLE SERVICES</i>
BdP	BANCO DE PORTUGAL
BEI	BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO
CEDIC	CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA DE CURTO PRAZO
CEF	<i>CONNECTING EUROPE FACILITY</i>
CGA	<i>CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES</i>
CIRC	CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS
CNC	COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA
CPC	CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO
CPLP	COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
DINW 2020	DOURO INLAND WATERWAY 2020
EBIT	<i>EARNINGS BEFORE INTEREST AND TAXES</i> - RESULTADOS ANTES DE JUROS E IMPOSTOS
EBITDA	<i>EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION</i> – RESULTADO ANTES DE JUROS, IMPOSTOS, AMORTIZAÇÕES E DEPRECIACÕES
e-Impact	<i>E-FREIGHT IMPLEMENTATION ACTION</i>
GT	ARQUEAÇÃO BRUTA (GROSS TONNAGE)
IGCP	AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA
IHT	ISENÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO
IP	INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S. A.
LSW	<i>LOGISTIC SINGLE WINDOW</i>
MAR	MODELO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS
MIE	MECANISMO INTERLIGAR EUROPA
MIE-T	MECANISMO INTERLIGAR EUROPA - TRANSPORTES
PAO	PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO
PLPL	PLATAFORMA LOGÍSTICA DO PORTO DE LEIXÕES
PVC	PORTO DE VIANA DO CASTELO
SGQ	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE
SNCP	SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS
TCGL	TERMINAL DE CARGA GERAL E GRANÉIS DE LEIXÕES, SA
TCL	TERMINAL DE CONTENTORES DE LEIXÕES, SA
TCN	TERMINAL DE CONTENTORES NORTE
TCS	TERMINAL DE CONTENTORES SUL
TEU	<i>TWENTY-FOOT EQUIVALENT UNIT</i>
SST	SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO
VCP	VIA DE CINTURA PORTUÁRIA
VND	VIA NAVEGÁVEL DO DOURO
VTS	<i>VESSEL TRAFFIC SERVICES</i>
West Sea	WEST SEA – ESTALEIROS NAVAIS, LDA.



Relatório de Gestão e Demonstrações financeiras – Exercício de 2016

Capítulo I. RELATÓRIO DE GESTÃO

0. Indicadores

	Unidade	2016	2015	2014
Tráfego Portuário				
Porto de Leixões				
Escalas de Navios	n.º	2 697	2 712	2 609
Total de Carga Movimentada	1000 ton	18 315	18 792	18 091
Movimento de Contentores	TEU	658 361	623 758	666 689
Porto de Viana do Castelo				
Escalas de Navios	n.º	210	198	182
Total de Carga Movimentada	1000 ton	391	432	457
Via Navegável do Douro (Portos Gaia, Sardoura e Varzea)				
Escalas de Navios	n.º	22	23	13
Total de Carga Movimentada	1000 ton	31 557	31 558	23 854
Passageiros				
Porto de Leixões	n.º	71 799	79 065	64 440
Via Navegável do Douro	n.º	946 728	721 242	615 361
Negócios				
Volume de Negócios	1000 euros	50 359	50 518	46 903
Porto de Leixões	1000 euros	47 254	47 198	46 903
Porto de Viana do Castelo	1000 euros	2 100	2 643	-
Via Navegável do Douro	1000 euros	1 005	677	-
Pessoal				
Trabalhadores a 31 de dezembro de 2016 (1)	n.º	258	256	200
Trabalhadores do Serviço de Reboque no Porto de Leixões	n.º	35	32	35
Taxa de Absentismo	%	5,30	3,37	2,39
Investimento				
Capital Investido	1000 euros	17 461	13 678	29 369
Fundos Próprios + Banco Europeu de Investimento	1000 euros	12 739	9 481	25 848
Outros Fundos	1000 euros	4 722	3 787	3 521
Resultados				
EBITDA	1000 euros	30 352	34 377	30 951
Resultados Operacionais	1000 euros	6 670	13 989	14 330
Resultados Líquidos	1000 euros	8 924	10 081	11 837
Margem EBITDA (2)	%	60,3	68,0	66,0
Estrutura Financeira				
Autonomia Financeira (3)	-	0,76	0,78	0,78
Rentabilidade dos Capitais Próprios (4)	%	2,4	3,0	3,5

(1) Inclui os trabalhadores afetos ao serviço de reboque no Porto de Leixões

(2) EBITDA / Volume de Negócios

(3) Cap. Próprio / Ativo Total

(4) Resultados Líquidos / Capitais Próprios

1. Introdução

O ano de 2016 ficou marcado pela consolidação dos processos de integração do Porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro na APDL, que ocorreram em 2015 e que obrigaram a um significativo esforço de ajustamento da organização a uma nova realidade mais ampla e complexa.

Do ponto de vista da atividade, o movimento de mercadorias no sistema portuário gerido pela APDL alcançou 18,7 milhões de toneladas em 2016, dos quais 18,3 milhões de toneladas correspondem ao Porto de Leixões, representando em termos globais uma quebra de 2,5% relativamente ao ano anterior. Esta variação negativa foi influenciada essencialmente pela diminuição ocorrida nos granéis líquidos, associada à paragem para manutenção do Terminal Oceânico de Leixões (monobóia), dado que existiu um crescimento na maior parte dos segmentos de mercado, nomeadamente na carga Ro-Ro representando um aumento de 22,5%, na carga contentorizada que contabilizou um crescimento de 6,6% e na carga geral fracionada que cresceu de 4,5%.

Em 2016, destacou-se o impulso da atividade gerada por alguns serviços de transporte marítimo de curta distância, designadamente pelo serviço entre Leixões e Roterdão operado pela CLdN Cobelfret, que aumentou a sua frequência para três escalas semanais, permitindo um movimento de carga Ro-Ro no Porto de Leixões superior a 900 mil toneladas.

Também merecem destaque os processos de renegociação dos Contratos de Concessão do Direito de Exploração Comercial, em Regime de Serviço Público, estabelecidos com o TCGL e com TCL, encontrando-se o primeiro já fechado e o segundo em fase conclusiva, dele dependendo o arranque do investimento privado de Reconversão do Terminal de Contentores Sul do Porto de Leixões.

O Porto de Leixões ocupa o lugar cimeiro na carga ro-ro e na carga contentorizada de exportação e é o segundo maior porto no movimento global de carga no contexto dos portos nacionais.

Para além da aposta em novas áreas de negócio, nomeadamente o negócio dos cruzeiros, em afirmação crescente com a criação do Novo Terminal no Molhe Sul do Porto de Leixões, e a atividade logística, com a criação da Plataforma Logística do Porto de Leixões, a APDL assumiu os novos desafios decorrentes da gestão das duas novas unidades de negócio: o Porto de Viana do Castelo e a Via Navegável do Douro.

Para responder aos requisitos da nova realidade, em termos estratégicos e organizacionais, foi promovida a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da APDL e suas unidades de negócio, o qual contemplou uma ampla auscultação das partes interessadas, desde colaboradores, operadores e clientes a diferentes atores públicos e privados associados ao setor do transporte, encontrando-se em fase conclusiva.

No Edifício do Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões, distinguido através de atribuição de vários prémios a nível internacional, já se encontra em operação o Centro de Ciência e Tecnologias do Mar da Universidade do Porto, através do CIIMAR – Centro Interdisciplinar de Investigação Marítima e Ambiental.

A Plataforma Logística do Porto Leixões, que implicou um investimento acumulado até 2016 de cerca de 96 milhões de euros, apresenta um nível de comercialização de cerca de 50%, um nível de construção de quase 40% e um grau de ocupação superior a 20%.

A conectividade ferroviária está a ser estudada conjuntamente com a IP – Infraestruturas de Portugal, SA, cuja candidatura apresentada ao CEF dos estudos das acessibilidades rodoferroviárias ao Porto de Leixões foi aprovada em 2016, em consórcio com a APDL.

O Porto de Viana do Castelo, apesar de ter registado uma quebra no movimento de mercadorias em 2016, com um valor inferior a 400 mil toneladas, apresentou um acréscimo de 17% do número de navios que escalaram o porto para reparação na West-Sea Estaleiros Navais, Lda., tendo-se também promovido durante este ano:

- A atribuição da concessão do uso privativo da Doca Seca “Engo. Duarte Pacheco”;
- O arranque dos estudos necessários à melhoria da acessibilidade marítima ao porto industrial;
- A revisão do projeto de execução da acessibilidade rodoviária ao porto comercial.

Na Via Navegável do Douro foi efetuado um significativo esforço de investimento no desenvolvimento do projeto DIW 2020, o qual tem sido promovido com o apoio do Programa comunitário CEF.

Em 2016, no âmbito da dotação Coesão, foram aprovadas duas novas candidaturas:

- *DIW – Safer and Sustainable Accessibility*, no valor de 10,1 milhões de euros, para a melhoria das condições de segurança no estuário do rio Douro, incluindo os projetos piloto a implementar no Cais de Leverinho e no Pólo Fluvial do Freixo;
- *DIW – River Information Service*, para implementação de um sistema de gestão de tráfego e de apoio à navegação na Via Navegável do Douro, no valor de 2,7 milhões de euros.

As condições de segurança na Via Navegável do Douro estão a ser melhoradas sendo de destacar a produção da cartografia oficial e a instalação de marégrafos, a elaboração do plano de emergência, a implementação do centro de controlo e do balcão virtual.

Na VND o turismo fluvial atingiu novos máximos históricos em 2016, com um movimento de 947 mil passageiros, o que representa um crescimento de 31% relativamente ao ano anterior.

O desempenho económico e financeiro da APDL continua a manter uma boa performance, com um EBITDA de 30,4 milhões de euros e um Resultado Líquido próximo de 9 milhões de euros, apesar das unidades de negócio Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro ainda se apresentarem deficitárias.

2. Atividade Portuária

2.1. Enquadramento

No ano 2016, a economia nacional manteve a sua trajetória de recuperação da atividade, sendo, no entanto, o crescimento registado insuficiente para promover uma convergência real face à zona euro, devido à persistência de alguns estrangimentos estruturais, tais como os elevados níveis de endividamento ou a evolução demográfica desfavorável.

Segundo as projeções do Boletim Económico de Dezembro de 2016 do Banco de Portugal (BdP) o Produto Interno Bruto deverá registar um crescimento de 1,2%, beneficiando do incremento do Consumo Privado (+2,1%), das Exportações (+3,7%) e, em menor escala, do Consumo Público (+1,0%). A moderar um maior crescimento do produto encontra-se a Formação Bruta de Capital Fixo que diminuiu 1,7%.

A Balança Comercial deverá apresentar um comportamento ligeiramente positivo com as Exportações a crescerem 3,7% e as Importações a aumentarem 3,5%. Esta desaceleração das exportações, após um crescimento de 6,1% em 2015, fica a dever-se quer ao abrandamento da procura externa, quer a fatores conjunturais, como a redução da produção dos setores automóvel e energético ou o comportamento do mercado angolano, devendo a situação registar uma inversão no ano de 2017 e seguintes com o retorno a um crescimento mais dinâmico.

A taxa de inflação, deverá registar um aumento de 0,8%, beneficiando de uma ligeira aceleração dos preços dos serviços, com destaque para o setor do turismo, e de uma menor queda dos preços dos bens industriais energéticos e não energéticos.

Neste contexto macroeconómico o Porto de Leixões voltou a registar um movimento superior a 18 milhões de toneladas, embora com um ligeiro recuo de 2,5% face ao ano anterior em função de um desempenho negativo dos segmentos de granéis líquidos e sólidos. Os restantes segmentos de carga apresentaram uma performance positiva face a 2015, destacando-se o Ro-Ro (+22,5%) e a Carga Contentorizada (+6,6%).

O tráfego de mercadorias no Porto de Viana do Castelo, atingiu 391 mil toneladas em 2016, denotando uma diminuição do nível de movimentação de 9,4% face ao ano anterior, em virtude do comportamento negativo registado pelos Granéis Sólidos e pela Carga Geral Fracionada.

Na Via Navegável do Douro movimentaram-se cerca de 32 mil toneladas, aproximadamente o mesmo volume de carga observado em 2015.

2.2. Tráfego Marítimo - portos de Leixões e Viana do Castelo

Por razões de arredondamento os totais dos quadros seguintes podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.

MOVIMENTO DE NAVIOS

Em 2016 o número de navios que escalaram o Porto de Leixões ascendeu a 2 697, representando um decréscimo de 0,6% em relação ao ano anterior. Na arqueação bruta (GT) o decréscimo foi de 6,7%.

O Porto de Viana do Castelo foi escalado por 210 navios que totalizaram 814 mil toneladas GT. Em número de navios registou-se um aumento de 6,1%, tendo a GT sofrido uma diminuição de 11,8%.

O movimento consolidado dos portos de Leixões e de Viana do Castelo foi de 2 907 navios e 33,6 milhões de toneladas GT, que correspondem a evoluções de -0,1% e -6,8%, respetivamente.

NAVIOS ENTRADOS E ARQUEAÇÃO BRUTA

NAVIOS	2016		2015		VARIÇÃO	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
LEIXÕES	2 697	32 825	2 712	35 180	-0,6%	-6,7%
VIANA DO CASTELO	210	814	198	923	6,1%	-11,8%
TOTAL	2 907	33 639	2 910	36 104	-0,1%	-6,8%

O Porto de Leixões, apesar de ter registado uma pequena diminuição no número de escalas, manteve-se em 2016 como o primeiro porto nacional em número de navios.

MOVIMENTO GERAL E MERCADO PORTUÁRIO

A tendência de recordes sucessivos da carga movimentada no Porto de Leixões nos últimos anos foi interrompida em 2016, tendo o movimento total atingido 18,3 milhões de toneladas, o que traduz um decréscimo de cerca de 477 mil toneladas, face ao movimento do ano anterior. O resultado foi fundamentalmente condicionado pelo menor movimento de granéis líquidos que registaram uma quebra de 903 mil toneladas.

No Porto de Viana do Castelo o movimento de mercadorias totalizou 391 mil toneladas, menos 41 mil toneladas que em 2015 (-9,4%).

O movimento consolidado dos portos de Leixões e Viana do Castelo atingiu 18,7 milhões de toneladas, menos 518 mil toneladas que em 2015 (-2,7%).

COMÉRCIO EXTERNO DO PORTO DE LEIXÕES

	2016		2015		VARIÇÃO	
	1000 TON	%	1000 TON	%	1000 TON	%
IMPORTAÇÃO	7 902	43,1%	10 126	53,9%	-2 224	-22,0%
EXPORTAÇÃO	5 242	28,6%	5 316	28,3%	-74	-1,4%
COMÉRCIO EXTERNO	13 144	71,8%	15 442	82,2%	-2 298	-14,9%
MOVIMENTO NACIONAL	5 171	28,2%	3 349	17,8%	1 821	54,4%
TOTAL	18 315	100,0%	18 792	100,0%	-477	-2,5%

Em 2016 registou-se uma alteração significativa na relação dos tráfegos internacional e nacional devida à prolongada imobilização do Terminal Oceânico, que originou uma transferência de grande parte do petróleo bruto descarregado em Leixões fosse para Sines, em vez de chegar diretamente dos mercados internacionais.

O comércio externo no Porto de Leixões atingiu as 13,1 milhões de toneladas em 2016, significando um decréscimo de 14,9% relativamente a 2015. O movimento nacional teve um crescimento de 54,4%, face ao ano anterior. Estas evoluções são claramente marcadas pela descarga de 1,7 milhões de toneladas de petróleo bruto proveniente de Sines, em circunstâncias excecionais.

No Porto de Viana do Castelo, o peso do movimento correspondente ao comércio externo aumentou para 96,1%, sendo que a maior parte do movimento (82,0%) respeita a carga exportada, maioritariamente para países da União Europeia. O movimento com portos nacionais ficou restringido à descarga de pouco mais de 15 mil toneladas de cimento.

COMÉRCIO EXTERNO DO PORTO DE VIANA DO CASTELO

	2016		2015		VARIÇÃO	
	1000 TON	%	1000 TON	%	1000 TON	%
IMPORTAÇÃO	55	14,1%	83	19,3%	-28	-33,7%
EXPORTAÇÃO	321	82,0%	320	74,0%	1	0,5%
COMÉRCIO EXTERNO	376	96,1%	403	93,2%	-27	-6,6%
MOVIMENTO NACIONAL	15	3,9%	29	6,8%	-14	-48,5%
TOTAL	391	100,0%	432	100,0%	-41	-9,4%

Relativamente aos principais países de origem ou destino das mercadorias movimentadas em Leixões, os Países Baixos subiram ao primeiro lugar, enquanto Angola, que em 2015 havia assumido o primeiro lugar no ranking, caiu para a terceira posição com uma quebra de movimento superior a 1,7 milhões de toneladas (-58,4%).

MOVIMENTO DE MERCADORIAS NO PORTO DE LEIXÕES

ORIGEM E DESTINO DO TRÁFEGO PORTUÁRIO	2016		2015		VARIÇÃO	
	1000 TON	%	1000 TON	%	1000 TON	%
PAISES BAIXOS	2 792	15,2%	2 561	13,6%	230	9,0%
ESPAÑA	1 494	8,2%	1 491	7,9%	2	0,1%
ANGOLA	1 226	6,7%	2 948	15,7%	-1 721	-58,4%
EGIPTO	1 148	6,3%	1 046	5,6%	101	9,7%
REINO UNIDO	1 005	5,5%	950	5,1%	55	5,8%
BELGICA	502	2,7%	492	2,6%	9	1,9%
FRANCA	415	2,3%	461	2,5%	-46	-10,0%
URUGUAI	393	2,1%	368	2,0%	24	6,6%
BRASIL	372	2,0%	375	2,0%	-4	-1,0%
ARGELIA	370	2,0%	346	1,8%	24	7,1%
MARROCOS	347	1,9%	348	1,8%	-1	-0,2%
CHINA	230	1,3%	243	1,3%	-13	-5,3%
GIBRALTAR	219	1,2%	73	0,4%	146	199,0%
IRLANDA	170	0,9%	148	0,8%	23	15,2%
CABO VERDE	166	0,9%	155	0,8%	11	7,1%
OUTROS	2 295	12,5%	3 434	18,3%	-1 139	-33,2%
COMÉRCIO EXTERNO	13 144	71,8%	15 442	82,2%	-2 298	-14,9%
CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS	5 171	28,2%	3 349	17,8%	1 821	54,4%
TOTAL	18 315	100,0%	18 792	100,0%	-477	-2,5%

A evolução do tráfego de mercadorias com os portos de Angola registou em 2016 um desempenho negativo tanto nas exportações como nas importações. Nas exportações a quebra de movimento foi de 40,6% e nas importações de 62,5%, sendo que as importações foram fundamentalmente condicionadas pela alteração das origens do petróleo.

O movimento de mercadorias com origem ou destino nos Países Baixos totalizou 2,8 milhões de toneladas, crescendo 9,0% face ao ano anterior. A evolução do movimento foi positiva tanto à carga como à descarga, tendo registado um crescimento de 5,9% e 11,8%, respetivamente, em comparação com o ano anterior.

Destaque ainda para crescimento significativo nos movimentos com Egito, Reino Unido, Bélgica, Uruguai e Argélia, tendo Gibraltar registado um crescimento mais elevado (+199%). Em sentido contrário, além de Angola verificou-se uma evolução desfavorável nos movimentos com França e China.

O tráfego portuário entre Leixões e os restantes portos nacionais registou em 2016 um acréscimo de 54,4% face ao ano anterior. O movimento de carga para portos nacionais totalizou quase 2 milhões de toneladas, registando um pequeno decréscimo de 0,2% face ao ano 2015. O movimento de descarga de portos nacionais atingiu um total de 2,7 milhões de toneladas, mais 1,9 milhões de toneladas que no ano precedente (+130,8%), devido à transferência de Sines para Leixões de 1,7 milhões de toneladas de petróleo bruto. Sem este efeito, a evolução do movimento total com os portos nacionais teria tido um crescimento de apenas 3,4%.

No Porto de Viana do Castelo, os principais países de origem ou destino das mercadorias movimentadas foram a Alemanha, Países Baixos e a Itália. Os cinco principais países no movimento total são também os cinco principais na análise da carga exportada.

MOVIMENTO DE MERCADORIAS NO PORTO DE VIANA DO CASTELO

ORIGEM E DESTINO DO TRÁFEGO PORTUÁRIO	2016		2015		VARIÇÃO	
	1000 TON	%	1000 TON	%	1000 TON	%
ALEMANHA	120	30,5%	112	26,0%	7	6,4%
PAISES BAIXOS	89	22,8%	76	17,6%	13	17,2%
ITALIA	47	12,0%	64	14,8%	-17	-26,6%
MARROCOS	34	8,8%	4	0,9%	30	764,3%
ESPAÑA	25	6,4%	21	4,9%	4	18,2%
OUTROS	61	15,7%	125	29,0%	-64	-51,1%
COMÉRCIO EXTERNO	376	96,1%	403	93,2%	-27	-6,6%
CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS	15	3,9%	29	6,8%	-14	-48,5%
TOTAL	391	100,0%	432	100,0%	-41	-9,4%

ANÁLISE DO MOVIMENTO DE MERCADORIAS

Em 2016 interrompeu-se a tendência que se vinha registando nos últimos anos, de crescimento do movimento total de mercadorias no Porto de Leixões. O total de mercadorias movimentadas ficou cerca de 477 mil toneladas abaixo do máximo histórico atingido em 2015, tendo sido condicionado maioritariamente, pelo desempenho dos granéis líquidos.

O movimento de carga representou 39,3% do total de mercadorias movimentadas em 2016, ganhando 0,6 p.p. ao movimento de descarga, relativamente ao ano anterior.

O movimento total foi de 18,3 milhões de toneladas, significando um decréscimo de 2,5%, face a 2015. Os movimentos de carga e de descarga registaram variações de -1,1% e -3,5%, respetivamente, em comparação com 2015.

REPARTIÇÃO DO MOVIMENTO DE MERCADORIAS DO PORTO DE LEIXÕES POR SETORES OPERACIONAIS

SETORES	2016		2015		VARIÇÃO	
	1000 TON	%	1000 TON	%	1000 TON	%
CAIS COMERCIAIS	10 924	59,6%	10 498	55,9%	426	4,1%
CARGA GERAL FRACIONADA	1 198	6,5%	1 146	6,1%	52	4,5%
CARGA CONTENTORIZADA	6 384	34,9%	5 988	31,9%	395	6,6%
CARGA RO-RO	902	4,9%	736	3,9%	166	22,5%
GRANÉIS SÓLIDOS	2 381	13,0%	2 568	13,7%	-187	-7,3%
GRANÉIS LÍQUIDOS	60	0,3%	59	0,3%	0	0,2%
TERMINAIS PETROLEIRO E OCEÂNICO	7 390	40,4%	8 294	44,1%	-903	-10,9%
TOTAL	18 315	100,0%	18 792	100,0%	-477	-2,5%

Em relação ao movimento por setores operacionais, verificou-se um crescimento do tráfego nos Cais Comerciais e uma diminuição nos Terminais Petrolífero e Oceânico. Nos Cais Comerciais movimentaram-se mais 426 mil toneladas do que em 2015 (+4,1%), que não foi suficiente para compensar o decréscimo superior a 900 mil toneladas nos Terminais Petrolífero e Oceânico.

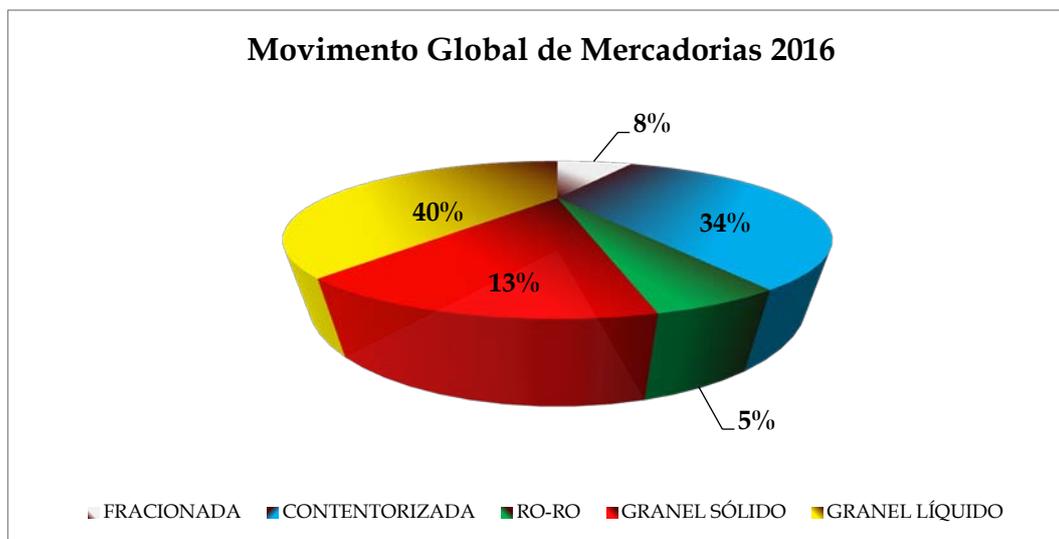
Todos os segmentos da Carga Geral registaram um crescimento, destacando-se a Carga Contentorizada com um acréscimo de 395 mil toneladas (+6,6%) e a Carga Ro-Ro com mais 166 mil toneladas (+22,5%). Por outro lado, os segmentos dos granéis registaram movimentos inferiores face ao ano precedente, tendo os Granéis Líquidos recuado 903 mil toneladas (-10,9%) e os Granéis Sólidos quebrado 187 mil toneladas (-7,3%).

Na análise da quota-parte de cada tipo de carga no movimento total de mercadorias verifica-se que, comparativamente com o ano anterior, a Carga Contentorizada melhorou o seu peso relativo (+3,0 p.p.), passando a representar cerca de 34,9% do movimento total. A Carga Fracionada posicionou-se nos 6,5% (+0,4 p.p.) e a Carga Ro-Ro, continuou a ganhar importância, atingindo 4,9% (+1,0 p.p.). Os Granéis Líquidos, que continuaram a ser a carga mais relevante, posicionaram-se em 40,7% (-3,8 p.p.). O peso dos Granéis Sólidos caiu para 13,0% (-0,7 p.p.).

No Porto de Viana do Castelo o total de mercadorias movimentadas em 2016 atingiu as 391 mil toneladas, significando uma redução de 9,4%, face ao total do ano anterior.

Na análise por segmentos de carga constata-se a grande importância da Carga Fracionada e dos Granéis Sólidos no Porto de Viana do Castelo, representando em conjunto 89,1% do movimento total.

O gráfico seguinte apresenta a repartição por tipos de carga do movimento de mercadorias consolidado dos portos de Leixões e de Viana do Castelo.



Carga Geral Fracionada

CARGA GERAL FRACIONADA NO PORTO DE LEIXÕES

UNID. 1000 TON.

MERCADORIAS	2016	2015	Δ % 2016/2015
FERRO/AÇO N. D.	797	779	2,3%
FERRO/AÇO (CHAPA, ARCO)	230	210	9,6%
PARALELEPÍPEDOS	48	52	-6,8%
MÁQUINAS, APARELHOS E S/PARTES	35	35	-1,4%
PEDRAS DE GRANITO	33	26	28,4%
PRODUTOS QUÍMICOS	29	30	-3,5%
MERCADORIAS DIVERSAS	25	14	80,0%
TOTAL	1 198	1 146	4,5%

Em 2016 o movimento de Carga Fracionada registou quase 1,2 milhões de toneladas no Porto de Leixões, traduzindo um crescimento 4,5% face ao ano anterior.

Este tipo de carga continua a manifestar uma elevada dependência do Ferro/ Aço n.d. e Ferro/Aço (Chapa, arco) que somam 85,8% do movimento total. O Ferro/ Aço n.d. voltou a ser a mercadoria mais movimentada do segmento, tendo registado um crescimento de 2,3%, enquanto o Ferro/Aço (Chapa, arco) cresceu 9,6% e foi a mercadoria que deu o maior contributo absoluto para o crescimento deste segmento de carga.

No Porto de Viana do Castelo movimentaram-se 249 mil toneladas de Carga Fracionada, o que revelou um decréscimo de 8,4%, face ao ano anterior. As principais mercadorias movimentadas foram Papel e Cartão, Madeira em Bruto, Máquinas, Aparelhos e s/Partes e Ferro/Aço (Chapa, Arco).

Carga Contentorizada

A Carga Contentorizada movimentada no Porto de Leixões registou um crescimento de 6,6% relativamente a 2015, correspondente a um acréscimo de 395 mil toneladas.

Destaque para as evoluções de Papel e Cartão (+7,3%), Matérias Plásticas (Bruto e Obra) (+12,4%), Fios, Tecidos e Artigos Têxteis (+8,2%), Produtos Químicos (+40,0%) e Vinho Comum (+31,4%). Com evolução negativa realce para o Ferro/ Aço n.d. (-6,7%), Bebidas n.d. (-19,1%), Madeira Prensada (-16,4%), e Borracha Natural e Sintética, em Bruto (-16,8%).

CARGA GERAL CONTENTORIZADA NO PORTO DE LEIXÕES

UNID. 1000 TON.

MERCADORIAS	2016	2015	Δ % 2016/2015
PAPEL E CARTÃO	447	417	7,3%
MATÉRIAS PLÁSTICAS (BRUTO E OBRA)	421	375	12,4%
FIOS, TECIDOS E ARTIG. TEXTEIS	302	279	8,2%
FERRO/AÇO N. D.	228	244	-6,7%
AZULEJOS, MOSAICOS, ETC	188	195	-3,6%
BEBIDAS, N.D.	177	219	-19,1%
MÁQUINAS, APARELHOS E S/PARTES	168	170	-1,3%
PRODUTOS QUÍMICOS	120	86	40,0%
FERRO/AÇO (CHAPA, ARCO)	101	91	11,7%
VINHO COMUM	90	68	31,4%
ALUMÍNIO, COBRE, CHUMBO, ZINC. OUT	80	76	4,6%
MADEIRA SERRADA	80	86	-7,8%
CORTIÇA (BRUTO, OBRA)	75	61	21,9%
MADEIRA Prensada	59	71	-16,4%
BORRACHA NATURAL E SINTÉTICA, EM BRUTO	51	62	-16,8%
MERCADORIAS DIVERSAS	2 536	2 303	10,1%
TARAS	1 261	1 186	6,3%
TOTAL	6 384	5 988	6,6%

Tráfego Roll-on/Roll-off

O tráfego Roll-on/Roll-off tem vindo a ganhar relevância no Porto de Leixões ao longo dos últimos anos. Em 2016 atingiu um movimento de 902 mil toneladas, que significou um acréscimo de 160 mil toneladas face ao ano anterior (+21,6%).

A generalidade das mercadorias movimentadas neste segmento registou uma evolução positiva, tendo as principais mercadorias apresentado taxas de crescimento de dois dígitos.

TRÁFEGO ROLL-ON/ ROLL-OFF NO PORTO DE LEIXÕES

UNID. 1000 TON.

MERCADORIAS	2016	2015	Δ % 2016/2015
MATÉRIAS PLÁSTICAS (BRUTO E OBRA)	111	94	18,6%
PRODUTOS QUÍMICOS	82	66	24,5%
FERRO/AÇO N. D.	66	46	45,0%
MÁQUINAS, APARELHOS E S/PARTES	36	20	82,9%
ALUMÍNIO, COBRE, CHUMBO, ZINC. OUT	22	16	32,8%
AUTOMÓVEIS	20	18	11,9%
MERCADORIAS DIVERSAS	445	368	21,0%
TARAS	121	115	4,5%
TOTAL	902	742	21,6%

Granéis Sólidos

O movimento de Granéis Sólidos no Porto de Leixões em 2016 sofreu um decréscimo de 187 mil toneladas face ao do ano anterior (-7,3%).

Entre as mercadorias mais movimentadas em granéis sólidos apenas o Trigo e o Açúcar registaram evoluções positivas de 3,5% e 1,8%, respetivamente. A Sucata e o Milho somaram uma quebra de 148 mil toneladas, com evoluções de -12,1% e -30,7%, respetivamente.

GRANÉIS SÓLIDOS NO PORTO DE LEIXÕES

UNID. 1000 TON.

MERCADORIAS	2016	2015	Δ % 2016/2015
ESTILHA	608	631	-3,7%
SUCATA	566	644	-12,1%
TRIGO	456	441	3,5%
PARALELEPÍPEDOS	182	194	-6,0%
AÇÚCAR	169	166	1,8%
MILHO	158	227	-30,7%
MERCADORIAS DIVERSAS	243	265	-8,5%
TOTAL	2 381	2 568	-7,3%

No Porto de Viana do Castelo os granéis sólidos movimentaram menos 31 mil toneladas que no ano anterior (-24,0%), tendo atingido cerca de 100 mil toneladas. O movimento de Adubos foi semelhante ao do ano anterior, embora o movimento de Cimento e de Estilha tenha sofrido uma quebra de 48,5% e 77,1%, respetivamente.

Granéis Líquidos

No ano 2016 o movimento de Granéis Líquidos no Porto de Leixões totalizou 7,4 milhões de toneladas, o que significou um decréscimo de 903 mil toneladas em comparação com o ano anterior (-10,8%). O desempenho deste tipo de carga foi condicionado pelo alargado período de indisponibilidade do Terminal Oceânico que se prolongou por mais de um semestre.

UNID. 1000 TON.

LOCAIS	2016	2015	Δ % 2016/2015
TERMINAIS PETROLEIRO E OCEÂNICO	7 390	8 294	-10,9%
CAIS COMERCIAIS	60	59	0,2%
TOTAL	7 450	8 353	-10,8%

Nos Cais Comerciais o movimento de 2016 foi semelhante ao do ano anterior, enquanto nos Terminais Petroléiro e Oceânico se registou uma quebra acentuada face a 2015 (-10,9%).

A indisponibilidade do Terminal Oceânico motivou a descarga de 2,3 milhões de toneladas de petróleo bruto no Posto A do Terminal Petroléiro, ou seja, 58,8% do total de petróleo em bruto movimentado. Em sentido inverso, a movimentação no Terminal Oceânico teve uma

redução de 2,8 milhões de toneladas (-63,2%), destacando-se as taxas de crescimento negativas registadas no Petróleo em Bruto e nos Produtos Refinados Diversos de -12,1% e -6,4%, respetivamente, somando uma quebra de 751 mil toneladas.

	2016		2015		Δ % 2016/2015
	1000 TON	%	1000 TON	%	
TERMINAL PETROLEIRO:					
POSTO A	3 803	51,5%	1 770	21,3%	114,9%
POSTO B	1 747	23,6%	1 861	22,4%	-6,1%
POSTO C	203	2,8%	220	2,7%	-7,6%
TOTAL T. PETROLEIRO	5 754	77,9%	3 851	46,4%	49,4%
TERMINAL OCEÂNICO	1 637	22,1%	4 443	53,6%	-63,2%
TOTAL	7 390	100,0%	8 294	100,0%	-10,9%

No Porto de Viana do Castelo movimentaram-se 42 mil toneladas de Granéis Líquidos, superior em 51,5% ao movimento de 2015, embora se tenha restringido ao movimento de carga de Alcatrão e Betume de Petróleo.

Movimento de contentores

Em 2016 movimentaram-se no Porto de Leixões 658 mil TEU, mais 35 mil TEU que no ano anterior (+5,5%). Em número de contentores o acréscimo foi de 14 mil relativamente a 2015 (+3,6%), atingindo um total de quase 400 mil contentores.

CONTENTORES	2016			2015			Δ % 2016/2015 (Nº)	Δ % 2016/2015 (TEU)
	N.º	TEU	% (Nº)	N.º	TEU	% (Nº)		
CHEIOS	305 644	509 293	76,5%	290 316	474 110	75,3%	5,3%	7,4%
VAZIOS	93 924	149 068	23,5%	95 339	149 648	24,7%	-1,5%	-0,4%
TOTAL	399 568	658 361	100,0%	385 655	623 758	100,0%	3,6%	5,5%

Em 2016 o número de contentores cheios registou uma evolução positiva de 5,3%, enquanto o número de contentores vazios teve um decréscimo de 1,5%. No rácio cheios/vazios voltou a verificar-se uma melhoria significativa, tendo evoluído de 3,0 para 3,3 em número e de 3,2 para 3,4 em TEU.

DIMENSÃO DOS CONTENTORES	2016		2015		Δ % 2016/2015
	N.º	%	N.º	%	
CONTENTORES DE 20'	146 852	36,8%	153 904	39,9%	-4,6%
CONTENTORES DE 40'	211 334	52,9%	194 600	50,5%	8,6%
CONTENTORES COM OUTRAS DIMENSÕES	41 382	10,4%	37 151	9,6%	11,4%
TOTAL	399 568	100,0%	385 655	100,0%	3,6%

Os contentores de 20 pés tiveram uma evolução negativa em comparação com o ano anterior (-4,6%), diminuindo o seu peso relativo para 36,8%, enquanto os contentores de 40 pés tiveram um forte crescimento (+8,6%), aumentando a sua representatividade para 52,9%. Os contentores de outras dimensões registaram um crescimento ainda superior (+11,4%), representando 10,4% do total de contentores movimentados.

O gráfico seguinte permite observar a repartição do movimento de contentores em TEU pelos diferentes terminais.

MOVIMENTO DE CONTENTORES POR CAIS/TERMINAL

O Terminal de Contentores Norte e o Terminal de Contentores Sul movimentaram em 2016 mais 19 207 e 15 467 TEU do que no ano anterior, ou seja, +14,5% e +3,6%, respetivamente. A soma do movimento do TCS e TCN representou 91,4% do tráfego total de contentores.

No conjunto dos cais convencionais foram movimentados 56 548 TEU, tendo a grande maioria sido movimentada no Terminal Multiusos.

Movimento de Passageiros

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS LEIXÕES	UNID. NÚMERO DE PASSAGEIROS		
	2016	2015	Δ % 2016/2015
DESEMBARQUE	128	590	-78,3%
EMBARQUE	217	473	-54,1%
TRÂNSITO	71 454	78 002	-8,4%
TOTAL	71 799	79 065	-9,2%
N.º DE NAVIOS	84	85	-1,2%

O movimento de passageiros em 2016 no Porto de Leixões atingiu 71 799 passageiros, representando um decréscimo de 9,2% em comparação com o ano anterior, que foi o melhor ano de sempre. Em 2016, escalaram Leixões 84 navios de passageiros, menos 1 navio do que no ano anterior. O Terminal de Cruzeiros de Leixões acolheu 40 navios e cerca de 56 mil passageiros enquanto a Estação de Passageiros de Leça da Palmeira acolheu 44 escalas e cerca de 16 mil passageiros.

O Porto de Viana do Castelo não teve qualquer escala de navios de passageiros em 2016.

Movimento de Pescado

UNID.: TON

PORTOS	2016	2015	Δ % 2016/2015
LEIXÕES	18 896	14 896	26,9%
AFURADA	5	9	-46,2%
VIANA DO CASTELO	1 569	1 592	-1,5%

Em 2016, a descarga de pescado no porto de pesca de Leixões totalizou 18 896 toneladas, mais 4 mil toneladas do que no ano anterior (+26,9%). Nos portos de pesca da Afurada e de Viana do Castelo o movimento de pescado foi inferior ao do ano anterior em 46,2% e 1,5%, respetivamente.

2.3. Tráfego Fluvial - Via Navegável do Douro

NAVIOS COMERCIAIS

NAVIOS	2016		2015		Δ % 2016/2015	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
DOURO	4	3	2	1	100,0%	137,2%
LOCAIS DOURO ACIMA	18	27	21	31	-14,3%	-12,2%
TOTAL	22	30	23	32	-4,3%	-6,5%

Em 2016 escalaram os portos do Douro 22 navios comerciais, menos 1 navio do que no ano anterior. No Cais de Gaia atracaram 4 navios, tendo os restantes escalado nos portos da Várzea (4) e da Sardoura (14).

MOVIMENTO DE MERCADORIAS NOS PORTOS DO DOURO

UNID.: TON

PORTOS	2016	2015	Δ % 2016/2015
PORTOS DO DOURO	31 557	31 558	-0,0%

Em 2016 o movimento de mercadorias nos portos da Várzea e da Sardoura totalizou 31 557 toneladas, praticamente a mesma quantidade do que no ano anterior. No porto da Várzea movimentara-se 7 409 toneladas e no da Sardoura 24 148 toneladas.

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NO TRÁFEGO FLUVIAL

UNID: NÚMERO DE PASSAGEIROS

TIPO DE NAVEGAÇÃO	2016	2015	Δ % 2016/2015
Marítimo-turística:			
Cruzeiros na mesma albufeira	647 300	460 935	40,4%
Cruzeiros de 1 dia	228 124	192 338	18,6%
Cruzeiros em Barco-Hotel	63 071	60 421	4,4%
Embarcações de Recreio	8 233	7 548	9,1%
Total	946 728	721 242	31,3%

O número de passageiros na VND registou um crescimento de 31,3% relativamente ao ano anterior, alcançando 947 mil passageiros, dos quais 938 mil foram passageiros em cruzeiros fluviais. Todas as categorias de cruzeiros apresentaram crescimentos, destacando-se o maior acréscimo registado nos cruzeiros na mesma albufeira e nos cruzeiros de 1 dia. Os passageiros de embarcações de recreio ultrapassaram os 8 mil.

3. Recursos Humanos

A política de gestão de recursos humanos da empresa teve como principal desafio em 2016 consolidar a integração efetuada durante o ano de 2015 do Porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro, numa ótica de redimensionamento das respetivas estruturas de pessoal e da necessária racionalização de processos e dos meios humanos disponíveis.

De facto, mais importante do que a integração de duas novas unidades de negócio, é a necessidade da sua reorganização e da reformulação da própria empresa, como um todo, que está em causa. Em matéria de gestão de pessoal mais do que somar pessoas e serviços era de relevante importância promover ganhos de racionalização e de simplificação de processos.

Este caminho foi iniciado já em vários setores operacionais e de suporte nas duas unidades de negócio e será concluído com a aprovação do Plano Estratégico da empresa para 2017-2027.

De acordo com a nossa Política de Sustentabilidade, assumimos o compromisso de *“Incentivar o desenvolvimento profissional e a realização pessoal de todos os trabalhadores da Empresa”* e *“Promover um relacionamento transparente com as partes interessadas”*, o que são vetores determinantes do nosso modelo de gestão das pessoas.

Nessa medida, e porque acreditamos que os nossos recursos humanos são um contributo decisivo para o sucesso da APDL, encorajamos cada pessoa a ter os seus próprios sonhos e a realizá-los, sejam de carácter profissional, pessoal ou familiar, o que implica, a par de um vasto programa de formação profissional, um permanente apelo e incentivo à autoformação de cada um dos nossos colaboradores.

O Centro de Formação da APDL, para além de uma vasta atividade formativa em prol de toda a Comunidade Portuária e, mais recentemente, dos nossos *stakeholders* da Via Navegável do Douro, tem desempenhado um papel determinante na permanente atualização técnica e profissional dos nossos colaboradores, o que se tem demonstrado essencial para termos permanentemente um quadro de pessoal ajustado às necessidades dos serviços.

Finalmente, pela sua especificidade, é de referir que a medida de política setorial tomada em Junho de 2016 no sentido de permitir valorizações remuneratórias dos trabalhadores das Administrações Portuárias, veio permitir concretizar um conjunto de iniciativas ao nível da gestão das pessoas que possibilitaram a otimização dos meios humanos disponíveis, com a sua afetação a novas tarefas e responsabilidades, condição absolutamente necessária num período em que foram introduzidas profundas alterações ao nível do redimensionamento da empresa.

Esta visão do modelo de gestão e o conjunto de iniciativas levadas a efeito são instrumentos fundamentais para consolidar uma política de transparência, proximidade e diálogo com todos os colaboradores, e suas estruturas sindicais, fortalecendo a cultura empresarial da APDL.

3.1. Quadro de Pessoal

Na sequência das políticas atrás referidas e das iniciativas de mobilidade interna e atribuição de novas responsabilidades e tarefas, foi possível promover a estabilidade do quadro de pessoal apesar dos crescentes desafios colocados.

QUADRO DE PESSOAL POR UNIDADE DE NEGÓCIO – 31 DE DEZEMBRO

	2016	2015	Δ %
Número de Ativos	258	256	0,78%
Leixões	207	205	0,98%
Viana do Castelo	37	37	0,00%
Via Navegável do Douro	14	14	0,00%

Nos quadros seguintes apresentam-se os dados agregados para as três unidades de negócio.

QUADRO DE PESSOAL – 31 DE DEZEMBRO

	2016	2015	Δ %
Efetivos	251	251	0,00%
H	169	169	
M	82	82	
Ativos	258	256	0,78%
H	175	173	
M	83	83	

Efetivo – Trabalhador com vínculo permanente à Empresa

Ativos – Totalidade dos recursos humanos disponíveis.

NÍVEIS DE HABILITAÇÕES

	2016	2015	Δ %
ENSINO BÁSICO	76	77	-1,30%
H	67	65	
M	9	12	
ENSINO SECUNDÁRIO	60	60	0,00%
H	28	29	
M	32	31	
ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO	11	10	10,00%
H	8	8	
M	3	2	
ENSINO SUPERIOR UNIVERSITÁRIO	111	109	1,83%
H	72	72	
M	39	37	

Na sequência da decisiva aposta no aumento de competências profissionais, quer pela via da contratação que pela via da valorização dos meios humanos internos, verifica-se que 47% das pessoas que constituem o nosso quadro de pessoal detêm uma habilitação ao nível do ensino superior.

ATIVOS POR ÁREAS OPERACIONAIS

As alterações verificadas ao longo de 2016 resultam, essencialmente, de medidas de reorganização dos serviços e mobilidade interna, daí resultando ganhos de eficiência operacional ao nível das três unidades de negócio.

	2016	2015	Δ %
OPERAÇÕES PORTUÁRIAS, SEGURANÇA E AMBIENTE	120	108	11,11%
H	103	94	
M	17	14	
OBRAS E INFRAESTRUTURAS	37	43	-13,95%
H	29	35	
M	8	8	
LOGÍSTICA E INFORMÁTICA	21	14	50,00%
H	14	10	
M	7	4	
COMERCIAL E GESTÃO DOMÍNIO PÚBLICO	21	20	5,00%
H	10	9	
M	11	11	
GESTÃO E SERVIÇOS DE APOIO	59	71	-16,90%
H	19	26	
M	40	45	
TOTAL	258	256	0,78%
H	175	174	
M	83	82	

REGIME DE TRABALHO

Os serviços operacionais da APDL garantem a plena operacionalidade dos portos de Leixões e Viana do Castelo, por forma a assegurar todo o movimento de navios e da carga em função das necessidades operacionais de todos os agentes económicos envolvidos.

Assume especial relevância pela sua natureza operacional específica o setor das Operações Marítimo – Portuárias e de Segurança da Navegação, que inclui o serviço de Pilotagem e do *Vessel Traffic Services* - “VTS”.

A plena operacionalidade dos serviços implica, face ao reduzido número de pessoal afeto àquelas funções, que todos os trabalhadores dos serviços marítimos e apoio à segurança e controlo da navegação estejam integrados em regimes de trabalho de turno e/ou IHT.

A consagração destes regimes de trabalho permite uma prestação de serviço contínua, minimizando o número de trabalhadores, ajustando-se os seus horários de trabalho às efetivas necessidades operacionais.

	2016	2015	Δ %
HORÁRIO NORMAL FIXO	78	81	-3,70%
HORÁRIO DE TURNO	17	15	13,33%
ISENÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO	163	160	1,88%

TAXA DE ABSENTISMO

O agravamento da taxa de absentismo resulta, exclusivamente, da verificação de algumas situações de doença prolongada e acidentes de serviço não incapacitantes definitivamente, que ocorreram durante o ano de 2016.

	2016	2015	Δ %
TAXA DE ABSENTISMO	5,30%	3,37%	57,27%

(Total horas ausência/potencial máximo trabalho*100)

3.2. Estrutura dos Gastos com o pessoal

	2016	2015	Δ %
APDL	13 472 780	12 465 233	8,08%
Porto de Leixões	11 300 381	10 331 968	9,37%
Porto de Viana do Castelo	1 733 534	1 695 097	2,27%
Via Navegável do Douro	438 865	438 168	0,16%

Unid.: euros

Por Despacho Conjunto de Suas Excelências a Ministra do Mar e o Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças, foi autorizada, com efeitos a 1 de julho de 2016, a possibilidade de se verificarem valorizações remuneratórias dos trabalhadores da empresa.

Estas valorizações ocorreram na sequência de medidas de progressão e reconversão profissional, que estivessem enquadrados nos requisitos legais previstos na Portaria nº 1098/99, de 21 de dezembro.

Estas medidas foram essenciais para uma melhor gestão dos recursos humanos, pois possibilitou a reafecção de pessoal a novas funções e responsabilidades e, por outro lado, contribuíram para um reforço de motivação e empenho face aos desafios que se depararam ao longo de 2016, designadamente com o projeto de integração do Porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro.

A variação positiva dos gastos com pessoal em 2016 resulta, essencialmente, do facto de se ter tomado um conjunto de medidas absolutamente necessárias e exigidas no cumprimento do disposto no Anexo IV à Portaria nº 1098/99, de 21 de dezembro.

Os gastos com o pessoal decompõem-se em dois segmentos – remunerações certas e permanentes e prestações sociais.

A necessidade de recurso a trabalho extraordinário para colmatar a falta de pessoal, essencialmente nos serviços operacionais de apoio ao navio, teve como consequência o agravamento de encargos nesta rubrica.

A Política de Responsabilidade Social da empresa no que concerne à proteção na doença e apoio à educação dos trabalhadores e aposentados, e seus filhos em idade escolar, sempre pautada pelo rigor e contenção dos gastos associados, tem-se demonstrado essencial para a captação e fidelização de quadros técnicos de reconhecida competência e a implementação de modelos de gestão de pessoal plenamente adequados às necessidades operacionais do Porto

de Leixões e elevados padrões de motivação e envolvimento nos desafios de sustentabilidade económica, social e ambiental que se colocam.

Unid: euros

		2016	2015	Δ %
REMUNERAÇÕES E ENCARGOS	(1)	12 957 015	12 014 630	7,84%
REMUNERAÇÕES DOS CORPOS SOCIAIS		412 685	378 809	8,94%
REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		7 322 933	6 664 832	9,87%
TRABALHO EXTRAORDINÁRIO		167 273	134 544	24,33%
SUBSÍDIO DE TURNO		474 985	453 573	4,72%
SUBSÍDIO IHT.		1 243 893	1 172 053	6,13%
OUTRAS REMUNERAÇÕES		589 527	594 955	-0,91%
PENSÕES		14 235	50 081	-71,58%
OUTROS CUSTOS COM PESSOAL		400 694	427 278	-6,22%
ENCARGOS S/ REMUNERAÇÕES		2 330 789	2 138 505	8,99%
APOIO NA DOENÇA	(2)	402 451	352 953	14,02%
DESPEZA NO EXERCÍCIO (ATIVOS)		208 377	179 716	15,95%
RESPONSABILIDADES FUTURAS		194 074	173 237	12,03%
PRESTAÇÕES SOCIAIS	(3)	113 314	97 649	16,04%
DESPEZA NO EXERCÍCIO (ATIVOS)		112 862	97 234	16,07%
RESPONSABILIDADES FUTURAS		452	415	8,92%
TOTAL=(1)+(2)+(3)		13 472 780	12 465 233	8,08%

MASSA SALARIAL

Unid: euros

	2016	2015	Δ %
MASSA SALARIAL	10 250 979	9 482 337	8,11%

A massa salarial agrega a totalidade das rubricas remuneratórias dos trabalhadores e dos membros dos órgãos sociais e o seu aumento reflete, no essencial, as valorizações remuneratórias operadas a partir de 1 de julho de 2016.

3.3. Saúde Ocupacional

EXAMES MÉDICOS

	2016	2015	Δ %
EXAMES PERIÓDICOS OBRIGATÓRIOS	259	253	2,37%
EXAMES DE ADMISSÃO E OCASIONAIS	18	17	5,88%

Manteve-se o princípio de obrigatoriedade de exame médico anual para todos os trabalhadores, bem como os exames ocasionais prévios à mudança de funções ou a seguir a situações de ausência prolongada.

SINISTRALIDADE

	2016	2015	Δ %
COM INCAPACIDADE TEMPORÁRIA	3	3	0,00%
SEM INCAPACIDADE	1	1	0,00%
TOTAL	4	4	0,00%

Apesar de a atividade operacional, designadamente serviços marítimos, significar pela sua natureza e regime de trabalho (24h/dia e 365/ano), um grau de perigosidade de significativa relevância, foi possível através de medidas de formação e informação e da melhoria das condições de trabalho, manter baixos índices de sinistralidade.

ÍNDICE DE FREQUÊNCIA

	2016	2015	Δ %
ÍNDICE DE FREQUÊNCIA	6,98%	7,03%	-0,05 p.p.

Nota: Quantifica o número de acidentes com baixa por cada milhão de horas de trabalho de exposição ao risco

Face à escassa sinistralidade, apesar de se assegurar uma alargada atividade operacional, a redução do número de acidentes com baixa, teve reflexo direto no valor do índice de frequência em 2016.

ÍNDICE DE GRAVIDADE

	2016	2015	Δ %
ÍNDICE DE GRAVIDADE	0,40	0,85	-52,94%

Nota: Quantifica o número de dias perdidos por cada mil horas de trabalho de exposição ao risco

Os acidentes em serviço ocorridos em 2016 originaram 174 dias de baixa, o que se traduziu numa diminuição do índice de gravidade.

4. Apoio ao Negócio

4.1. Formação

A atividade do Centro de Formação do Porto de Leixões desenvolve-se em 3 dimensões:

- Garantir a prossecução de uma política ativa de gestão de recursos humanos, efetuando todo o processo de levantamento de necessidades de formação dos trabalhadores/as da empresa e promovendo a sua realização em espaços próprios destinados ao efeito, por forma a melhor rentabilizar os investimentos realizados;
- Disponibilização de meios e espaços para a realização de formação profissional a todas as empresas que desenvolvem a sua atividade no Porto de Leixões, especialmente os Concessionários;
- Formação no âmbito da nossa política de Cooperação, designadamente para portos dos países da CPLP e outras entidades, e que tendo um carácter tendencialmente gratuito muito contribui para a afirmação do Porto de Leixões e até para projetos futuros de cooperação.

Em 2016 deu-se continuidade à aposta na formação e valorização profissional dos colaboradores/as da empresa através de ações de formação desenhadas e desenvolvidas no sentido de uma permanente atualização das suas competências técnicas e motivação profissional, essenciais à melhoria da eficiência de todos os serviços e à implementação de uma política de mobilidade interna e polivalência funcional.

	<u>Ações externas</u>			<u>Ações internas</u>			<u>Total</u>		
	2016	2015	Var. %	2016	2015	Var. %	2016	2015	Var. %
Formandos (n.º)	159	148	7,4%	352	406	-13,3%	511	554	-7,8%
Horas formação	1 135	2 832	-59,9%	327	477	-31,4%	1 462	3 308	-55,8%
Volume Formação (horas X n.º alunos)	3 100	3 500	-11,4%	2 915	2 672	9,1%	6 015	6 172	-2,5%
Custos (euros)	46 614	55 537	-16,1%	17 581	18 891	-6,9%	64 195	74 428	-13,7%

Relativamente às ações externas, verificou-se um maior número de participantes que frequentaram ações mais curtas. Este facto originou um menor número de horas e de volume de formação.

De destacar na formação externa a realizada Centro de Jovellanos, em Espanha, em que participaram todos os Pilotos dos portos de Leixões e Viana do Castelo e que é absolutamente necessária para certificação dos mesmos na operação de novos navios.

Esta ação, pela sua especificidade, tem custos bastante acima da média e, nessa medida, onerou os custos médios da formação realizada.

	Formação a terceiros			Cooperação			Total		
	2016	2015	Var. %	2016	2015	Var. %	2016	2015	Var. %
Formandos (n.º)	173	52	232,7%	33	17	94,1%	206	69	198,6%
Horas formação	267	232	15,1%	72	12	526,1%	339	244	39,2%
Volume Formação (horas X n.º alunos)	2 322	2 949	-21,3%	376	57	565,5%	2 698	3 006	-10,2%
Custos (euros)	13 265	9 701	36,7%	2 389	100	2289,0%	15 654	9 801	59,7%
Receitas (euros)	43 395	37 687	15,1%	n.a.	n.a.	n.a.	43 395	37 687	15,1%

Na formação a terceiros, que contempla formandos não pertencentes ao quadro de pessoal, é de destacar a realização de dois projetos específicos:

- Projeto *Douro's Inland WaterWay 2020*, destinado às pessoas que desempenham a sua atividade profissional no setor marítimo turístico do Rio Douro;
- Segurança Portuária, da iniciativa do Concessionário TCL – Terminal Contentores de Leixões, SA

Este projeto irá ter também continuidade no ano de 2017, sendo objetivo do TCL que todos os seus colaboradores frequentem a formação.

4.2. Atividade Comercial, Marketing e Cooperação

Durante o exercício de 2016, a APDL promoveu a dinamização da atividade promocional e comercial do Porto de Leixões, nos vários segmentos do negócio portuário, colaborando de forma ativa com os diversos parceiros da Comunidade Portuária.

Neste âmbito, o Grupo de Promoção do Porto de Leixões, constituído pela APDL, pelos três principais concessionários, TCL – Terminal de Contentores de Leixões, TCGL – Terminal de Carga Geral e Granéis de Leixões e GalpEnergia - Terminal Petrolífero de Leixões, e pela ABACUS, empresa responsável pela promoção da Plataforma Logística, constitui um grupo aglutinador na definição da estratégia de promoção comercial de Leixões no panorama nacional e internacional.

Enquadrado na sua estratégia comercial, o Porto de Leixões esteve presente, em abril, em parceria com os concessionários TCL e TCGL, na Intermodal de S. Paulo, um dos maiores eventos de transporte e logística que se organiza a nível mundial. Durante o mês de maio, a APDL participou pela primeira vez na Break-Bulk Europe, em Antuérpia, um dos principais eventos de carga geral e granéis que decorre na Europa, em parceria com o concessionário TCGL.

No que diz respeito à promoção da Plataforma Logística do Porto de Leixões, foram também desenvolvidas várias ações promocionais. Neste âmbito, destaca-se a presença da Plataforma Logística no evento LOGITRANS, que decorreu no Centro de Congressos da Alfândega do Porto, em maio, e na feira Empack 2016 – Transport & Logistic, que teve lugar em setembro, na Exponor – Feira Internacional do Porto. Numa vertente também promocional, Leixões acolheu ainda, em parceria com o Grupo Luis Simões, a organização das 24 Horas de Logística, um evento de caráter formativo e experiencial, organizado pela revista Logística Moderna, e onde 12 equipas testaram durante 24 horas ininterruptas as suas capacidades de gestão em provas relacionadas com a logística e a distribuição.

Numa vertente mais comercial, foram realizadas diversas reuniões e visitas a clientes, bem como apresentações comerciais a potenciais clientes. De referir ainda a parceria com a AICEP, que possibilitou a visita de investidores internacionais ao porto de Leixões e a organização de seminários, em Leixões, sobre os mercados de Cuba, Tunísia, Itália, Colômbia, Turquia, Azerbaijão, Rússia, Holanda, Coreia do Sul e Emirados Árabes Unidos, que contaram com uma presença alargada de empresários.

No que concerne à atividade de Cruzeiros, Leixões voltou a merecer a confiança de novos navios e de novos operadores, como foi o caso da prestigiada companhia Americana Viking Ocean Cruises que iniciou operações em Leixões com o navio Viking Star. Outros seis navios visitaram Leixões pela primeira vez: o AidaMAR da Aida Cruises, o Koningsdam da Holland America Line, o Sea Adventurer da Quark Expeditions, o Aegean Odissey da Voyages to Antiquity, o Hebridean Sky da Noble Caledonia e o Clio da Grand Circle Cruise Line.

A APDL marcou mais uma vez presença nos principais eventos internacionais do setor. Em parceria com os demais portos portugueses participou nas principais feiras de cruzeiros a nível mundial: na Seatrade Cruise Global que se realiza todos os anos nos E.U.A. e que este ano teve lugar em Fort Lauderdale, na Flórida; a nível europeu, marcou também presença na SeaTrade Med, que se realizou em Tenerife, em setembro e, em novembro, na International Cruise Summit organizada pelo Cruises News Media Group e que decorre anualmente em Madrid, Espanha.

No que diz respeito ao Porto de Viana do Castelo, foi dada continuidade ao programa de visitas regulares a clientes atuais ou potenciais do porto.

Na Via Navegável do Douro, foram desenvolvidas em 2016 diversas ações de promoção e divulgação, destacando-se a primeira reunião do Observatório para a Navegabilidade do rio Douro, a 2 de fevereiro de 2016, para apresentação do projeto DIW 2020 e recolha dos comentários e sugestões dos membros do Observatório em prol do projeto; a reunião com os operadores da Via Navegável do rio Douro, realizada a 3 de fevereiro de 2016, para divulgação das ações desenvolvidas pela APDL com impacto na navegação e auscultação sobre as suas necessidades para o desempenho regular da atividade; a apresentação, efetuada a 1 de março de 2016, na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas, para divulgação das candidaturas *River Information Services* e *Safer and Sustainable Accessibility*, enquadradas na segunda fase do projeto DIW 2020; a participação com stand, de 2 a 6 de março de 2016, na BTL2016 (Bolsa de Turismo de Lisboa), que teve como principal objetivo a divulgação do projeto DIW 2020; a realização de *Workshop* no âmbito da candidatura DIW2020, a 28 de abril, em Gondomar, sob o tema “Política Industrial e Crescimento Económico no Douro”; a realização de Conferência Europeia, a 2 de junho de 2016, sob o tema “*Douro’s Inland Waterway 2020: o Douro navegável – Que futuro?*”; a visita e promoção da VND no âmbito da deslocação de elementos do Porto Rio Grande (Brasil), em julho; a participação no evento “Aquaporto”, realizado no Parque da Cidade do Porto, junto ao Pavilhão da Água, nos dias 1 e 2 de outubro de 2016, para divulgação do projeto DIW 2020 e da atividade desenvolvida pela APDL na Via Navegável do Douro; a reunião com o Turismo do Norte e Douro, realizada em 12 de outubro de 2016, para alinhamento das ações conjuntas a desenvolver no sentido de promoção e divulgação da navegação na Via Navegável do Douro; a primeira reunião de autarcas ribeirinhos para promoção e interação de conhecimento e potencial económico da VND e divulgação do projeto DIW2020, realizado em Leixões, no dia 3 de novembro de 2016; a realização do *workshop* “Apresentação das conclusões do estudo da FEUP – Carga”, no âmbito do projeto DIW 2020, em Leixões, no dia 11 de novembro de 2016; a visita e promoção da VND no âmbito da deslocação de elementos da CNR (*Compagnie*

Nationale du Rhône – França), nos dias 16 e 17 de novembro; a realização do *workshop* “Apresentação dos Sistemas de Apoio à Navegação”, no âmbito do projeto DIW 2020, em Vila Nova de Gaia, no dia 5 de dezembro de 2016.

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO

Em 2016, a APDL participou no ATLANTIS um projeto co-financiado pelo CEF, que decorre até Março de 2017 e que tem como objetivo criar as condições necessárias para o desenvolvimento de serviços de auto-estradas do mar no Arco Atlântico. Em parceria com os portos de Brest (França) e Liverpool (Inglaterra), o Porto de Leixões foi ainda o promotor do projeto-piloto da LSW, uma rede de plataformas colaborativas, que disponibiliza aos importadores e exportadores a oferta de serviços logísticos porta-a-porta, otimizando assim a rede dos serviços logísticos no espaço do Arco Atlântico.

Numa perspetiva mais institucional e de cooperação, Leixões recebeu a visita de representantes de entidades públicas do Brasil, Tailândia, Espanha, Grécia, EUA, Montenegro, Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau.

RELACIONAMENTO COM A ENVOLVENTE E COMUNICAÇÃO

A 17 de Setembro de 2016, foi celebrada a 8ª edição do ‘Dia do Porto de Leixões’ que superou todas as expectativas ao receber cerca de 25 mil visitantes num só dia. Os participantes tiveram acesso a visitas guiadas ao Novo Terminal de Cruzeiros, puderam assistir à “2ª Regata do Porto de Leixões”, visitar embarcações e aceder de forma livre a todo o porto, usufruindo das inúmeras atividades, concertos e espetáculos ao longo de todo o dia. Nesta edição, para além da exposição de fotografia “Focando o Porto de Leixões”, a APDL contou com a colaboração do CIIMAR, que organizou uma Mostra de Ciência no Terminal de Cruzeiros, e de várias escolas e entidades recreativas da cidade de Matosinhos, que apresentaram espetáculos de teatro, dança e música. Integrado ainda nas celebrações do Dia do Porto, no domingo anterior, realizou-se a 3ª Corrida do Porto de Leixões, que contou com mais de 2 200 pessoas inscritas nos 10 Km de Corrida ou 5 Km da Caminhada. Esta iniciativa teve como objetivo dar a conhecer à população um espaço portuário habitualmente de acesso restrito, sendo também um ponto de confraternização diferente entre os colaboradores da Comunidade Portuária e da comunidade envolvente.

No dia 14 de outubro de 2016, a APDL celebrou o “Dia do Porto de Viana do Castelo”, tendo-se desenvolvido um conjunto de iniciativas com o intuito de divulgar junto da comunidade, em particular da comunidade escolar, as atividades desenvolvidas pela Administração Portuária, dentro da sua zona de jurisdição. Nesse dia foi inaugurada na Biblioteca Municipal de Viana do Castelo uma exposição fotográfica com os trabalhos resultantes do concurso de fotografia, intitulada “VIANA DO CASTELO – CIDADE PORTUÁRIA”, que integrou todas as valências portuárias desenvolvidas no Porto de Viana do Castelo.

No que diz respeito à comunicação com o exterior foram divulgados 34 comunicados de imprensa e publicadas 3 145 notícias sobre a APDL. O site da empresa continuou a ser o principal meio de comunicação digital com a comunidade, que em 2016 registou mais de 1,8 milhões de visualizações. As redes sociais também foram uma ferramenta preferencial na comunicação com o exterior, tendo o Facebook do porto de Leixões tido um forte crescimento

de seguidores de diversos países, passando de 8,6 mil para 12,8 mil, e contando com uma média de 29 mil interações mensais.

Valorizando a vertente pedagógica é ainda de realçar as visitas de estudo que Leixões acolheu durante todo o ano, totalizando 7 559 alunos dos mais variados graus de ensino. Estas ações inserem-se numa política de abertura do porto ao exterior, apostando em ações pedagógicas junto das camadas mais jovens, para valorizar a importância de uma infraestrutura portuária dinâmica e economicamente sustentável.

TERMINAL DE CRUZEIROS DO PORTO DE LEIXÕES

O Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões tem assumido uma importância crescente quer ao nível da sua atividade principal de apoio ao segmento de cruzeiros, quer da forte ligação à comunidade local. A este nível salienta-se a instalação do CIIMAR e dos seus colaboradores no novo edifício, que no final do ano já albergava 150 investigadores, bem como a crescente procura da população para visitas e das empresas para a realização de eventos corporativos. Neste âmbito, realizaram-se 131 visitas guiadas ao edifício, envolvendo 7,6 mil pessoas e foram organizados 73 eventos diversos.

O Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões alcançou ainda durante o último ano, uma importante notoriedade internacional sendo reconhecido com vários prémios e prestigiadas distinções, reafirmando a sua excelência junto das mais importantes companhias internacionais de cruzeiros que têm vindo de forma crescente a considerar Leixões como paragem obrigatória nos seus itinerários. Um destes reconhecimentos foi a distinção com o Prémio *AZ Awards* vencendo na categoria de "Arquitetura - Edifícios Comerciais ou Institucionais com mais de 1000 m²", tendo sido ainda um dos finalistas ao Prémio de Edifício do Ano pelo *World Architecture Festival 2016*. O Terminal de Cruzeiros foi também distinguido com o galardão de Melhor Projeto Público de Arquitetura atribuído pelo Jornal Construir e fez parte de uma lista final restrita do prestigiado concurso internacional *WAN Awards* nas categorias *Transport e Waterfront*.

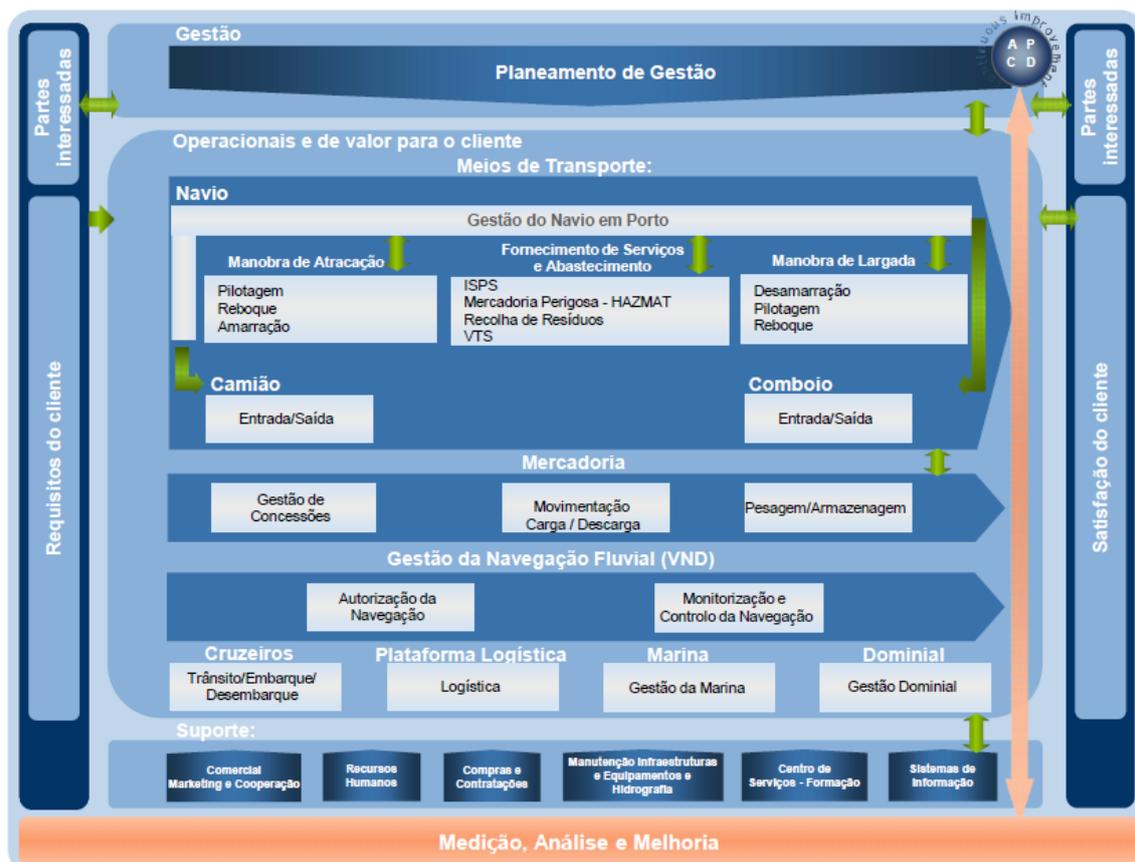
4.3. Certificação da Qualidade e Gestão de Riscos

4.3.1. Certificação da Qualidade

O projeto de certificação da extensão do âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) a toda a organização teve início imediatamente a seguir à integração do Porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro na estrutura orgânica da APDL, isto é, no último quadrimestre de 2015, tendo sido concluído com sucesso e no prazo definido, em outubro de 2016, revelando-se uma estreia nacional na Certificação de Qualidade de âmbito tão global, atribuída por uma entidade internacional independente, acreditada e de reconhecido valor mundial no setor marítimo-portuário, a *Lloyd's Register Quality Assurance*.

Esta extensão de âmbito do SGQ traduziu-se, de acordo com o planeado, na uniformização dos processos, procedimentos e documentação do SGQ, na aplicação de medidas de monitorização e sucessivas melhorias dos serviços – ações preventivas e corretivas, na gestão dos fluxos de reclamações, na avaliação da qualidade percebida pelos clientes, na realização de auditorias, entre outros aspetos aplicados a todas as unidades de negócio - Porto de Leixões, Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, bem como a todas as atividades “core” da organização: Gestão Portuária de Meios de transporte – Camião, Comboio

e Navio (Gestão do Navio em Porto, Controlo do Tráfego Marítimo - VTS, Pilotagem, Reboque, Amarração, Proteção e Segurança – ISPS, Recolha de Resíduos, Mercadoria Perigosa - HAZMAT e Hidrografia), Gestão Portuária da Mercadoria, Gestão de Concessões, Cruzeiros, Plataforma Logística, Marina, Gestão da Navegação Fluvial na Via Navegável do Douro e a ampla intervenção Dominial (conforme Matriz de Processos do SGQ seguidamente representada).



Este projeto culminou com a Auditoria Externa de Certificação da extensão do sistema de gestão a toda a empresa, conforme determina a norma internacional NP EN ISO 9001, tendo sido emitido o competente Certificado de Aprovação da Conformidade com o respetivo referencial, reproduzido na figura abaixo.

Anualmente, para efeitos de acompanhamento, o sistema de gestão é obrigatoriamente objeto de duas auditorias anuais, uma interna e uma externa a todos os processos no âmbito do sistema.



Relatório de Gestão e Demonstrações financeiras – Exercício de 2016



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certifica-se que o Sistema de Gestão da Qualidade da:
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.
Av. da Liberdade
4450-718 Leça da Palmeira
Portugal

foi aprovado pelo Lloyd's Register Quality Assurance de acordo com as seguintes normas:

ISO 9001:2008
NP EN ISO 9001:2008

O Sistema de Gestão da Qualidade é aplicável a:

Gestão Portuária de meios de transporte-navio, camião e comboio. Gestão do navio em porto, controlo do tráfego marítimo (VTS), pilotagem, reboque, amarração, proteção e segurança (ISPS), recolha de resíduos, mercadoria perigosa (HAZMAT) e hidrografia. Gestão Portuária de Mercadoria e de Cruzeiros. Gestão Domínial, de Concessões, de Plataforma Logística e da Marina. Gestão da Navegação Fluvial na Via Navegável do Douro.

Este certificado só é válido junto com a folha anexa do mesmo número que lista os locais a que esta aprovação é aplicável.

Certificado de Aprovação No: LIS 6009967
Data de Aprovação: 19 Julho 2010
Data deste Certificado: 11 Novembro 2016
Data de Validade: 14 Setembro 2018

[Signature]

Emitido por: Lloyd's Register EMEA
Por e em representação da: Lloyd's Register Quality Assurance Limited



Lloyd's Register EMEA Av. D. Carlos I, 44-67, 1200-649 Lisboa, Portugal, Número de registo 110910920
Por e em representação da LRQA, Ltd, 1 Trinity Park, Bickenhill Lane, Birmingham B37 7ES, Reino Unido
Este documento está sujeito à jurisdição do Sistema para Empresas, abrangendo as atividades das Normas, a qual está autorizada pelo U.K.A.
A utilização de marca de acreditação LRQA indica a Acreditação das atividades constantes do Certificado de Acreditação Número 001.

Lloyd's Register Group Limited, its affiliates and subsidiaries, including Lloyd's Register Quality Assurance Limited (LRQA), and their respective officers, employees or agents are, individually and collectively, referred to in this document as 'Lloyd's Register'. Lloyd's Register assumes no responsibility and shall not be liable to any person for any loss, damage or expense caused by reliance on the information or advice in this document or for any other reason, unless that person has agreed a contract with the relevant Lloyd's Register entity for the provision of this information or advice and in that case any responsibility or liability is excluded to the maximum extent permitted by law.

LISTAGEM - CERTIFICADO

APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.
Av. da Liberdade
4450-718 Leça da Palmeira
Portugal

Escritório Principal

Av. da Liberdade
4450-718 Leça da Palmeira
Portugal

Atividades

Gestão Portuária de meios de transporte-navio, camião e comboio. Gestão do navio em porto, controlo do tráfego marítimo (VTS), pilotagem, reboque, amarração, proteção e segurança (ISPS), recolha de resíduos, mercadoria perigosa (HAZMAT) e hidrografia. Gestão Portuária de Mercadoria e de Cruzeiros. Gestão Domínial, de Concessões, de Plataforma Logística e da Marina. Gestão da Navegação Fluvial na Via Navegável do Douro.

Sedes

Av. Do Cabedelo
Viana do Castelo
Portugal

Atividades

Gestão Portuária de meios de transporte-navio, camião. Gestão do navio em porto, controlo do tráfego marítimo (VTS), pilotagem, reboque, amarração, proteção e segurança (ISPS), recolha de resíduos, mercadoria perigosa (HAZMAT) e hidrografia. Gestão Portuária de Mercadoria. Gestão Domínial, de Concessões e da Marina.

Página 1 de 2



Lloyd's Register EMEA Av. D. Carlos I, 44-67, 1200-649 Lisboa, Portugal, Número de registo 110910920
Por e em representação da LRQA, Ltd, 1 Trinity Park, Bickenhill Lane, Birmingham B37 7ES, Reino Unido
Este documento está sujeito à jurisdição do Sistema para Empresas, abrangendo as atividades das Normas, a qual está autorizada pelo U.K.A.
A utilização de marca de acreditação LRQA indica a Acreditação das atividades constantes do Certificado de Acreditação Número 001.

Lloyd's Register Group Limited, its affiliates and subsidiaries, including Lloyd's Register Quality Assurance Limited (LRQA), and their respective officers, employees or agents are, individually and collectively, referred to in this document as 'Lloyd's Register'. Lloyd's Register assumes no responsibility and shall not be liable to any person for any loss, damage or expense caused by reliance on the information or advice in this document or for any other reason, unless that person has agreed a contract with the relevant Lloyd's Register entity for the provision of this information or advice and in that case any responsibility or liability is excluded to the maximum extent permitted by law.



LISTAGEM - CERTIFICADO

APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.
Av. da Liberdade
4450-718 Leça da Palmeira
Portugal

Sedes

Av. Sacadura Cabral
Peso da Régua
Portugal

Atividades

Gestão da Navegação Fluvial na Via Navegável do Douro. Gestão Domínial e de Concessões.

Certificado de Aprovação No: LIS 6009967

Data de Aprovação: 19 Julho 2010
Data deste Certificado: 11 Novembro 2016
Data de Validade: 14 Setembro 2018

Página 2 de 2



Lloyd's Register EMEA Av. D. Carlos I, 44-67, 1200-649 Lisboa, Portugal, Número de registo 110910920
Por e em representação da LRQA, Ltd, 1 Trinity Park, Bickenhill Lane, Birmingham B37 7ES, Reino Unido
Este documento está sujeito à jurisdição do Sistema para Empresas, abrangendo as atividades das Normas, a qual está autorizada pelo U.K.A.
A utilização de marca de acreditação LRQA indica a Acreditação das atividades constantes do Certificado de Acreditação Número 001.

Lloyd's Register Group Limited, its affiliates and subsidiaries, including Lloyd's Register Quality Assurance Limited (LRQA), and their respective officers, employees or agents are, individually and collectively, referred to in this document as 'Lloyd's Register'. Lloyd's Register assumes no responsibility and shall not be liable to any person for any loss, damage or expense caused by reliance on the information or advice in this document or for any other reason, unless that person has agreed a contract with the relevant Lloyd's Register entity for the provision of this information or advice and in that case any responsibility or liability is excluded to the maximum extent permitted by law.

O próximo desafio, perspetivado para 2017, consistirá no projeto de transição de todo o sistema de gestão, com esta amplitude, para a nova Norma da Certificação de Qualidade NP EN ISO 9001:2015.

4.3.2. Plano de Gestão de Riscos (projeto MAR)

A Gestão de Riscos da empresa ou Plano de Gestão de Riscos, incluindo os Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas e correspondente informação técnica de base, publicitada em <http://www.apdl.pt/gestao-de-risco> em conformidade com as Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), inclui atualmente (revisão última) várias alterações no sentido de permitir:

- a extensão da metodologia de avaliação de riscos à unidade de negócio da Via Navegável do Douro (VND), tendo sido esta estrutura a última a ser integrada na APDL.

Foram deste modo revistos o Plano de prevenção e mitigação de riscos de gestão e o Manual de gestão do risco empresarial, incluindo os riscos de corrupção e de infrações conexas, documentos disponibilizados na intranet e na internet – *site* institucional da empresa indicado acima;

- a inclusão de todo o Modelo de Avaliação de Riscos da empresa (projeto MAR) e respetiva documentação no sistema de gestão a certificar pelo referencial internacional da Qualidade, dando desde logo cumprimento ao requisito da futura norma a aplicar, que determina a obrigatoriedade de todo o sistema de gestão certificado incluir o designado “pensamento baseado no risco”;
- a revisão ao “Relatório de Acompanhamento Anual”, com um ponto de situação da implementação das medidas de controlo/mitigação/prevenção), refletindo um conjunto adicional de outras ações, classificadas de maior relevância;

Consideram-se assim em pleno cumprimento às Recomendações emanadas até à data pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), em matéria da Prevenção de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas, nomeadamente:

- ▶ Recomendação de 01 de julho de 2015
- ▶ Recomendação nº 1/2010, de 07 de abril de 2010
- ▶ Recomendação de 01 de julho de 2009

Recorde-se que em face do extenso e transversal trabalho realizado neste domínio do projeto MAR ou da Gestão de Riscos, incluindo os Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas, mitigação de Riscos e das Auditorias Internas realizadas, requer, inevitavelmente, um processo de implementação plurianual (progressivo) das correspondentes medidas de mitigação/prevenção de riscos.

4.4. Sustentabilidade Ambiental

O modelo de gestão sustentável há muito adotado pela empresa implica que na tomada de decisão sobre os mais relevantes aspetos operacionais, sejam sempre ponderados os efeitos sobre a comunidade local e ambiente em que se insere, por forma a eliminar, ou pelo menos mitigar, os efeitos negativos que do ponto de vista ambiental possam advir para a comunidade local.

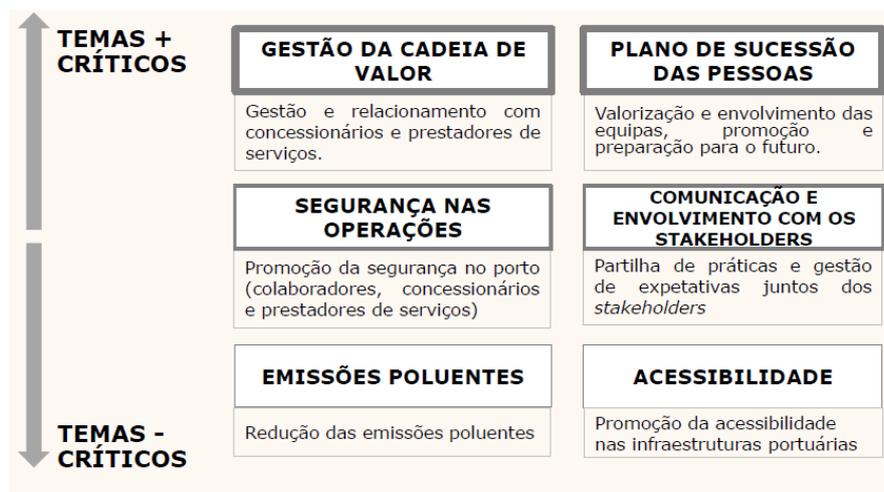
Nesta atuação, a APDL tem envolvido todos os parceiros estratégicos, nomeadamente as empresas concessionárias do porto, as quais, de forma direta e proativa, têm colaborado na adoção de medidas que consubstanciam no assumir responsável da política de sustentabilidade ambiental dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo.

Em 2006 iniciou-se a divulgação anual do Relatório de Sustentabilidade da APDL, assumindo-se com ele uma comunicação transparente com todas as partes interessadas, reportando os resultados da nossa atividade a nível do desempenho ambiental, económico e social, e os compromissos assumidos para o futuro, tendo um vista consolidar uma plena integração dos portos nas comunidades locais à luz de um modelo de gestão sustentável dos mesmos.

Um dos compromissos assumidos para o ano de 2017 é a conclusão do diagnóstico interno e externo, iniciado em 2016 com o objetivo de atualizar as variáveis estratégicas, conhecer as atuais expectativas dos *stakeholders* e integrar e conhecer os desafios trazidos pelas novas unidades de negócio, porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro.

O Relatório de Sustentabilidade de 2016 fará a análise detalhada da reflexão realizada, nos seguintes termos:





Das ações realizadas em 2016 com maior incidência em fatores de sustentabilidade ambiental destaca-se:

- **Instalação de ramal de alimentação de energia elétrica** a navios da Marinha a partir de terra (até 250A, 380V) e instalação de ramal de alimentação de energia elétrica a navios a partir de terra no Molhe Sul (até 250A, 380V). Evitando que estes estejam a utilizar combustível próprio, muito mais poluente, quando estão atracados em porto;
- **Implementação de um plano de racionalização de energia elétrica**, devidamente registado na Direção de Energia, que incluiu auditoria energética ao edifício administrativo e certificação SGIE e ainda plano de racionalização a implementar em 3 anos, que incide mais sobre medidas de intervenção sobre os sistemas de iluminação, na linha do que já tem sido realizado pela APDL;
- **Substituição de unidades split com gás R22**, substituído o gás do chiller do edifício central e substituição unidades AVAC na sala de sistemas informáticos da empresa;
- **Remodelação dos sistemas de iluminação** de vários espaços públicos, com a instalação de armaduras LED, que permitem reduzir o consumo de energia e baixar as emissões;
- Aumento da barreira de contentores que serve de proteção à dispersão de poeiras e emissão de ruído na zona de descarga da estilha;
- Melhoria dos espaços de fronteira com a cidade, através do reforço da cortina arbórea na doca 2 sul;
- Elaboração de relatórios trimestrais sobre as medições da qualidade do ar e ruído no Porto de Leixões, com base nos dados recolhidos nos sistemas de medição instalados no porto e que funcionam em contínuo;
- Elaboração de relatórios trimestrais dos resíduos recolhidos a navios, sendo esta atividade visada por Regulamento próprio;
- Relatórios trimestrais sobre as condições de SST no Porto de Leixões, envolvendo todos os concessionários e prestadores de serviço;
- Sistemas de monitorização de ruído e da qualidade do ar na área portuária. A rede de medição de ruído funciona em contínuo, 24h/365 dias ano, e permite analisar as

fontes emissoras mais ruidosas, de forma a serem implementadas medidas eficazes de minimização ou de correção dos impactos na movimentação das mercadorias, em tempo real. O sistema de monitorização em contínua de partículas (PM10 e PTS), através de uma monitorização permanente (365 dias/ano, 24H/dia), permite a visualização de dados em tempo real, a definição de limites e a possibilidade de enviar alarmes via *e-mail* e/ou SMS caso os limites fixados sejam ultrapassados.

No Porto de Viana do Castelo, também se iniciou um conjunto de medidas para mitigar os impactos ambientais gerados, tais como:

- Plano de Receção e Gestão de Resíduos, o qual regula a instalação e a utilização de meios portuários de receção de resíduos gerados em navios, e de resíduos da carga provenientes de navios, bem como de embarcações de pesca e de recreio;
- Alteração do sistema limpeza e lavagem, passando a utilizar-se água de rio e não água potável;

Relativamente à Via Navegável do Douro é de destacar:

- Implementação do Plano de Receção e Gestão de Resíduos, com um investimento em vários cais de modo a encaminhar os resíduos das embarcações para empresas de tratamento devidamente licenciadas;
- Reparação da rede de água em alguns cais de modo a diminuir as perdas e racionalizar os consumos.

5. Investimento

5.1. Principais Investimentos

A APDL investiu em 2016 o montante de 17,3 milhões de euros, representando um acréscimo de 26% em relação ao exercício anterior. Desse volume total, aproximadamente 70% foi investido no Porto de Leixões, cerca de 5% no Porto de Viana do Castelo e 25% na Via Navegável do Douro.

Unid: milhares de euros

	2016	2015	2014
Porto de Leixões	12 346	12 588	29 369
Porto de Viana do Castelo	813	125	-
Via Navegável do Douro	4 302	965	-
TOTAL DO INVESTIMENTO	17 461	13 678	29 369

INVESTIMENTO POR UNIDADE DE NEGÓCIO E POR AÇÃO

Porto de Leixões

Ações	
Terminal de Cruzeiros	350.104
Melhoria das condições Operacionais no TPL	275.694
Estruturação da Plataforma Logística	5.629.341
Reabilitação de Espaços e Edifícios	662.075
Segurança Marítima e Portuária	1.683.976
Sistema de Informação Geográfica	104.446
Portal do Porto de Leixões	233.625
Portal Interno	355.874
Gestão Dominial	667.863
Terminal Agroalimentar	872.093
Infraestruturas TIC	523.380
Janela única Logística	429.253
Formalização da Infoestrutura	167.175
Investimento residual e recorrente	391.606
Total Leixões	12.346.505

Em seguida destacam-se alguns dos investimentos pela sua importância:

- Estruturação da Plataforma Logística

A estruturação da Plataforma Logística do Porto de Leixões continua a ser um dos investimentos mais relevantes para o desenvolvimento do Porto de Leixões, tendo sido responsável por cerca de 33% do valor do investimento total da empresa no ano 2016, num montante de mais de 5,6 milhões de euros.

O investimento em infraestruturas realizado na Plataforma Logística neste exercício, assim como o investimento a realizar nos próximos anos, é cofinanciado pelo CEF/MIE-T no âmbito da candidatura *Multimodal Logistics Platform of the Port of Leixões (Phase 2) / Plataforma Logística Multimodal do Porto de Leixões (2.ª Fase)*.

Em 2016 os valores mais significativos foram investidos na edificação de naves logísticas, tanto no polo 1 como no polo 2 da Plataforma Logística.

- Segurança Marítima e Portuária

A segurança marítima e portuária é uma preocupação sempre presente no investimento no Porto de Leixões, tendo sido realizados nesta matéria investimentos na ordem dos 1,7 milhões de euros no ano em análise.

Destacam-se, os investimentos em videovigilância, a empreitada da via-férrea da Doca 2 Norte (para libertação da VCP das operações de carga / descarga de comboios) e o reforço do cais para 30 ton/m² na Doca 1 Sul para receber cargas de projeto de elevadas dimensões e peso.

- Terminal Agroalimentar

Foram investidos no exercício em apreço cerca de 872 mil euros na reabilitação e reforço estrutural dos Silos de Leixões, garantindo as condições de segurança da estrutura.

Porto de Viana do Castelo

Unid: Euros	
Ações	2016
Infraestruturas portuárias	365 158
Equipamentos portuários	60 749
Segurança Marítima e Portuária	44 581
Espaços e Edifícios	132 112
Acessos ao Porto de Viana do castelo	49 297
Infraestruturas e Equipamento das Marinas	155 055
Investimento Residual e recorrente	6 211
Total Porto de Viana do Castelo	813 163

O montante investido no Porto de Viana do Castelo cifrou-se em cerca de 813 mil euros, destacando-se as seguintes intervenções:

- Infraestruturas portuárias

Neste âmbito destaca-se o reperfilamento das vias de rolamento dos guindastes nos setores 3 e 4 do porto comercial, com um valor de investimento em 2016 de aproximadamente 221 mil euros, permitirá melhorar as condições de operacionalidade e segurança do porto comercial de Viana do Castelo, aumentando a sua competitividade.

- Infraestruturas e equipamentos das marinas

As intervenções realizadas nas marinas representaram investimentos de 155 mil euros, nomeadamente na substituição de passadiços flutuantes e instalação de novos portões de acesso.

Via Navegável do Douro

Ações	Unid: Euros
	2016
Melhoria do Canal de Navegação	203 480
Infraestruturas Fluviais e Terrestres	1 620 023
Operacionalidade e Segurança da VND	2 358 918
DIWW 2020	101 925
Reorganização e Modernização dos Serviço	354
Gestão Dominial da VND	16 805
Total Via Navegável do Douro	4 301 505

A APDL investiu no ano de 2016, um montante na ordem dos 4,3 milhões de euros na Via Navegável do Douro.

Para além do investimento de 1,6 milhões de euros na construção de novas infraestruturas, designadamente o cais fluvial do Ferrão, foram beneficiadas e reabilitadas diversas infraestruturas fluviais, com destaque para a reabilitação dos cais do Pinhão/Sabrosa e do Escamarão e a requalificação do cais fluvial de Midões.

Adicionalmente a estas intervenções, a empresa investiu 2,4 milhões de euros na operacionalidade e segurança da VND, em ações relacionadas com os levantamentos hidrográficos e topográficos de diversos troços ao longo da VND para produção de cartografia hidrográfica oficial da via navegável, com os sistemas de comunicação e controlo de tráfego (implementação dos *River Information Services*) e com o Plano de Emergência e Segurança.

Estes investimentos estão, na sua grande parte a ser desenvolvidos com o apoio do MIE-T, designadamente nas candidaturas aprovadas *Douro's Inland Waterway 2020 - Phase I*, *Douro's Inland Waterway 2020 – River Information Services* e *Douro's Inland Waterway 2020 – Safer and Sustainable Accessibility*.

Trata-se de ações integradas no projeto global intitulado “*Douro’s Inland Waterway 2020*”, com um valor de investimento orçado em 74 milhões de euros, e que visa dotar a Via Navegável do Douro de condições de navegabilidade adequadas, aumentando a sua segurança, condições e performance operacional, assegurando um fluxo de tráfego fluido, sustentável e seguro.

5.2. Fontes de Financiamento

A realização do investimento global nas três unidades de negócio em 2016, foi apoiada em 27% por comparticipação comunitária e Orçamento de Estado e em 73% por financiamento próprio.

As candidaturas que receberam comparticipação comunitária no ano 2016 foram:

- MIE-T: Douro's Inland Waterway 2020 - Phase I , Douro's Inland Waterway 2020 – River Information Services, Douro's Inland Waterway 2020 – Safer and Sustainable Accessibility , e-Freight Implementation Action (e-Impact) e ATLANTIS - Atlantic Interoperable Services.

O investimento realizado pela APDL foi financiado, nos últimos três exercícios, da seguinte forma:

unid: milhares de euros

	2016	2015	2014
Orçamento de Estado	3 065	2 380	-
Fundos Comunitários	1 657	1 407	3 521
BEI	-	2 002	4 257
Fundos próprios	12 739	7 889	21 591
TOTAL	17 461	13 678	29 369

6. Análise económica e financeira

6.1. Resultado do exercício

A APDL manteve o bom desempenho económico-financeiro que tem pautado a sua atividade nos últimos anos, encerrando o exercício de 2016 com um resultado líquido próximo de 9 milhões de euros.

Tal como esperado, o resultado apresentado foi inferior em 7,4% ao do exercício anterior, fortemente penalizado por factos que não estão relacionados com a atividade operacional da APDL.

O EBITDA decresceu 11,7%, atingindo 30,4 milhões de euros, essencialmente devido ao reforço das provisões para processos judiciais em curso e o EBIT apresentou uma quebra ainda maior (-52,3%), quando comparado com o ano anterior, consequência do aumento das depreciações, pelas infraestruturas concluídas no final de 2015 e início de 2016 (nomeadamente, da Plataforma Logística do Porto de Leixões) e do registo da imparidade dos ativos do Porto de Viana do Castelo e da Via navegável do Douro.

O Porto de Viana do Castelo e a Via Navegável do Douro geraram resultados operacionais negativos, apesar dos apoios do Orçamento de Estado e dos Fundos Comunitários para suportar parte dos gastos de exploração. O quadro seguinte evidencia a falta de capacidade destas duas unidades de negócio gerarem fundos para o seu equilíbrio operacional, uma vez que apresentam um EBITDA Ajustado negativo, em mais de 6,4 milhões de euros.

Note-se que, este resultado poderia ser mais agravado, uma vez que não considera a agregação/acréscimo de gastos que apenas estão refletidos na unidade de negócio de Leixões, nomeadamente, gastos com a gestão de recursos humanos, atividades de suporte (económica, financeira e jurídica) comunicações, redes, *software* e TIC's, e que são essenciais para a operacionalização da atividade do Porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro.

	2016				2015				Δ 2016 / 2015	
	Leixões	Viana	Douro	APDL	Leixões	Viana	Douro	APDL	Δ 10 ³ €	Δ %
Vendas + Prest. serviços	47.254	2.100	1.005	50.359	47.198	2.643	677	50.518	(159)	0%
Outros rendimentos operac.	9.164	1.521	5.148	15.833	9.238	2.085	1.352	12.675	3.158	25%
Rendimentos operacionais	56.418	3.621	6.153	66.192	56.436	4.728	2.029	63.193	2.999	5%
Consumos de inventários	(1.194)	(57)	(0)	(1.252)	(1.215)	(69)	(0)	(1.284)	32	-3%
Forn. serviços externos	(9.117)	(1.297)	(1.856)	(12.270)	(8.348)	(2.404)	(943)	(11.695)	(575)	5%
Gastos com o pessoal	(11.300)	(1.734)	(439)	(13.473)	(10.332)	(1.695)	(438)	(12.465)	(1.008)	8%
Outros gastos operacionais	(4.257)	(446)	(4.141)	(8.845)	(3.264)	(100)	(7)	(3.370)	(5.474)	162%
Gastos operacionais	(25.869)	(3.534)	(6.436)	(35.840)	(23.159)	(4.268)	(1.389)	(28.815)	(7.024)	24%
EBITDA	30.548	87	(283)	30.352	33.276	460	640	34.377	(4.025)	-12%
EBITDA Ajustado*	25.393	(1.013)	(5.429)	18.951	28.035	(1.485)	(711)	25.839	(6.888)	-27%
Depreciações e imparidades	(18.660)	(784)	(4.238)	(23.682)	(17.671)	(1.701)	(1.016)	(20.388)	(3.294)	16%
Resultado operacional (EBIT)	11.889	(697)	(4.521)	6.670	15.606	(1.241)	(376)	13.989	(7.319)	-52%
EBIT Ajustado**	6.734	(1.798)	(9.667)	(4.731)	10.364	(3.186)	(1.727)	5.451	(10.182)	-187%
Gastos de financiamento	(463)	-	-	(463)	(444)	-	-	(444)	(20)	4%
Resultado antes de impostos	11.425	(697)	(4.521)	6.207	15.162	(1.241)	(376)	13.545	(7.338)	-54%
Imposto sobre o rendimento	1.750	173	794	2.717	(3.877)	317	96	(3.464)	6.181	-178%
Resultado líquido do período	13.175	(524)	(3.727)	8.924	11.284	(924)	(280)	10.081	(1.157)	-11%

* EBITDA Ajustado = EBITDA - Subsídios à exploração - Imputação de subsídios ao investimento

** EBIT Ajustado = EBIT - Subsídios à exploração - Imputação de subsídios ao investimento

Os gastos de financiamento refletem o custo do empréstimo bancário do BEI – Banco Europeu de Investimento, uma vez que os excedentes de tesouraria geraram juros inexpressivos, considerando as reduzidas taxas de remuneração no âmbito dos CEDIC's da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP).

O descongelamento das progressões nas carreiras profissionais contribuiu para o aumento dos gastos com o pessoal em 1M€. Contudo, foi sobretudo a gestão e a operacionalização das duas unidades de negócio integradas em 2015 que mais negativamente influenciou os resultados da APDL, nomeadamente com:

- Aumento dos gastos com Fornecimento e Serviços Externos, sobretudo consultorias e serviços especializados na Via Navegável do Douro;
- Aumento do Ativo Fixo, com o consequente aumento das Depreciações e Amortizações;
- Imparidade dos ativos de investimento, sendo que nas atuais condições de exploração, o valor dos ativos afetos à exploração da Via Navegável do Douro e do Porto de Viana do Castelo, não serão recuperáveis, a APDL registou uma imparidade de igual valor;
- Aumento das provisões para processos judiciais em 4,1M€.

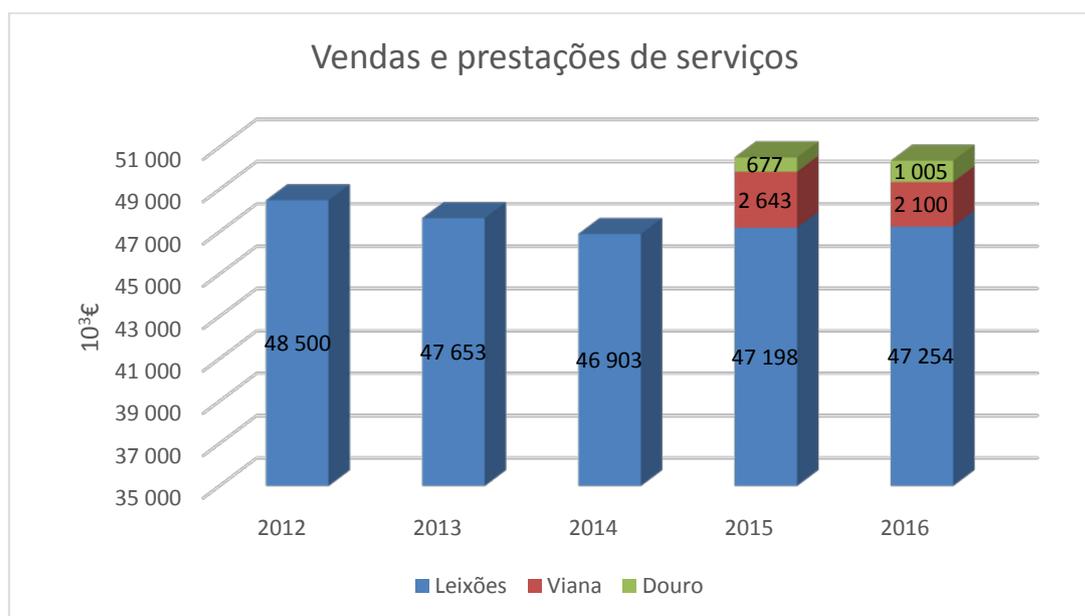
Por outro lado, a Imparidade dos subsídios ao investimento das unidades do Porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro compensa o impacto negativo no resultado gerado pela imparidade nos ativos relacionados.

O saldo positivo do Imposto sobre o rendimento de 2016 deve-se ao reconhecimento da reserva de reavaliação fiscal no âmbito do regime facultativo previsto no Decreto -Lei n.º 66/2016, de 3 de Novembro de 2016, ao qual a APDL aderiu. Este regime fiscal teve um impacto positivo no montante de 4,7 M€.

A contribuir para a inversão também temos ainda o facto do Resultado antes de Impostos ser inferior ao ano anterior e de não ter sido tributado à taxa de 5% da Derrama Estadual por não ter atingido o 3.º escalão de tributação.

Vendas e prestações de serviços

As Vendas e Prestações de Serviços em 2016 foram de 50,4M€, 0,3% inferior ao do ano anterior (50,5M€), apesar de não ter havido atualização tarifária. De referir que o Porto de Viana do Castelo foi responsável por 2,1M€ nas vendas em 2016, com um decréscimo de 20,5% face a 2015, com uma redução generalizada nos serviços prestados. Por seu lado, a Via Navegável do Douro foi responsável por 1M€ nas vendas de 2016, com um acréscimo de 48,5% face a 2015.



A tabela abaixo apresenta o detalhe e a evolução das Vendas e Prestações de Serviços nos últimos cinco anos da APDL:

unid: 1000 Euros

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2016	2015	Δ 16/15	2014	2013	2012
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	15.096	15.360	-1,7%	13.613	12.665	12.300
TUP-Navio	5.006	5.310	-5,7%	4.856	4.421	4.328
Serviço de Pilotagem	3.318	3.401	-2,4%	3.068	2.996	3.002
Serviço de Reboque	3.919	3.724	5,2%	3.711	3.551	3.371
Uso de Equipamento Marítimo	250	395	-36,8%	402	373	356
Serviço de Amarração	841	814	3,2%	744	728	724
Outros	1.763	1.716	2,7%	832	597	519
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	643	561	14,6%	988	3.244	5.175
TUP-Carga	-	-	0,0%	-	2.336	4.250
Outros	643	561	14,6%	988	907	925
CONCESSÕES	28.143	28.438	-1,0%	28.121	27.346	26.664
Terminal Petroleroiro	6.118	6.308	-3,0%	6.340	6.452	6.341
Terminal de Contentores	16.486	15.776	4,5%	16.449	15.776	15.209
Terminal de Carga Geral e Granéis	3.624	3.671	-1,3%	3.480	3.266	3.190
Terminal de Cimentos	1.047	1.568	-33,3%	1.124	1.150	1.118
Outras concessões	869	1.115	-22,1%	727	702	806
PLATAFORMA LOGÍSTICA	611	624	-2,0%	-	-	-
USO DOMINIAL	1.604	1.511	6,2%	1.226	1.230	1.072
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	4.261	4.025	5,9%	2.955	3.167	3.289
TOTAL	50.359	50.518	-0,3%	46.903	47.653	48.500

Em termos de unidades de negócio, o quadro seguinte apresenta a evolução nos últimos dois anos:

unid: 1000 Euros

VENDAS E PREST. SERVIÇOS	Leixões	Viana	Douro	2016	Leixões	Viana	Douro	2015	Δ 16/15
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	14.033	481	583	15.096	14.278	590	491	15.360	-1,7%
TUP-Navio	4.804	194	8	5.006	5.078	228	4	5.310	-5,7%
Serviço de Pilotagem	3.105	198	15	3.318	3.152	239	10	3.401	-2,4%
Serviço de Reboque	3.919	-	-	3.919	3.724	-	-	3.724	5,2%
Uso de Equipamento Marítimo	247	3	-	250	395	-	-	395	-36,8%
Serviço de Amarração	796	45	-	841	763	51	-	814	3,2%
Outros	1.162	41	560	1.763	1.167	72	477	1.716	2,7%
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	387	256	-	643	337	224	-	561	14,6%
CONCESSÕES	27.542	601	-	28.143	27.520	917	-	28.438	-1,0%
Terminal Petroleroiro	6.118	-	-	6.118	6.308	-	-	6.308	-3,0%
Terminal de Contentores	16.486	-	-	16.486	15.776	-	-	15.776	4,5%
Terminal de Carga Geral e Granéis	3.624	-	-	3.624	3.671	-	-	3.671	-1,3%
Terminal de Cimentos	661	385	-	1.047	1.037	531	-	1.568	-33,3%
Outras concessões	653	216	-	869	729	386	-	1.115	-22,1%
PLATAFORMA LOGÍSTICA	611	-	-	611	624	-	-	624	-2,0%
USO DOMINIAL	933	282	390	1.604	949	376	186	1.511	6,2%
FORN. E SERVIÇOS DIVERSOS	3.748	481	32	4.261	3.490	535	-	4.025	5,9%
TOTAL	47.254	2.100	1.005	50.359	47.198	2.643	677	50.518	-0,3%

De salientar que as receitas de Serviços Prestados ao Navio (15,1M€) evoluíram negativamente face ao ano anterior, realçando-se as quebras de 5,7% da TUP-Navio e 36,8% do Uso de Equipamento Marítimo, contrapondo com o bom desempenho dos Serviços de Reboque e Amarração, diretamente correlacionado com o aumento do GT médio dos navios que escalaram Leixões¹.

No Porto de Viana do Castelo, há que realçar o Serviço de Pilotagem e a receita da TUP - Navio, que somados representaram mais de 81,6% da receita de Serviços Prestados ao Navio e 18,7% das Prestações de Serviços, sendo que o Serviço de Reboque se encontra concessionado.

A Via Navegável do Douro conseguiu diversificar a sua receita, pelo aumento da receita de Uso Dominial (+110,1%), reduzindo a sua dependência face à tarifa de circulação, contudo ainda continua a ser a sua principal receita, representando mais de 55% do total da Prestação de Serviços e mais de 96% da receita associada aos Serviços Prestados ao Navio.

Os rendimentos relativos a concessões e licenciamentos representaram mais de metade da totalidade dos rendimentos globais. Evidencia-se o seu bom desempenho, apesar do ligeiro decréscimo de 295m€ face a 2015, advindo sobretudo da concessão dos Terminais de Cimentos de Leixões e de Viana do Castelo. O Terminal de Contentores de Leixões foi responsável por 32,7% do total das Vendas e Prestações de Serviços da APDL, apresentando um acréscimo de receita de 4,5% em 2016 face ao ano de 2015, perante o movimento de 658 mil TEU, mais 35 mil TEU que no ano anterior (+5,5%).

O ano de 2015 marcou, em Leixões, o início da obtenção de receitas da exploração da nova atividade, a Plataforma Logística, registando um volume de vendas de 624m€. Em 2016 ainda não se registou faturação a novos operadores pelo que se manteve o mesmo volume de vendas.

Os rendimentos provenientes de Uso Dominial registaram um aumento de mais de 6,2%, suportado pelo aumento registado na unidade do Douro (+204m€), já que em Leixões e em Viana do Castelo se registou uma quebra conjunta de 111m€.

A rubrica Fornecimento e Serviços Diversos assumiu no Porto de Viana do Castelo um peso expressivo, representando perto de 23% do valor global das prestações de serviços. Nesta rubrica destaca-se o fornecimento de energia elétrica (138m€) e a exploração do Porto de Recreio (182m€).

Gastos operacionais

A alteração do objeto da empresa e da sua extensão, que se efetiva em três localizações geograficamente afastadas entre si, obviamente se reflete no aumento dos Gastos Operacionais.

¹ Ver capítulo 2. Atividade Portuária



A APDL registou um valor de quase 27M€ em termos de Gastos Operacionais, o que traduz um acréscimo de 6,1% quando comparado com 2015.

Em 2016, os Gastos Operacionais no seu global aumentaram perto de 1,6M€ (+6,1%) relativamente a 2015, e as respetivas Vendas e Prestações de Serviços decresceram 0,3% (-159m€). As rubricas que mais contribuíram para este aumento dos Gastos Operacionais foram a de Serviços Especializados (nomeadamente, as consultorias e, a vigilância e segurança), e a de Remunerações do pessoal, com um aumento de 463m€ e de 781 m€, respetivamente.

A tabela seguinte apresenta o detalhe e evolução dos principais Gastos Operacionais nos últimos cinco anos da APDL:

unid: 1000 Euros

GASTOS OPERACIONAIS	2016	2015	Δ 16/15	2014	2013	2012
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	12.270	11.695	4,9%	8.759	7.642	7.184
Subcontratos	802	947	-15,3%	744	705	740
Serviços especializados	7.301	6.838	6,8%	4.906	3.843	3.396
Materiais	100	85	18,2%	85	80	84
Energia e Fluidos	2.207	2.108	4,7%	1.583	1.450	1.516
Deslocações e estadas	93	153	-39,2%	71	76	74
Serviços diversos	1.768	1.566	12,9%	1.370	1.488	1.374
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.252	1.284	-2,5%	1.352	1.296	1.474
Mercadorias	818	793	3,2%	826	804	1.075
Matérias subsidiárias e de consumo	434	491	-11,7%	526	492	399
GASTOS COM O PESSOAL	13.473	12.465	8,1%	10.902	11.062	10.663
Remunerações dos órgãos sociais	414	380	9,0%	271	253	221
Remunerações do pessoal	9.806	9.025	8,7%	7.683	7.853	7.189
Benefícios pós-emprego	250	261	-4,2%	537	580	688
Incentivos à aposentação	-	-	0,0%	-	(1)	595
Encargos sobre remunerações	2.331	2.139	9,0%	1.856	1.782	1.366
Outros gastos com o pessoal	673	662	1,7%	553	595	604
TOTAL	26.995	25.445	6,1%	21.012	20.000	19.321

Em termos de unidades de negócio, o quadro seguinte apresenta a evolução nos últimos dois anos.

unid: 1000 Euros

GASTOS OPERACIONAIS	Leixões	Viana	Douro	2016	Leixões	Viana	Douro	2015	Δ 16/15
FORN. SERVIÇOS EXTERNOS	9.117	1.297	1.856	12.270	8.348	2.404	943	11.695	4,9%
Subcontratos	793	9	-	802	898	49	-	947	-15,3%
Serviços especializados	4.765	971	1.564	7.301	3.997	2.107	735	6.838	6,8%
Materiais	83	6	11	100	79	5	1	85	18,2%
Energia e Fluidos	1.842	207	158	2.207	1.780	207	121	2.108	4,7%
Deslocações e estadas	65	3	24	93	142	2	9	153	-39,2%
Serviços diversos	1.568	102	98	1.768	1.453	34	79	1.566	12,9%
CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	1.194	57	0	1.252	1.215	69	0	1.284	-2,5%
Mercadorias	777	41	0	818	730	63	-	793	3,2%
Matérias subsidiárias e de consumo	417	17	0	434	485	6	0	491	-11,7%
GASTOS COM O PESSOAL	11.300	1.734	439	13.473	10.332	1.695	438	12.465	8,1%
Remunerações dos órgãos sociais	414	-	-	414	380	-	-	380	9,0%
Remunerações do pessoal	8.047	1.410	349	9.806	7.290	1.377	357	9.025	8,7%
Benefícios pós-emprego e pensões	250	-	-	250	261	-	-	261	-4,2%
Encargos sobre remunerações	1.931	321	79	2.331	1.744	314	81	2.139	9,0%
Outros gastos	659	3	11	673	658	4	-	662	1,7%
TOTAL	21.612	3.088	2.296	26.995	19.895	4.168	1.382	25.445	6,1%

Os gastos com Energia e Fluidos, no Porto de Leixões, apresentam um crescimento de 4,7%, atingindo o montante de 1,8M€. Este aumento é justificado pela exploração de nova atividade, a Plataforma Logística do Porto de Leixões, e da operação em pleno da infraestrutura do Edifício do Terminal de Cruzeiros.

O Porto de Viana do Castelo apresentou um total de Gastos Operacionais pouco acima dos 3 M€, o que significou uma redução de mais de 25% face a 2015. A rubrica que mais contribuiu para essa diminuição foi a de gastos com dragagens, com uma redução de 1,1M€ fixando-se em 770m€, montante este totalmente financiado pelo Orçamento de Estado – Capítulo 50º.

Por seu lado, a Via Navegável do Douro apresentou um total de Gastos Operacionais de cerca de 2,3M€, registando um acréscimo de 66,1% face a 2015, sendo que, somente o contrato existente com a EDP, pela manutenção das eclusas, foi responsável por 15,9% do total dos gastos (365m€). A necessidade de intervenção urgente em alguns cais e fluminas existentes ao longo dos 208 km do rio Douro teve repercussões diretas sobre as rubricas de FSE (Fornecimento e Serviços Externos), nomeadamente, com reparações, balizagem e sinalização marítima, no montante global de 491m€ de gastos. A duplicação do montante de gastos na rubrica Serviços especializados deveu-se essencialmente às consultorias no âmbito do projeto DIW 2020, encargos estes que foram totalmente financiados por fundos comunitários e do Orçamento de Estado registados na rubrica Outros Rendimentos Operacionais.

Os Gastos com o pessoal estiveram em sintonia com as restantes rubricas, a aumentarem 8,1%, cerca de 1,0M€, resultante do descongelamento das progressões carreiras com efeitos a 1 de Julho de 2016.



Os gastos com as Remunerações dos Órgãos Sociais tiveram um acréscimo de 9%, justificado pelos gastos adicionais com a revisão legal de contas de 2015 e pelo descongelamento das progressões nas carreiras. Os gastos adicionais são relativos a despesas de deslocação e taxas de supervisão pelo facto de a APDL ser uma entidade de interesse público.

A rubrica Remunerações do Pessoal apresentou um acréscimo de 8,7% face a 2015, explicado pelo descongelamento das carreiras, com efeito a 1 de Julho de 2016, repercutindo-se na mesma proporção na rubrica Encargos sobre Remunerações.

Os gastos com Benefícios Pós-emprego reduziram-se em 4,2%, por via da diminuição das pensões provisórias (pensões pagas pela APDL enquanto o processo de aposentação não se encontra concluído na CGA) no montante de 36m€ e pelo ligeiro aumento dos juros suportados com os benefícios pós-emprego.

Outros rendimentos e gastos operacionais

Os Outros Rendimentos Operacionais, que incluem os Subsídios ao Investimento, os Subsídios à Exploração e os rendimentos dos Ativos das Concessões, rondam os 13,8 milhões de euros, representando mais de 20% dos Ganhos Operacionais.

No entanto, os Subsídios ao Investimento (9,4M€) e os Ativos das Concessões (3,2M€) são rendimentos que não originam, no exercício em que são relevados contabilisticamente, fluxos financeiros: os primeiros são reconhecidos de acordo com a depreciação ou amortização dos ativos subjacentes e das imparidades reconhecidas nos ativos fixos e intangíveis, e os segundos representam a expectativa do valor dos ativos no final dos contratos de concessão.

Do total de 2M€ de Subsídios à Exploração, 1,5M€ são financiados pelo Orçamento de Estado através do Capítulo 50.º e respeitam a despesas do Porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro. No caso do Porto de Viana do Castelo, o financiamento recai sobre as dragagens de manutenção de fundos, cuja exploração comercial não gera os rendimentos suficientes para suportar de forma sustentada os encargos que estas dragagens implicam, mas que são essenciais para manter a operacionalidade daquela infraestrutura. No caso da Via Navegável do Douro, o montante atribuído destina-se a financiar os gastos de conservação e

manutenção, o contrato de manutenção das eclusas e a aquisição de sinalização fluvial. Os restantes 500m€ de Subsídios à Exploração foram recebidos no âmbito do projeto DIWW 2020, para fazer face a despesas associadas a consultorias e promoção do projeto, a sua mensuração foi efetuada mediante os gastos assumidos.

Relativamente aos Outros Gastos Operacionais e Provisões, o aumento registado deve-se à constituição das provisões relacionadas com processos judiciais em curso, nomeadamente, com os processos relativos aos Molhes do Douro e ao Guindaste Titan, com um montante registado de 4,1M€ e 1,5M€, respetivamente.

Gastos de financiamento

Apesar do gasto com juros se ter reduzido no que diz respeito ao financiamento obtido junto do BEI, 535m€ em 2016 contra os 565m€ em 2015, o resultado financeiro agravou-se em 20m€, tendo em conta a menor rentabilidade dos excedentes de tesouraria.

6.2. Situação patrimonial e financeira

O Balanço apresentado de seguida espelha a evolução ocorrida na situação patrimonial e financeira:

BALANÇO	2016		2015		Δ 2016 / 2015	
	10 ³ €	%	10 ³ €	%	10 ³ €	%
ATIVO NÃO CORRENTE	412.574	87%	404.178	88%	8.397	2%
Ativos fixos tangíveis	327.867	69%	332.662	72%	-4.794	-1%
Ativos por impostos diferidos	34.725	7%	24.675	5%	10.050	41%
Outros ativos não correntes	49.982	10%	46.841	10%	3.141	7%
ATIVO CORRENTE	63.945	13%	57.042	12%	6.903	12%
Clientes	4.747	1%	5.201	1%	-454	-9%
Outros créditos a receber	3.314	1%	3.967	1%	-652	-16%
Caixa e depósitos bancários	54.377	11%	46.123	10%	8.254	18%
Outros ativos correntes	1.507	0%	1.752	0%	-245	-14%
TOTAL DO ATIVO	476.519	100%	461.220	100%	15.299	3%
CAPITAL PRÓPRIO	364.334	76%	359.921	78%	4.413	1%
PASSIVO NÃO CORRENTE	91.930	19%	85.566	19%	6.363	7%
PASSIVO CORRENTE	20.256	4%	15.733	3%	4.523	29%
Fornecedores	1.828	0%	2.133	0%	-305	-14%
Estado e outros entes públicos	2.659	1%	791	0%	1.869	236%
Outras dívidas a pagar	15.769	3%	12.810	3%	2.960	23%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	476.519	100%	461.220	100%	15.299	3%

O Ativo cresceu 3% suportado no aumento registado nos Ativos Correntes (+7M€), nomeadamente na rubrica Caixa e Depósitos Bancários (+8,3M€), e nos Ativos por Impostos Diferidos (+10,0M€).

O Ativo Não Corrente cresceu apenas 2% em 2016, sendo o aumento do volume de depreciações e amortizações e imparidades (23,7M€) quase totalmente anulado pelo investimento realizado em ativos fixos e intangíveis (17,2M€) e nos aumentos dos Ativos das concessões (5,1M€). Estas variações são justificadas na sua totalidade pelo aumento dos Ativos por Impostos Diferidos devido ao efeito da reavaliação fiscal do ativo fixo tangível e propriedades de investimento. A APDL apurou uma reserva fiscal no montante de 39 M€, resultando um correspondente ativo por imposto diferido no montante de 10,1M€.

A rubrica Outros ativos não correntes é constituída pelos ativos intangíveis e propriedades de investimento. Nos ativos intangíveis, destaque-se a quantia relativa aos ativos das concessões (42,5 M€) e nas propriedades de investimento, o montante de 2,8 M€ relativo aos edifícios e construções afetos à concessão West-Sea, em Viana do Castelo.

As disponibilidades aumentaram 8,3M€ em consequência do fluxo positivo da atividade operacional (19,5M€), dos recebimentos provenientes dos subsídios ao investimento (7,9M€), apesar dos pagamentos das despesas de investimento (15,8M€), da amortização do financiamento do BEI e pagamento dos respetivos juros (1,4M€) e dos dividendos relativos ao ano anterior (2,5M€).

As disponibilidades da empresa ascenderam no final de 2016 a 54,4 milhões de euros, dos quais 52,5 milhões (96,6%) colocados nas contas do IGCP, ao abrigo do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, dos quais 50,7 milhões em aplicações de curto prazo (CEDIC's). A diferença residual encontrava-se em contas da banca comercial que a empresa mantém para assegurar os serviços que não são prestados por aquele organismo público.

O Capital Próprio reforçou-se em 4,4M€, mantendo a sua cobertura do Ativo acima dos 75%. O já referido pagamento de 2,5M€ de dividendos foi compensado pelo reconhecimento e de Subsídios ao Investimento.

O Passivo Não Corrente aumentou 7% relativamente a 2015, pelo reforço da provisão para processos judiciais (5,6M€) e da rubrica Diferimentos (2,3M€). Ressalve-se que esta rubrica Diferimentos regista a contrapartida dos ativos das concessões pelo que não reflete qualquer saída de fundos. Por outro lado, regista-se a redução do financiamento obtido no BEI (-940m€) e a redução das responsabilidades por benefícios pós-emprego (-330m€).

No mesmo sentido, o Passivo Corrente agravou-se em 4,5M€ pelas dívidas a pagar aos fornecedores de investimento (+1,8M€), pelo imposto a pagar em resultado da adesão facultativa ao regime de reavaliação fiscal do ativo (1,8M€), pelo subsídio ao investimento a devolver (1,7M€). Relativamente ao ano anterior, regista-se a redução de 1,7M€ pela dívida acumulada à entidade reguladora. Em 2016, os pagamentos foram feitos com regularidade mensal encontrando-se em dívida apenas a quantia relativa ao mês de dezembro de 2016.

Financiamento

A 7 de junho de 2011, a APDL assinou um contrato de financiamento com o BEI, assegurado por uma garantia do Estado Português, até ao montante de 70 milhões de euros, com o objetivo de dar execução a três grandes projetos de investimento já em curso – o novo Terminal de Cruzeiros, a PLPL e a aquisição de dois rebocadores de grande porte. Em outubro de 2011, a APDL procedeu ao primeiro e único desembolso à data no montante de 20 milhões de euros. A APDL já amortizou 1,34M€ (440m€ em 2015 e 900m€ em 2016).

Em maio de 2015, o BEI autorizou o pedido da APDL de prorrogação de prazo daquele empréstimo para efeitos de utilização até maio de 2017 e a extensão do objeto inicial do

contrato de financiamento, permitindo assim abranger os investimentos do Polo 2 da PLPL. Encontra-se em análise pelo BEI novo pedido da APDL de prorrogação do prazo para efeitos de utilização até maio de 2019.

Desempenho económico

Tendo por base o DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, as orientações estratégicas para o Setor Empresarial do Estado definidas através da Lei do OE/2016 e as orientações emitidas pelo acionista, apresenta-se um conjunto de indicadores financeiros ilustrativos do desempenho da APDL nos últimos 2 anos.

INDICADORES	2016	2015	Δ %
INDICADORES DE EFICIÊNCIA			
GASTOS OPERACIONAIS/EBITDA	1,18	0,84	40,9%
GASTOS COM PESSOAL/EBITDA	0,44	0,36	22,4%
GASTOS DE APROVISIONAMENTO/EBITDA	0,40	0,34	18,8%
INDICADORES DE COMPORTABILIDADE DE INVESTIMENTOS E CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO			
DIVIDA/CAPITAL PRÓPRIO	0,08	0,08	-5,5%
EBITDA/JUROS LÍQUIDOS	56,70	60,80	-6,8%
AUTONOMIA FINANCEIRA (CAPITAL PRÓPRIO/ATIVO TOTAL)	0,76	0,78	-2,0%
SOLVABILIDADE (CAPITAL PRÓPRIO/PASSIVO TOTAL)	3,25	3,55	-8,5%
LIQUIDEZ (ATIVO CORRENTE/PASSIVO CORRENTE)	3,16	3,63	-12,9%
PRAZOS MÉDIOS			
PRAZO MÉDIO PAGAMENTO	25	36	-30,6%
PRAZO MÉDIO RECEBIMENTO	35	38	-7,9%
INDICADORES DE RENTABILIDADE E CRESCIMENTO			
MARGEM EBITDA	0,60	0,68	-11,4%
MARGEM EBIT	0,13	0,28	-52,2%
INDICADORES DE REMUNERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO			
RESULTADO LÍQUIDO/CAPITAL INVESTIDO	0,02	0,02	-12,1%
RESULTADO LÍQUIDO/CAPITAL PRÓPRIO	0,02	0,03	-12,5%

Os indicadores de eficiência agravam-se, dado que o EBITDA decresceu, enquanto os Gastos Operacionais e os Gastos com o Pessoal cresceram, quando comparados com o ano anterior.

A deterioração dos indicadores de eficiência ao crescimento dos gastos com o pessoal (+1M€) e ao reforço das provisões para processos judiciais (+5,7M€). A dimensão do reforço das provisões é um facto excecional e de montante superior à redução do EBITDA (-4M€).

A APDL continua a revelar uma autonomia financeira sólida, bem como uma boa capacidade de endividamento.

O rácio de liquidez situa-se em 3,16 devido ao elevado montante de subsídios ao investimento e exploração recebidos (9,9M€).

O prazo médio de recebimento apresenta uma redução de 3 dias, fixando-se nos 35 dias, enquanto o prazo médio de pagamento se fixou nos 25 dias.

Relativamente aos indicadores de remuneração do Capital observa-se uma deterioração da situação como consequência de um duplo efeito, por um lado, da redução do Resultado Líquido, e por outro, do aumento do Capital Próprio, essencialmente justificada pelo aumento da Reserva de Investimento.

7. Perspetivas futuras

Os novos desafios colocados à APDL decorrentes da integração do porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro acarretam um conjunto de riscos e oportunidades, para os quais será preciso dar resposta no futuro próximo.

Assim, durante o ano 2017, os desafios mais relevantes a desenvolver serão:

- Continuação do desenvolvimento das áreas de negócio mais recentes – os cruzeiros, particularmente no segmento de *turnaround* e a plataforma logística, esta última em fase de contratualização e instalação de diversos operadores logísticos;
- A conclusão da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do porto de Leixões, do porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Rio Douro, essencial para definir o desenvolvimento futuro destas infraestruturas, numa perspetiva integrada e complementar, permitindo aproveitar e rentabilizar todo o seu potencial económico e potenciando o desenvolvimento das regiões onde se inserem e do país;
- Conclusão e formalização dos processos de renegociação dos Contratos de Concessão do Direito de Exploração Comercial, em Regime de Serviço Público, estabelecidos com o TCL – Terminal de Contentores de Leixões, SA e com o TCGL – Terminal de Carga Geral e de Granéis de Leixões SA, sendo o fecho destes acordos determinante, por exemplo, para a realização do investimento de Reversão do Terminal de Contentores Sul do Porto de Leixões, pelo TCL;
- Conclusão dos estudos inerente à realização do projeto do Novo Terminal de Contentores do Porto de Leixões com fundos a -14 metros, o qual implicará o prolongamento do quebra-mar do Porto de Leixões em 300 metros e a reformulação do atual Porto de Pesca;
- Lançamento do concurso para concessão da marina do molhe sul do Porto de Leixões, que permitirá fomentar a navegação de recreio e o turismo náutico na região;
- Implementação dos projectos de melhoria das acessibilidades marítimas e terrestres ao Porto de Viana do Castelo, bem como da reforma do modelo de gestão e exploração do porto;
- Melhoria das condições de navegabilidade no Porto de Viana do Castelo, através do aprofundamento do anteporto e do canal de acesso aos estaleiros navais e cais do Bugio o que permitirá aumentar sua competitividade;
- Lançamento das obras que irão resolver o principal constrangimento da VND e transformar o Douro numa grande via interior internacional garantindo desde o mar até Espanha as necessárias condições de segurança aos navios flúvio-marítimos de grande dimensão;
- Lançamento das obras de aprofundamento e alargamento do troço do canal junto à foz do Tua e do Sabor, garantindo o financiamento da respetiva obra por fundos comunitários;
- Implementação do RIS no terreno, tendo por base a cartografia oficial do rio Douro entretanto produzida;
- Definição e implementação da proposta tarifária na VND, de forma a taxar todos os usos efetivos, bem como encontrar novas fontes de financiamento.

Ao nível do movimento portuário estima-se o crescimento da atividade em todas as unidades de negócio da APDL ao longo dos próximos anos.

MOVIMENTO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2017/ 2016
	(Real)	(Real)	(Real)	(Previsão)	(Previsão)	(Previsão)	(Var. %)
PORTO DE LEIXÕES							
MERCADORIAS (toneladas)	18 091 312	18 791 532	18 314 832	19 170 000	19 377 000	19 596 540	4,7%
CAIS COMERCIAIS	10 316 861	10 498 009	10 924 443	11 120 000	11 327 000	11 546 540	1,8%
» Carga Geral Fraccionada	1 021 234	1 145 744	1 197 527	1 160 000	1 160 000	1 160 000	-3,1%
» Graneis Sólidos	2 323 230	2 567 999	2 381 202	2 730 000	2 810 000	2 900 000	14,6%
» Granéis Líquidos	53 234	59 367	59 501	80 000	80 000	80 000	34,5%
» Ro-Ro	407 475	736 429	902 394	800 000	800 000	800 000	-11,3%
» Carga Contentorizada	6 511 688	5 988 470	6 383 819	6 350 000	6 477 000	6 606 540	-0,5%
TERMINAIS PETROLEIRO e OCEÂNICO							
» Granéis Líquidos	7 774 451	8 293 523	7 390 389	8 050 000	8 050 000	8 050 000	8,9%
CONTENTORES							
» Número	417 055	385 790	399 569	398 000	406 000	414 000	-0,4%
» TEU's	666 697	624 009	658 363	637 000	650 000	663 000	-3,2%
PASSAGEIROS							
» Número	64 440	79 065	71 799	83 630	87 811	92 202	16,5%
PORTO DE VIANA DO CASTELO							
MERCADORIAS (toneladas)	457 137	432 110	391 274	450 000	450 000	450 000	15,0%
Geral fracionada	260 607	271 831	248 938	270 000	270 000	270 000	8,5%
Granéis sólidos	162 930	130 902	99 505	150 000	150 000	150 000	50,7%
Granéis líquidos	32 996	28 048	42 498	30 000	30 000	30 000	-29,4%
Carga Contentorizada	604	1 329	332	0	0	0	-100,0%
VIA NAVEGÁVEL DO DOURO							
MERCADORIAS (toneladas)							
» Graneis Sólidos	23 854	31 558	31 557	30 000	30 000	30 000	-4,9%
PASSAGEIROS							
» Número	615 361	721 242	946 728	854 505	897 231	942 093	-9,7%

Para Leixões, existe a expectativa que venham a ser atingidos novos máximos de movimentação, atingindo-se a marca dos 19 milhões de toneladas, contando para tal com os contributos relevantes ao nível da crescimento da carga contentorizada, dos granéis sólidos e do ro-ro.

No que respeita ao porto de Viana do Castelo, estima-se que seja possível inverter a atual tendência de perda de cargas, principalmente através do crescimento dos segmentos dos granéis líquidos e sólidos, permitindo alcançar de novo o patamar das 500 mil toneladas movimentadas anualmente.

Ao nível do segmento dos cruzeiros prevê-se a continuação do forte crescimento que se tem observado nos últimos anos. Neste particular o principal contributo virá da Via Navegável do Douro, onde com a entrada em operação de novas embarcações e operadores vai potenciar o aumento do tráfego de passageiros marítimo-fluvial, que se espera vir a ultrapassar a marca de

1 milhão de passageiros anuais em 2019. Também em Leixões os investimentos em infraestruturas e na promoção internacional do porto permitirão a entrada num novo período de crescimento com mais de 100 escalas já confirmadas e a previsão de cerca de 105 mil passageiros e 50 mil tripulantes para 2017. Estes números correspondem a um crescimento de 27% no número de navios e de 46% no número de passageiros, comparativamente com o ano anterior.

Apesar das perspetivas positivas de evolução da atividade, a manutenção do equilíbrio económico-financeiro da empresa exigirá uma gestão prudente e criteriosa para fazer face ao exigente plano de investimentos que se pretende concretizar nos próximos anos.

Revela-se assim necessária a introdução de medidas de reequilíbrio económico das áreas de negócio deficitárias, a procura de novas fontes de financiamento que permitam suportar os investimentos planeados e a adoção de uma política de retenção de resultados que assegure a parcela de fundos próprios necessária à concretização desses mesmos investimentos.

8. Outras informações legais

8.1. Eventos subsequentes

Não são conhecidos outros eventos posteriores a 31 de dezembro de 2016 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2016.

8.2. Participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização

De acordo com as obrigações de comunicação previstas nos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais, comunica-se o seguinte:

Os acionistas que detêm mais de 10% do capital social são:

- 100% - Direção Geral do Tesouro.

Os administradores da empresa não detêm qualquer ação da empresa.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

De acordo com o previsto no artigo n.º 17.º dos Estatutos da Sociedade e no artigo n.º 294.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação do Resultado Líquido de 2016, no montante de 8.924.445,54 euros:

- | | |
|---|---------------------|
| – Reservas não distribuíveis - Ativos das Concessões ² :
Euros; | 1.092.888,39 |
| – Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016 | 4.682.657,25 Euros; |
| – Reserva para Investimento: | 3.148.899,90 Euros. |

Na elaboração da proposta de aplicação de resultados, foram ainda tidos em consideração os seguintes factos:

- O arrojado plano de investimentos para o triénio 2017-2019, no valor de cerca de 185 milhões de euros, em grande parte suportado por capitais próprios da empresa, destacando-se a conclusão da Plataforma Logística do Porto de Leixões e a implementação do projeto do Novo Terminal de Contentores – para este projeto estima-se que as necessidades de financiamento público ascendam a 150 milhões de euros;
- As duas unidades de negócio incorporadas na APDL em 2015, o Porto de Viana do Castelo e a Via Navegável do Douro, evidenciaram até à data uma exploração económica deficitária, o que exige folga financeira da APDL para suportar a sustentabilidade da sua atividade;
- O objetivo a prosseguir no futuro de minimizar o recurso a capital alheio na estrutura de financiamento do plano de investimentos aconselha ao reforço da Reserva para Investimento” no valor de 3.148.899,90 euros.

Leça da Palmeira, 14 de março de 2016

O Conselho de Administração,

Emílio Fernando Brògueira Dias

Amadeu Ferreira da Rocha

Raquel Sofia Guimarães de Matos Maia

Alberto Fernando da Silva Santos

² As reservas não distribuíveis – Ativos das Concessões, resultam da implementação da política contabilística aprovada pelas Administrações Portuárias relativa ao reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A implementação desta política contabilística teve em consideração o parecer da CNC (Comissão de Normalização Contabilística) datado de 3 de janeiro de 2012.



Relatório de Gestão e Demonstrações financeiras – Exercício de 2016

Capítulo II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	6 e 9	327.867.436	332.661.546
Propriedades de investimento	7	3.510.594	3.712.317
Ativos intangíveis	8 e 9	46.344.137	43.003.825
Outros investimentos financeiros	10	126.939	124.810
Ativos por impostos diferidos	11.1	34.725.199	24.675.258
		412.574.305	404.177.756
Ativo corrente:			
Inventários	12	517.752	514.912
Clientes	13	4.746.831	5.200.718
Estado e outros entes públicos	14.1	827.297	1.046.605
Outros créditos a receber	15	3.314.310	3.966.527
Diferimentos	16	161.596	190.543
Caixa e depósitos bancários	5	54.377.008	46.122.612
		63.944.794	57.041.917
Total do ativo		476.519.099	461.219.673
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito	17	51.035.000	51.035.000
Reservas legais	18	11.122.456	11.122.456
Outras reservas	19	159.921.536	152.341.105
Resultados transitados	20	65.801.556	65.800.694
Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	21 e 22	67.528.553	69.540.071
		355.409.101	349.839.326
Resultado líquido do período		8.924.446	10.081.292
Total do capital próprio		364.333.547	359.920.618
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	23	13.045.831	7.391.604
Financiamentos obtidos	24	17.720.000	18.660.000
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	25	10.448.937	10.781.945
Passivos por impostos diferidos	11.2	3.891.824	3.690.787
Estado e outros entes públicos	14.2	1.821.033	-
Outras dívidas a pagar	28	18.022.368	19.465.392
Diferimentos	26	26.979.546	25.576.361
		91.929.539	85.566.089
Passivo corrente:			
Fornecedores	27	1.827.597	2.132.834
Estado e outros entes públicos	14.2	2.659.329	790.610
Financiamentos obtidos	24	940.000	900.000
Outras dívidas a pagar	28	11.311.658	8.906.475
Diferimentos	26	3.517.429	3.003.047
		20.256.013	15.732.966
Total do passivo		112.185.552	101.299.055
Total do capital próprio e do passivo		476.519.099	461.219.673

O Contabilista Certificado

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Un: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	29	50.359.481	50.518.064
Subsídios à exploração	22.2	1.983.385	2.862.906
Trabalhos para a própria entidade	6.2 e 8.2	15.403	89.883
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12.2	(1.252.032)	(1.284.402)
Fornecimentos e serviços externos	30	(12.270.343)	(11.695.376)
Gastos com o pessoal	31	(13.472.780)	(12.465.233)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2	19.941	(233.535)
Provisões (aumentos/reduções)	23	(5.654.227)	11.263
Outros rendimentos	32	13.833.818	9.721.810
Outros gastos	33	(3.210.266)	(3.148.204)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		30.352.380	34.377.176
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 - 8	(22.372.918)	(21.221.260)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9	(1.309.053)	833.261
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.670.409	13.989.177
Juros e rendimentos similares obtidos	5	72.045	121.574
Juros e gastos similares suportados	24.2	(535.361)	(565.389)
Resultado antes de impostos		6.207.093	13.545.362
Imposto sobre o rendimento do período	34	2.717.353	(3.464.070)
Resultado líquido do período		8.924.446	10.081.292

Resultado por ação básico		0,87	0,99
---------------------------	--	------	------

O Contabilista Certificado

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2015

DESCRIÇÃO	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA								
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
A 1 de janeiro de 2015	1	51.035.000	11.122.456	129.431.045	65.723.264	2.903.658	69.186.948	11.837.120	341.239.491
Alterações no período									
Integração de Viana do Castelo (ver Nota 18)		-	-	1.615.391	77.430	(2.903.658)	1.210.837	-	-
Integração dos ativos dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ver Nota 2.3 (iii) e 6)		-	-	3.195.668	-	-	-	-	3.195.668
Integração de Via Navegável do Douro (ver Nota 2.3 (i))		-	-	8.773.537	-	-	-	-	8.773.537
Subsídios ao investimento (líquido do efeito fiscal futuro) (ver Nota 22)		-	-	-	-	-	(1.277.237)	-	(1.277.237)
Desvios atuariais (líquido do efeito fiscal futuro) (ver Notas 11.1 e 23.3)		-	-	-	-	-	419.523	-	419.523
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido		-	-	9.325.464	2.511.656	-	-	(11.837.120)	-
	2	-	-	22.910.060	2.589.086	(2.903.658)	353.123	(11.837.120)	11.111.491
Resultado líquido do período	3							10.081.292	10.081.292
Resultado integral	4=2+3								21.192.783
Operações com detentores de capital no período									
Distribuições (dividendos)		-	-	-	(2.511.656)	-	-	-	(2.511.656)
	5	-	-	-	(2.511.656)	-	-	-	(2.511.656)
A 31 de dezembro de 2015	6=1+2+3+5	51.035.000	11.122.456	152.341.105	65.800.694	-	69.540.071	10.081.292	359.920.618

O Contabilista Certificado

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016

DESCRIÇÃO	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA							
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
A 1 de janeiro de 2016	51.035.000	11.122.456	152.341.105	65.800.694	69.540.071	10.081.292	359.920.618	
Alterações no período								
Subsídios ao investimento (líquido do efeito fiscal futuro)	-	-	-	-	(1.882.602)	-	(1.882.602)	
Desvios atuariais (líquido do efeito fiscal futuro)	-	-	-	-	(128.916)	-	(128.916)	
Outras alterações			(861)	862			1	
Aplicação do resultado líquido	-	-	7.581.292	2.500.000	-	(10.081.292)	-	
	2	-	7.580.431	2.500.862	(2.011.518)	(10.081.292)	(2.011.517)	
Resultado líquido do período	3					8.924.446	8.924.446	
Resultado integral	4=2+3						6.912.929	
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições (dividendos) (Ver Nota 20)		-	-	(2.500.000)	-	-	(2.500.000)	
	5	-	-	(2.500.000)	-	-	(2.500.000)	
A 31 de dezembro de 2016	6=1+2+3+5	51.035.000	11.122.456	159.921.536	65.801.556	67.528.553	8.924.446	364.333.547

O Contabilista Certificado

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Un: Euros

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2016	2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>	-		
Recebimentos de clientes		58.099.229	55.912.242
Pagamentos a fornecedores		(16.774.548)	(14.073.561)
Pagamentos ao pessoal		(10.802.311)	(10.548.489)
Caixa gerada pelas operações		30.522.370	31.290.192
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(3.508.948)	(1.911.274)
Outros recebimentos/pagamentos		(7.467.742)	(5.377.816)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		19.545.680	24.001.102
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>	-		
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(12.842.930)	(12.895.373)
Ativos intangíveis		(2.932.060)	(2.366.124)
Investimentos financeiros		(2.074)	(926)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		154	458.024
Outros ativos		437.755	163.917
Subsídios ao investimento		7.904.079	3.787.059
Juros e rendimentos similares		73.708	127.937
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(7.361.368)	(10.725.486)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>	-		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	24	(900.000)	(440.000)
Juros e gastos similares		(529.916)	(557.889)
Dividendos	20	(2.500.000)	(2.511.656)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(3.929.916)	(3.509.545)
Varição de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		8.254.396	9.766.071
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	46.122.612	33.877.610
Integração de Viana e da VND		-	2.478.931
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	54.377.008	46.122.612

O Contabilista Certificado

A Administração

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

1. Identificação da entidade

Denominação social: APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Natureza jurídica: Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

Sede: Avenida da Liberdade, 4450-718 Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos.

Número de pessoa coletiva: 501449752.

A APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., adiante designada por “APDL” ou “Empresa”, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por objeto a administração dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo e da via navegável do rio Douro, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

1.1. Áreas de jurisdição

Porto de Leixões

A área de jurisdição abrange a faixa marginal do domínio público marítimo desde o enfiamento do eixo da Rua da Bélgica na Praia de Lavadores até ao paralelo do farol da Boa Nova, ao Norte do Porto de Leixões e compreende além disso, as duas zonas seguintes:

- Zona do Porto do Douro, que inclui todo o estuário do Rio Douro desde 200 metros a montante da Ponte Luís I até à Foz com todas as suas margens, ancoradouros, cais, docas e terraplenos existentes ou que venham a ser construídos;
- Zona do Porto de Leixões que abrange os quebra-mares, a área molhada por eles circunscrita e as docas existentes ou a construir; o curso do Rio Leça até à antiga ponte dos moinhos de Guifões e a área terrestre delimitada pelo domínio público respetivo.

Porto de Viana do Castelo

A área de jurisdição é constituída pelos terrenos do domínio público marítimo e fluvial delimitados pelos contornos e linhas definidos na planta anexa ao Decreto-Lei n.º 211/2008 de 3 de novembro.

Via de Navegável do Douro

As atribuições e competências referidas são prosseguidas e exercidas nas áreas situadas dentro do domínio público hídrico e nas zonas marítimas, flúvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração e gestão da via navegável do rio Douro e à execução e conservação das obras nelas existentes ou em curso.

- Todo o leito e as parcelas das margens diretamente associadas e necessárias às infraestruturas e equipamentos, existentes ou que venham a ser construídos, de apoio

à navegação da via navegável do rio Douro e as águas do rio Douro, desde a foz do rio Águeda, afluente da margem esquerda do rio Douro, até à respetiva barra, bem como os afluentes deste troço do rio Douro até ao perfil em que o leito desse afluente se encontra a cota igual à cota máxima de retenção normal da albufeira do rio Douro em que esse afluente desagua, incluindo as eclusas e os cais de acostagem;

- Os acessos fluviais aos cais de acostagem e às zonas de manobra, os terraplenos adjacentes às zonas portuárias e os acessos terrestres inseridos nestas áreas de ligação às vias municipais e nacionais.

1.2. Áreas de atuação

- Fomentar e promover a atividade portuária nos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo;
- Assegurar o regular funcionamento dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo nas suas vertentes de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária;
- Atribuir licenças ou concessões nas áreas sob a sua jurisdição;
- Licenciar o exercício da atividade portuária e a concessão de serviços públicos portuários;
- Regulamentar as taxas a cobrar pela utilização dos portos e respetivos serviços;
- Supervisionar e fiscalizar o uso público dos serviços inerentes à atividade portuária, e;
- Expropriar, por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários.
- Promover e incentivar a navegação na via navegável do rio Douro;
- Promover e incentivar as atividades relacionadas com a navegação, divulgando a sua imagem junto dos agentes económicos, gerindo os recursos e contribuindo para o desenvolvimento da região do Douro;
- Desenvolver e conservar as infraestruturas e os equipamentos destinados a assegurar a circulação na via navegável do rio Douro e a utilização das instalações portuárias;
- Administrar os bens integrados na sua área de jurisdição;
- Coordenar as intervenções de outras entidades públicas ou privadas com impacto na navegável do rio Douro.

1.3. Serviços prestados:

- Ajudas à navegação;
- Gestão de postos de acostagem;
- Controlo de tráfego marítimo;
- Prestação dos serviços de amarração, guindagem, armazenagem, aguada, recolha de resíduos, energia elétrica, rebocadores e pilotagem;
- Manutenção dos canais de acesso;

- Utilização da via navegável do Rio Douro;
- Prevenção e combate à poluição no mar;
- Sistemas de segurança;
- Construção e manutenção de acessibilidades terrestres ao porto;
- Manutenção de equipamentos, cais e terraplenos;
- Limpeza da área portuária;
- Atribuição de licenças no âmbito da sua área de jurisdição (praias, terraplenos, “pipelines”, entre outros) e;
- Atribuição de concessões (Granéis Líquidos, Contentores, Granéis Sólidos, Carga Geral Fracionada, Doca de Recreio, Porto de Pesca, Cais de Gaia, Cais Comercial da Sardoura, Cais Comercial da Várzea do Douro).

No âmbito das orientações da política comum de transportes e da política nacional para o setor marítimo-portuário, a Empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão de autoridade portuária, através do acionamento dos processos de concessão ao setor privado das operações e infraestruturas portuárias com o conseqüente afastamento da APDL da área operacional (cada vez mais "Landlord Port" e menos "Tool Port") e acentuando as funções de controlo e fiscalização e de autoridade portuária. Os prazos das concessões são, na sua generalidade, de 25 anos.

A APDL foi inicialmente constituída com um capital social de 20.854.740 euros, tendo subsequentemente sido aumentado para 48.000.000 euros. Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos ativos integrados nas contas aquando da sua constituição.

Em 28 de março de 2008, por deliberação unânime do Acionista, o capital social foi aumentado no montante de 3.035.000 euros, realizado em dinheiro e totalmente subscrito pelo acionista único (DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças, representante do Estado Português). Após o referido aumento, o capital social foi fixado em 51.035.000 euros e passou a ser constituído por 10.207.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

No final do exercício de 2014, foi elaborado um projeto de fusão da APVC - Administração do Porto de Viana do Castelo, S. A. com a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S. A., na modalidade prevista na alínea a) do n.º 4.º do artigo 97.º do Código das Sociedades Comerciais (fusão por incorporação). O registo definitivo da fusão ocorreu por escritura realizada em 7 de janeiro de 2015, produzindo efeitos fiscais e contabilísticos a partir de 1 de janeiro de 2015. A transmissão dos valores patrimoniais ativos e passivos foi efetuada pelos valores inscritos na contabilidade da APVC, tendo-se aplicado, conseqüentemente, o regime especial de neutralidade fiscal previsto nos artigos 74.º e seguintes do Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (CIRC).

Com o registo definitivo da fusão, a APVC foi extinta, pelo que a universalidade dos seus bens, direitos e obrigações ficaram na esfera da APDL, na qualidade de Sociedade Incorporante.

Por outro lado, em 21 de maio de 2015, foi publicado o Decreto-Lei n.º 83/2015, que procedeu à atribuição à APDL, da jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, flúvio-marítimas e

terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, anteriormente atribuída ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM, I.P.), cuja gestão transitória, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 44/2014, de 20 de março, e 77/2014, de 14 de maio, foi cometida ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, I.P.), transmitindo também a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integram a esfera jurídica do IPTM, I.P., afetos a essa jurisdição. Esta integração reportou-se a 1 de janeiro de 2015.

Em função do referido acima, os Estatutos foram alterados, passando a Empresa a designar-se APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A..

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 14 de março de 2017. É da opinião o Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2016. Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos acontecimentos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na nota 4.21.

O sistema de normalização contabilística foi alterado em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso n.º 8256 com aplicação no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2016. As alterações não originaram efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

Nota não aplicável.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

4.1. Conversão cambial

4.1.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo, são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

4.1.2. Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos e recebimentos das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos e transações.

4.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis (incluindo os bens de domínio público) integrados à data de constituição da Empresa foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação abrangeu parte significativa dos bens integrados e reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”. Estes ativos estão escriturados pelo seu valor de avaliação deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas (ver Nota 4.6).

No que se refere aos ativos fixos tangíveis do porto de Viana do Castelo, integrados à data de constituição da APVC, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2009, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”.

No que se refere aos ativos fixos tangíveis da Via Navegável do Douro, integrados na APDL na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2015, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas (ver Nota 4.6).

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, os impostos não dedutíveis, despesas de transporte, de montagem e preparação do ativo até que se encontre em condições de utilização.

Os custos subsequentes incorridos que aumentem a vida útil, a capacidade ou melhorem o desempenho dos ativos são reconhecidos no custo do ativo. Incluem-se neste ponto, os custos com as revisões periódicas obrigatórias dos rebocadores.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As reparações periódicas obrigatórias que aumentam a utilidade económica dos ativos fixos tangíveis (equipamentos) são reconhecidas como itens de ativo fixo tangível e depreciados durante o período de duração das mesmas.

Os gastos de depreciação são calculados, sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 25/2009), as que permitam a depreciação do ativo, durante a sua vida útil estimada. Os bens objeto do processo de avaliação patrimonial acima referido são depreciados em função do período de vida útil atribuído naquele processo.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas médias, em anos:

	Vida útil média		
	Leixões	Viana do Castelo	Via Navegável do Douro
Edifícios e outras construções	12 – 50	20 - 80	20 - 80
Equipamento básico	10 – 15	5 - 15	3 – 5
Equipamento de transporte	4 – 6	-	2
Equipamento administrativo	4 – 8	4 - 8	3 - 5
Outras imobilizações corpóreas	4 – 5	5 - 10	5

Os terrenos não são objeto de depreciação.

Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O abate ou alienação dos ativos fixos tangíveis gera ganhos ou perdas que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida recebida pela venda, troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os ganhos ou perdas gerados são registados na demonstração dos resultados do período nas rubricas, respetivamente, Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

4.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, integradas à data de constituição da Empresa foram registadas com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”. Estes ativos estão escriturados pelo seu valor de avaliação deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas (ver Nota 4.6).

As propriedades de investimento relacionadas com os ativos dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, foram registadas com base em avaliação efetuada por um perito credenciado e independente, tendo sido utilizado o método do rendimento.

As propriedades de investimento adquiridas subsequentemente encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas (ver Nota 4.6).

As depreciações são calculadas, sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 25/2009), as que permitam a depreciação da propriedade, durante a sua vida útil estimada. Os terrenos classificados nesta categoria também não são sujeitos a depreciações.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As intervenções que aumentam a utilidade económica das propriedades são depreciadas durante o período de duração das mesmas.

O abate ou alienação das propriedades de investimento gera ganhos ou perdas que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida recebida pela venda, troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os ganhos ou perdas gerados são registados na demonstração dos resultados do período nas rubricas, respetivamente, *Outros rendimentos e ganhos* ou *Outros gastos e perdas*.

4.4. Ativos intangíveis (exceto os abrangidos pela Nota 4.5)

Os ativos intangíveis, que não os mencionados na Nota 4.5, compreendem essencialmente licenças de programas de computador e programas desenvolvidos internamente. Os ativos são registados pelo seu valor de aquisição, acrescido de todos os custos incorridos até à data da sua entrada em utilização. Os custos compreendem os serviços de fornecedores, impostos não dedutíveis, custos com mão-de-obra interna e consumos de materiais.

O valor escriturado corresponde ao custo de aquisição menos as amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (ver Nota 4.6).

Estes ativos são amortizados pelo método das quotas constantes, em duodécimos, durante um período de 3 a 6 anos. Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos intangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável. Se este for inferior ao valor escriturado então a Empresa reconhece uma perda por imparidade que é registada na rubrica Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) se for amortizável, ou na rubrica Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) caso não seja amortizável.

Os custos com a manutenção dos ativos intangíveis são reconhecidos como gastos do período na rubrica *Fornecimentos e serviços externos*.

4.5. Ativos adquiridos ou construídos por concessionários de serviços públicos e de uso privativo, que revertam para a Administração Portuária no final dos respetivos contratos

As administrações portuárias acordaram a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A decisão teve em consideração o parecer da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) datado de 3 de janeiro de 2012, a ponderação entre o custo e o benefício e a adoção de critérios objetivos na preparação das demonstrações financeiras. Procurou-se a minimização de custos na identificação de ativos, na sua mensuração inicial e subsequente e objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as Administrações Portuárias.

A política contabilística adotada é descrita nos parágrafos abaixo.

Reconhecimento

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, será incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias que serão incorporadas no ativo tangível da concedente. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo intangível será reconhecido na conta 445 – Concessões – Bens a reverter (esta conta poderá ser subdividida em 4451 – Concessões – Bens a reverter em contratos de serviço público e 4452 – Concessões – Bens a reverter em contratos de usos privativos) por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

No caso específico das infraestruturas portuárias, o ativo tangível será reconhecido em subconta apropriada da 432 – Edifícios e outras construções por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

O ativo deverá ser amortizado ou depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos serão reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão. As quantias correspondentes à diferença entre os gastos de amortização ou depreciação do ativo e o rendimento do período, incluídas nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, no período imediatamente seguinte, para a conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 – Concessões – Bens a reverter. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração

Portuária. O saldo respetivo da conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões será transferido para a conta 595 – Outras variações no capital próprio – Concessões.

Mensuração

A mensuração inicial será realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário será obtido com base em informação contabilística a fornecer pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

Divulgação em anexo

Dever-se-ão proceder às divulgações aplicáveis (ver §117 a §119 da NCRF 6), com especial ênfase para:

- Descrição dos bens, contratos e direitos de reversão envolvidos;
- Os critérios de reconhecimento;
- Os critérios de mensuração inicial e subsequente;
- As vidas úteis e a respetiva amortização ou depreciação;
- As quantias brutas, amortizações e depreciações acumuladas.

Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 432 – Edifícios e outras construções por contrapartida da conta 78 – Outros rendimentos e ganhos.

Proceder-se-á ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

4.6. Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que a quantia pela qual o ativo ou a unidade geradora de caixa se encontra reconhecido no balanço não seja recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade.

Sempre que a quantia pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados nas rubricas:

- Ativos depreciables ou amortizáveis:
 - Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)
- Ativos não depreciables ou amortizáveis:
 - Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)
- Inventários (ver Nota 4.8).
 - Imparidade de inventários (perdas/reversões)
- Contas a receber (ver Nota 4.9):
 - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os fluxos de caixa futuros são estimados para o ativo na condição corrente pelo que não consideram quaisquer influxos ou exfluxos resultantes de:

- Reestruturação futuras com a qual a Empresa ainda não se comprometeu;
- Aumentos ou melhorias no desempenho do ativo.

As estimativas dos fluxos de caixa futuro não incluem quaisquer fluxos provenientes das atividades de funcionamento e de recebimentos ou pagamentos de impostos sobre o rendimento.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados nas rubricas acima referidas. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida das amortizações ou depreciações acumuladas) caso a perda por imparidade não se tivesse registada em exercícios anteriores.

4.7. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidade até um ano, desde que possam ser desmobilizados num período inferior a 3 dias e sem penalização, assim como os descobertos bancários, quando existam. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

4.8. Inventários

Os inventários são constituídos pelos materiais ou consumíveis aplicados nas prestações de serviços e nas atividades internas de manutenção e conservação. São reconhecidas

inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, transportes e impostos não dedutíveis.

O valor escriturado é o mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Se o valor realizável líquido for inferior ao valor escriturado então serão reconhecidas perdas por imparidade na rubrica *Imparidade de inventários (perdas/reversões)* da demonstração dos resultados.

Os consumos de materiais são determinados com base no método do custo médio ponderado.

4.9. Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e de outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido das perdas por imparidade. As perdas por imparidade são reconhecidas, sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados na rubrica *Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)*, sendo subsequentemente revertidas na mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

4.10. Subsídios do Governo

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou de outras entidades apenas quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio Outras variações no capital próprio sendo subsequentemente imputados aos rendimentos do período na rubrica Outros rendimentos e ganhos de acordo com os gastos de depreciação e amortização dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

4.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base no resultado líquido, ajustado em conformidade com a legislação fiscal vigente à data das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é calculado com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa de imposto em vigor, ou outra taxa já conhecida, que se espera que esteja em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos são registados como gastos ou rendimentos do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em rubricas de capital próprio, situação em que o imposto diferido é registado na mesma rubrica que a transação que o originou.

4.12. Benefícios pós-emprego

4.12.1. Pensões de reforma

A APDL ficou obrigada a contribuir, em conjunto com outras Administrações Portuárias, para a manutenção do fundo de aposentações do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP), criado pelo Decreto-Lei n.º 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex-departamento de pilotagem. A Empresa possui ainda uma responsabilidade relacionada com o pagamento de pensões vitalícias de sobrevivência e de sangue a alguns aposentados.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações, são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de “rating” elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

4.12.2. Benefícios de ação social pós-emprego (assistência médica-medicamentosa e assistência hospitalar)

A APDL tem instituído determinados benefícios de ação social pós-emprego para os trabalhadores afetos à Caixa Geral de Aposentações e seus familiares. O financiamento destas responsabilidades, as quais são avaliadas por estudo atuarial desenvolvido anualmente por entidade independente, foram registadas na rubrica do passivo não corrente, Benefícios pós emprego (ver Nota 25).

Até ao exercício de 2009, a Empresa tinha como responsabilidade o pagamento da assistência médica-medicamentosa e hospitalar, não só aos colaboradores que integravam os quadros da Empresa até 2 de dezembro 1998, como também aos seus cônjuges e filhos até à idade legal do benefício. Contudo, durante o exercício de 2009, todos os trabalhadores, subscritores da Caixa Geral de Aposentações, foram inscritos na ADSE – Assistência na Doença aos Servidores Cívicos do Estado, incluindo cônjuges e filhos que reuniam as necessárias condições, assim como a generalidade dos aposentados, e respetivo agregado familiar. As Obras Sociais, como um sistema complementar de saúde para todos beneficiários, continuaram a manter as suas valências disponíveis no Centro de Assistência.

As responsabilidades assumidas referentes à assistência médica constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades com o plano de Assistência Médica são idênticos ao referido para o benefício de complementos de reforma apresentado acima.

Os gastos com juros e serviços correntes são reconhecidos nos gastos do período, na rubrica *Gastos com o pessoal* da demonstração dos resultados. Os desvios atuariais, caso existam, são registados na rubrica do capital próprio, *Outras variações no capital próprio*.

4.13. Rédito

O rédito corresponde aos rendimentos obtidos no decurso das atividades normais da Empresa. Os rendimentos correspondem ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados e às vendas de materiais. O rédito é registado pelo montante líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos. A data de reconhecimento é a data de entrega dos materiais ou a data de conclusão das prestações de serviços.

Os juros são reconhecidos pelo recurso ao método do juro efetivo e apenas quando for provável que as quantias serão efetivamente recebidas.

4.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem um compromisso legal ou decorrente de uma decisão formal da gestão, resultante de eventos passados e sempre que seja provável que venha a resultar num dispêndio de recursos para cumprir esse compromisso, e a estimativa possa ser realizada com razoável fiabilidade.

A provisão é mensurada pelo valor presente e pode ser atualizada de acordo com a taxa de desconto aplicável. O aumento da provisão decorrente da passagem do tempo é reconhecido na demonstração dos resultados.

Se o motivo da criação da provisão diminuir ou for extinto, então a provisão será revertida na mesma proporção. A reversão é reconhecida na demonstração de resultados do período.

A Empresa não regista provisões para perdas operacionais futuras.

4.15. Custos de empréstimos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e de montagem incorridos. Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

4.16. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a APDL detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e o gasto de depreciação dos ativos locados são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Empresa não tem

opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período da locação.

4.17. Ativos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que uma saída de benefícios económicos futuros será exigida para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

4.18. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis, desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Empresa, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa.

Em relação aos encargos de carácter ambiental a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados.

4.19. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Empresa é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras do período em que os dividendos são aprovados pelo acionista.

4.20. Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 14 de março de 2017, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 41.

4.21. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos períodos seguintes são as que seguem:

i. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos de depreciação e amortização a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional e as tabelas fiscais em vigor.

ii. Imposto sobre o rendimento

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da

Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

iii. Perdas por imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser espoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à APDL.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade.

iv. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

v. Pressupostos atuariais

A estimativa das responsabilidades por benefícios pós-emprego utiliza pressupostos de natureza demográfica e financeira. A sua variação pode afetar significativamente o montante dessas responsabilidades assim como o resultado líquido do período. São estimadas as taxas de juro, taxas de inflação e recorre-se a tábuas de mortalidade para a realização das estimativas.

4.22. Gestão do risco financeiro

4.22.1. Risco da taxa de juro

A APDL não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão do risco da taxa de juro.

A APDL dispõe de um empréstimo do Banco Europeu de Investimento, no valor de 70 milhões de euros. Em outubro de 2011, a APDL procedeu ao primeiro e único desembolso à data no montante de 20 milhões de euros, tendo-se optado pelo regime de taxa fixa a 10 anos, a 2,54% ao ano.

4.22.2. Risco de liquidez

O caixa e equivalentes são depositados, na sua quase totalidade, no IGCP, em depósitos à ordem ou em CEDIC's - Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo. A APDL não tem aplicações financeiras sujeitas a cotação ou com risco de reembolso.

As disponibilidades financeiras imediatas são estimadas de modo a minimizar a probabilidade de incumprimento de quaisquer pagamentos.

Sempre que o caixa e equivalentes excedem os montantes a pagar, são aplicados em CEDIC's aumentando assim a eficiência financeira e reduzindo o custo de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

4.22.3. Risco da taxa de câmbio

As vendas e prestações de serviços realizadas pela APDL são faturadas e recebidas totalmente em euros pelo que considerámos inexistente o risco cambial nas dívidas dos clientes.

As aquisições de bens e serviços é feita maioritariamente no mercado nacional e também no mercado da União Europeia. Uma quantidade residual e pontual é feita em moeda diferente do euro e com pagamento imediato ou a muito curto prazo. Assim, entendemos que o risco cambial nas dívidas a fornecedores e outros credores é nula.

A APDL, pelos motivos apresentados, não recorre a instrumentos de cobertura do risco cambial.

4.22.4. Risco de crédito

A exposição da APDL ao risco de crédito está associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. A APDL tenta assegurar a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos contatados. Para o bom cumprimento das cobranças, a APDL realiza uma análise económica e financeira aos seus atuais e potenciais clientes e obriga à entrega de garantias bancárias, depósitos ou seguros de caução antes da realização de quaisquer contratos. No âmbito dos seus poderes de autoridade, a APDL recorre à execução fiscal para recuperação dos seus créditos em mora.

A quantia relativa a clientes e outros créditos a receber encontra-se líquido de imparidades e representa a máxima exposição da APDL ao risco de crédito.

5. Fluxos de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à ordem, os depósitos a prazo e os títulos negociáveis com elevada liquidez. São considerados de elevada liquidez os depósitos e títulos que possam ser liquidados até três meses. Os descobertos bancários são reconhecidos na rubrica do passivo Financiamentos obtidos.

i. Caixa

Compreende as notas, moedas e cheques não depositados. Os valores em moeda estrangeira são valorizados pela cotação no último dia útil do ano. A diferença, positiva ou negativa é reconhecida nos resultados do período.

ii. Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo nesta rubrica são mobilizáveis num prazo inferior a um ano. Os juros auferidos são reconhecidos como rendimento do período a que se refere, independentemente do seu recebimento posterior.

5.1. Caixa e seus equivalentes indisponíveis para uso

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não existiam quaisquer montantes indisponíveis para uso. Os meios financeiros líquidos são totalmente constituídos por valores em euros e os depósitos a prazo são mobilizáveis num prazo inferior a três meses.

5.2. Montantes inscritos em caixa e depósitos bancários

Nos períodos de 2016 e 2015 a rubrica referente a caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Caixa:		
Numerário	4.856	17.386
Depósitos bancários:		
Depósitos à ordem	3.672.152	4.385.226
Depósitos a prazo	50.700.000	41.720.000
Total	54.377.008	46.122.612

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a totalidade dos excedentes de tesouraria da Empresa, estavam aplicados em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), com maturidades até 12 meses. Os mesmos são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como um equivalente de caixa, pelo facto de poderem ser desmobilizados a qualquer momento.

Em 31 de dezembro de 2016 o detalhe destas aplicações é como segue:

Montante	Vencimento
3.500.000	22/02/2017
9.500.000	20/03/2017
6.500.000	31/03/2017
7.300.000	03/05/2017
5.800.000	06/06/2017
3.500.000	25/07/2017
7.500.000	14/09/2017
2.000.000	25/07/2017
5.100.000	11/10/2017
50.700.000	

Os juros dos excedentes de tesouraria nos exercícios de 2016 e de 2015 foram como segue:

	2016	2015
Juros de depósitos à ordem	12.808	32.242
Juros de depósitos a prazo	59.237	89.332
Total	72.045	121.574

A rubrica *Outros recebimentos/pagamentos* incluída nos fluxos de caixa das atividades operacionais referem-se, fundamentalmente a pagamentos de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, pagamentos de encargos à Segurança Social, e pagamento da taxa de 5% sobre as receitas de exploração, exceto serviços de pilotagem, à DGRM e à AMT (ver Nota 33).

6. Ativos fixos tangíveis

Os quadros seguintes resumem os movimentos ocorridos nos exercícios de 2016 e de 2015.

Movimentos no exercício de 2015:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Saldo inicial								
Quantia bruta escriturada	27.870.982	403.280.079	18.750.706	398.560	9.883.940	2.591.929	70.915.736	533.691.932
Depreciações acumuladas	-	(179.860.933)	(8.113.643)	(390.391)	(9.029.089)	(2.128.521)	-	(199.522.577)
Quantia líquida escriturada	27.870.982	223.419.146	10.637.063	8.169	854.851	463.408	70.915.736	334.169.355
Fusão APVC:								
Quantia bruta escriturada	-	59.188.052	2.600.328	-	214.487	265.423	438.698	62.706.988
Depreciações acumuladas	-	(10.085.088)	(1.230.986)	-	(180.778)	(214.616)	-	(11.711.468)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(47.850.516)	(1.331.891)	-	-	(23.862)	(421.251)	(49.627.520)
Quantia líquida escriturada	-	1.252.448	37.451	-	33.709	26.945	17.447	1.368.000
Integração VND								
Quantia bruta escriturada	1.748.199	43.880.220	411.903	1.000	27.492	234	-	46.069.048
Perdas por imparidade acumuladas	(422.939)	(42.170.220)	(411.903)	(1.000)	(27.492)	(234)	-	(43.033.788)
Quantia líquida escriturada	1.325.260	1.710.000	-	-	-	-	-	3.035.260
Aumentos	-	1.339.040	592.822	20.469	920.297	453.531	8.375.700	11.701.859
Diminuições								
Valor bruto	-	-	(495.952)	-	(2.534)	(130)	-	(498.616)
Depreciações acumuladas	-	-	495.952	-	2.435	130	-	498.517
Valor líquido	-	-	-	-	(99)	-	-	(99)
Depreciações e imparidades:								
Gastos de depreciação	-	(16.132.960)	(1.551.259)	(5.904)	(484.355)	(186.862)	-	(18.361.340)
Imparidade: perdas e reversões	-	1.292.223	257.275	500	(17.499)	(55.523)	(340.096)	1.136.880
	-	(14.840.737)	(1.293.984)	(5.404)	(501.854)	(242.385)	(340.096)	(17.224.460)
Transferências de ativos em curso	-	53.923	1.744.335	-	290.808	199.428	(2.676.863)	(388.369)
Saldo final								
Quantia bruta escriturada	29.619.181	507.741.314	23.604.142	420.029	11.334.490	3.510.415	77.053.271	653.282.842
Depreciações acumuladas	-	(206.078.981)	(10.399.936)	(396.295)	(9.691.787)	(2.529.869)	-	(229.096.868)
Perdas por imparidade acumuladas	(422.939)	(88.728.513)	(1.486.519)	(500)	(44.991)	(79.619)	(761.347)	(91.524.428)
Quantia líquida escriturada	27.870.982	214.259.080	11.717.687	23.234	1.597.712	900.927	76.291.924	332.661.546

Movimentos no exercício de 2016:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Saldo inicial								
Quantia bruta escriturada	29.619.181	507.741.314	23.604.142	420.029	11.334.490	3.510.415	77.053.271	653.282.842
Depreciações acumuladas	-	(206.078.981)	(10.399.936)	(396.295)	(9.691.787)	(2.529.869)	-	(229.096.868)
Perdas por imparidade acumuladas	(422.939)	(88.728.513)	(1.486.519)	(500)	(44.991)	(79.619)	(761.347)	(91.524.428)
Quantia líquida escriturada	29.196.242	212.933.820	11.717.687	23.234	1.597.712	900.927	76.291.924	332.661.546
Aumentos	-	4.089.015	308.678	72.122	502.685	386.895	9.187.867	14.547.262
Diminuições								
Valor bruto	-	(611.527)	(390.558)	-	(2.951)	(6.350)	(181.819)	(1.193.205)
Depreciações acumuladas	-	269.970	390.558	-	2.951	6.350	-	669.829
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	(341.557)	-	-	-	-	(181.819)	(523.376)
Depreciações e imparidades:								
Gastos de depreciação	-	(16.694.055)	(1.563.364)	(8.300)	(572.400)	(263.331)	-	(19.101.450)
Imparidade: perdas e reversões	-	2.385.153	226.656	500	(10.821)	(65.398)	(2.234.487)	301.603
	-	(14.308.902)	(1.336.708)	(7.800)	(583.221)	(328.729)	(2.234.487)	(18.799.847)
Transferências de ativos em curso	37.450.998	19.398.661	-	-	134.133	41.640	(57.043.581)	(18.149)
Saldo final								
Quantia bruta escriturada	67.070.179	530.617.463	23.522.262	492.151	11.968.357	3.932.600	29.015.738	666.618.750
Depreciações acumuladas	-	(222.503.066)	(11.572.742)	(404.595)	(10.261.236)	(2.786.850)	-	(247.528.489)
Perdas por imparidade acumuladas	(422.939)	(86.343.360)	(1.259.863)	-	(55.812)	(145.017)	(2.995.834)	(91.222.825)
Quantia líquida escriturada	66.647.240	221.771.037	10.689.657	87.556	1.651.309	1.000.733	26.019.904	327.867.436

6.1. Investimentos em 2016

Em 2016, foram realizados os seguintes investimentos:

Designação	Custo
Plataforma Logística - Novos Armazéns	5.631.309
Reforço dos Silos de Leixões	872.093
Via Férrea na Doca 2 Norte	808.269
Reabilitação do Estaleiro do Ouro	372.822
Construção do cais fluvial do Ferrão	341.254
Pavimento Terraplano Terminal Multiusos	340.221
Centro de Comando da Régua	319.681
Outros investimentos	5.861.613
Total	14.547.262

Dos ativos fixos tangíveis em curso em 31 de dezembro de 2016 destacámos os constantes da tabela abaixo:

Designação	Valor
Estrutura da Plataforma Logística (i)	19.711.710
Reforço dos Silos de Leixões	2.385.195
Reabilitação de infraestruturas fluviais e terrestres	1.394.971
Via Férrea na Doca 2 Norte	829.101
Novo Terminal de Contentores a -14 metros	570.112
Reabilitação do Estaleiro do Ouro	513.103
Acesso Rodoviário ao porto de Viana do Castelo	402.901
Elaboração do Projeto RIS – River Information Services	367.800
Aumento do Terraplano do TCS – Terminal de Contentores Sul	333.548
Centro de Comando da Régua	319.681
Equipamento de Movimentação Vertical	242.641
Outros investimentos em curso	1.944.975
Total	29.015.738

- (i) Uma das principais limitações físicas do porto de Leixões é a reduzida disponibilidade de terrenos de apoio que caracteriza o porto no seu conjunto, o que restringe a sua capacidade de crescimento e condiciona a performance do serviço prestado na cadeia logística de alguns dos principais grupos de mercadorias que passam pelo porto de Leixões. Face ao referido acima, foi aprovada a construção da Plataforma Logística de Leixões, a qual surge como uma oportunidade para resolver as limitações de superfície operativa do porto.

6.2. Trabalhos para a própria entidade

Os gastos com o pessoal que trabalha diretamente nos investimentos desenvolvidos pela Empresa, assim como outros gastos também diretamente relacionados com os mesmos, encontram-se a ser capitalizados.

Os gastos capitalizados por projeto foram os seguintes:

Designação	2016	2015
Terminal de Cruzeiros	8.349	31.068
Estrutura da Plataforma Logística	5.173	23.726
Reforço dos Silos de Leixões	1.881	3.012
Total	15.403	57.806

6.3. Bens construídos em terrenos de domínio público

A maioria dos edifícios e construções que integram o ativo fixo tangível da Empresa foram edificadas em terrenos do domínio público do Estado afeto à APDL.

O peso relativo destes bens construídos em terrenos do domínio público, contabilizados na rubrica Edifícios e outras construções, é evidenciado no seguinte quadro:

	2016	2015
Valor bruto	533.600.109	504.758.668
Valor bruto dos imóveis e instalações construídas em terrenos do domínio público	444.798.210	440.245.780
Imóveis e instalações em curso construídas em terrenos do domínio público	7.786.883	4.559.702

7. Propriedades de investimento

Os quadros seguintes resumem os movimentos ocorridos nos exercícios de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Saldo inicial		
Quantia bruta	3.978.884	783.216
Depreciações acumuladas	(266.567)	(64.844)
Quantia escriturada	3.712.317	718.372
Integração dos ativos dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo	-	3.195.668
Gastos de depreciação	(201.723)	(201.723)
Saldo final		
Quantia bruta	3.978.884	3.978.884
Depreciações acumuladas	(468.290)	(266.567)
Quantia escriturada	3.510.594	3.712.317

Exceto quanto aos ativos relativos aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, as restantes propriedades de investimento referem-se, fundamentalmente, a edifícios de propriedade da Empresa em utilização por terceiros cujo objetivo da propriedade dos mesmos é a obtenção de rendas.

Conforme referido na Nota 1, a integração destes ativos nas contas da Empresa foi efetuada pelo método do rendimento. O Método do Rendimento consiste em estimar o valor potencial e atual do ativo, considerando os seus rendimentos futuros, líquidos de encargos de conservação e manutenção, capitalizados a uma taxa de rendibilidade esperada. Para efeitos desta avaliação, foi apurado o valor intrínseco do contrato de subconcessão estabelecido com a West Sea – Estaleiros Navais, Lda., tendo por base a atualização de fluxos de caixa estimados até 31 de março de 2031, data em que termina a referida subconcessão. Pelo facto do Conselho de Administração, nesta data, não ter determinado ainda o uso a dar aos ativos afetos a esta subconcessão no final deste contrato, não foi levada em consideração qualquer provisão para desmantelamento.

Em 31 de dezembro de 2016, foi realizado novo teste de imparidade que, pelo facto de se manterem as condições contratuais, os pressupostos assumidos não tiveram quaisquer alterações relevantes, não se regista qualquer alteração à quantia escriturada.

Estima-se que o valor de mercado das restantes propriedades de investimento não divirja significativamente do valor pelo qual se encontram escrituradas.

8. Ativos intangíveis

Os quadros seguintes resumem os movimentos ocorridos nos exercícios de 2016 e de 2015:

Movimentos no exercício de 2015:

	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Ativos das concessões	Ativos em curso	Total
Saldo inicial						
Quantia bruta escriturada	375.765	6.775.137	30.993	53.294.239	657.827	61.133.961
Amortizações acumuladas	(83.503)	(4.373.299)	(28.868)	(13.327.827)	-	(17.813.497)
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-
Quantia líquida escriturada	292.262	2.401.838	2.125	39.966.412	657.827	43.320.464
Fusão APVC:						
Quantia bruta escriturada	-	79.429	-	-	-	79.429
Amortizações acumuladas	-	(78.556)	-	-	-	(78.556)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(873)	-	-	-	(873)
Quantia líquida escriturada	-	-	-	-	-	-
Integração VND:						
Quantia bruta escriturada	-	10.816	-	-	-	10.816
Perdas por imparidade acumuladas	-	(10.816)	-	-	-	(10.816)
Aumentos	-	1.136.355	21.500	691.900	818.338	2.668.093
Abates:						
Valor bruto	-	-	-	(3.607)	-	(3.607)
Amortizações acumuladas	-	-	-	1.127	-	1.127
Valor líquido	-	-	-	(2.480)	-	(2.480)
Amortizações e imparidade:						
Gastos de amortização	(87.678)	(1.034.579)	(6.798)	(1.529.142)	-	(2.658.197)
Imparidade: perdas e reversões	-	1.260	-	-	(304.878)	(303.618)
	(87.678)	(1.033.319)	(6.798)	(1.529.142)	(304.878)	(2.961.815)
Transferências de ativos em curso	-	222.037	25.063	-	(267.537)	(20.437)
Saldo final:						
Quantia bruta escriturada	375.765	8.223.774	77.556	53.982.532	1.208.628	63.868.255
Amortizações acumuladas	(171.181)	(5.486.434)	(35.666)	(14.855.842)	-	(20.549.123)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(10.429)	-	-	(304.878)	(315.307)
Quantia líquida escriturada	204.584	2.726.911	41.890	39.126.690	903.750	43.003.825

Movimentos no exercício de 2016:

	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Ativos das concessões	Ativos em curso	Total
Saldo inicial						
Quantia bruta escriturada	375.765	8.223.774	77.556	53.982.532	1.208.628	63.868.255
Amortizações acumuladas	(171.181)	(5.486.434)	(35.666)	(14.855.842)	-	(20.549.123)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(10.429)	-	-	(304.878)	(315.307)
Quantia líquida escriturada	204.584	2.726.911	41.890	39.126.690	903.750	43.003.825
Aumentos	-	923.635	-	5.088.653	1.990.276	8.002.564
Abates:						
Valor bruto	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Amortizações e imparidade:						
Gastos de amortização	(87.679)	(1.257.604)	(11.917)	(1.712.545)	-	(3.069.745)
Imparidade: perdas e reversões	-	(285.417)	-	-	(1.325.240)	(1.610.657)
	(87.679)	(1.543.021)	(11.917)	(1.712.545)	(1.325.240)	(4.680.402)
Transferências de ativos em curso	-	921.901	-	-	(903.751)	18.150
Saldo final:						
Quantia bruta escriturada	375.765	10.069.310	77.556	59.071.185	2.295.153	71.888.969
Amortizações acumuladas	(258.860)	(6.744.038)	(47.583)	(16.568.387)	-	(23.618.868)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(295.846)	-	-	(1.630.118)	(1.925.964)
Quantia líquida escriturada	116.905	3.029.426	29.973	42.502.798	665.035	46.344.137

8.1. Investimentos em 2016

Em 2016, foram realizados os seguintes investimentos:

Designação	Valor
Cartografia Oficial do Rio Douro	1.015.122
ERP SAP	266.556
Atlantis LSW	229.055
JUP	217.400
Projeto e-IMPACT	198.848
Sistemas meteorológicos e hidrológicos	175.118
Modelação de Processos	167.175
Sistema AIS	135.000
SIG - Sistema de Informação Geográfica	92.915
Ativos das concessões	5.088.653
Outros investimentos em curso	416.722
Total	8.002.564

Dos ativos intangíveis em curso em 31 de dezembro de 2016 destacámos os constantes da tabela abaixo:

Designação	Valor
Cartografia Oficial do Rio Douro	1.320.000
Projeto e-IMPACT	198.848
Atlantis LSW	229.054
Modelação de Processos	167.175
Sistema AIS	135.000
Sistemas meteorológicos e hidrológicos	175.118
GESDOC - Gestão Documental	69.958
Total	2.295.153

A Cartografia Oficial do Rio Douro é um projeto que visa potenciar a navegabilidade do Rio Douro, através de um melhor conhecimento do traçado, bem como da profundidade de canal.

8.2. Trabalhos para a própria entidade

Os gastos com o pessoal que trabalha diretamente nos investimentos desenvolvidos pela Empresa, assim como outros gastos também diretamente relacionados com os mesmos, encontram-se a ser capitalizados.

Designação	2016	2015
Projeto Anna	-	32.077
Total	-	32.077

8.3. Ativos das concessões

O detalhe dos bens das concessões de serviço público incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa, na sequência da adoção da política contabilística referida na Nota 4.5 é como segue:

	TCL	TCGL	Silos	Total
Em 1 de janeiro de 2015				
Custo de aquisição	35.838.887	16.590.205	865.146	53.294.238
Amortizações acumuladas	(8.469.134)	(4.792.046)	(66.646)	(13.327.826)
	27.369.753	11.798.159	798.500	39.966.412
Movimentos no período:				
Adições	-	691.901	-	691.901
Abates:				
Custo de aquisição	(3.607)	-	-	(3.607)
Amortizações acumuladas	1.127	-	-	1.127
	(2.480)	-	-	(2.480)
Amortizações e imparidade:				
Amortizações do período	(1.011.806)	(479.895)	(37.442)	(1.529.143)
	(1.011.806)	(479.895)	(37.442)	(1.529.143)
Em 31 de dezembro de 2015				
Custo de aquisição	35.835.280	17.282.106	865.146	53.982.532
Amortizações acumuladas	(9.479.813)	(5.271.941)	(104.088)	(14.855.842)
	26.355.467	12.010.165	761.058	39.126.690
Movimentos no período:				
Adições	1.089.336	3.999.317	-	5.088.653
Amortizações e imparidade:				
Amortizações do período	(1.075.382)	(599.721)	(37.442)	(1.712.545)
	(1.075.382)	(599.721)	(37.442)	(1.712.545)
Em 31 de dezembro de 2016				
Custo de aquisição	36.924.616	21.281.423	865.146	59.071.185
Amortizações acumuladas	(10.555.195)	(5.871.662)	(141.530)	(16.568.387)
	26.369.421	15.409.761	723.616	42.502.798

Conforme referido na Nota 3.5, os ativos das concessões, que não infraestruturas portuárias, e que revertem gratuitamente para a APDL no final dos contratos de concessão, são reconhecidos como ativos intangíveis, na conta 445 – Concessões – Bens a reverter, por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

Foram apenas reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa os ativos das seguintes concessões de serviço público:

- TCL – Terminal de Contentores de Leixões, S.A.
- TCGL – Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões, S.A.
- Silos de Leixões, Unipessoal, Lda.

Para além destes concessionários de serviço público, existe um conjunto de entidades que exploram atividades comerciais em regime de uso privativo do domínio público, a saber:

• **Concessões e Licenças do porto Leixões**

Início	Fim	Objeto da concessão / licença	Bens reversíveis da concessão
Petróleos de Portugal - Petrogal, SA			
28/03/2006	27/03/2031	Exploração dos terminais petrolífero e oceânico de Leixões, destinados à movimentação de petróleo, produtos refinados e aromáticos.	Linhas carga/descarga, tubagens, braços carga, edifícios, tanques para águas lastro e refugos, central contra incêndios, central de bombagem, central de água doce, central de ar comprimido, postos de transformação
CEPSA- Companhia Portuguesa de Petróleos, Lda.			
13/07/1988	12/07/2023	Concessão de uso privativo para a receção de produtos asfálticos e fuelóleos, através de dois pipelines localizados na Doca 2 Sul, e de combustíveis no Posto B do Terminal Petrolífero.	Depósitos de combustíveis
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, SA.			
17/05/2001	16/05/2021	Concessão do direito de uso privativo de uma parcela de terreno na Doca 1 Sul para a exploração com receção de cimento a granel por via marítima, sua armazenagem coberta e expedição por via terrestre ou marítima.	Silos de armazenagem de cimento, edifícios de apoio, tubagens, básculas
DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A.			
27/01/1995	16/01/2020	Concessão de uso privativo para a utilização das instalações do porto de pesca de Matosinhos.	Edifício nova lota e serviços gerais; pavilhões antiga lota do arrasto e artesanal; edifício serviços administrativos; entreposto de congelação
REPSOL Portuguesa, S.A			
01/01/2001	31/12/2016	Licença de uso privativo para exploração de instalação destinada a receção, armazenagem e expedição de produtos petrolíferos e/ou químicos a granel, através de pipelines localizados no Molhe Sul.	Depósitos, tubagens, armazéns e escritórios

• **Concessões e Licenças do porto de Viana do Castelo**

Início	Prazo	Objeto da concessão / licença	Bens reversíveis da concessão/licença
Petróleos de Portugal - Petrogal, S. A.			
08/10/1997	25 anos	Construção e exploração de um terminal de receção, armazenamento e comercialização de asfaltos, com a área de 6.000 m ² .	Silos, instalações de apoio, equipamentos fixos e infraestruturas que constituem o terminal de receção, armazenamento, ensacamento e comercialização de asfaltos.
Câmara Municipal de Viana do Castelo			
15/02/2001	30 anos	Construção e exploração de um parque empresarial, destinado a atividades piscatórias, equipamentos de animação e atividades económicas não poluentes com a área de 146.000 m ² .	Edifícios e armazéns de diversa natureza, infraestruturas e equipamentos fixos existentes no parque empresarial.
Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, SA			
12/02/1990	30 anos	Instalação e exploração de um terminal de cimento, com a área de 5.600 m ² .	Armazém de cimento a granel com escritório de apoio, uma área para carregamento de camiões e uma báscula.

Relativamente a estas concessões e licenças, a APDL optou pelo não reconhecimento de qualquer ativo, pelo facto do Conselho de Administração entender que, para além de não terem utilidade no desenvolvimento da atividade portuária, no final do período da concessão, o conjunto dos bens que revertem não terão qualquer valor residual para Empresa.

9. Imparidade de ativos

Conforme referido nas Notas 4.2, 4.4 e 4.6, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto do valor pelo qual os mesmos se encontram escriturados não ser totalmente recuperável. Tendo em consideração as atividades desenvolvidas nas unidades geradoras de caixa Porto de Viana do Castelo (PVC) e Via Navegável do Douro (VND), com natureza de serviço público, o valor recuperável resultante dos testes de imparidade realizados, corresponde ao valor de uso dos ativos. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada.

Por se tratar de imparidades de unidades geradoras de caixa, a alocação da mesma é efetuada numa base *pro rata* pelo valor dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis.

A unidade geradora de caixa PVC é constituída por todos os ativos afetos ao porto de Viana do Castelo, exceto aqueles afetos à concessão West-Sea. A unidade geradora de caixa VND é constituída pelos ativos afetos à gestão e operação da Via Navegável do Douro, construídos ou instalados em propriedades da Empresas ou na área de jurisdição referida na Nota 1.1.

Pelo facto dos estudos levados a cabo com vista à determinação do valor do negócio e, conseqüentemente, da imparidade a reconhecer sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis em uso por estas duas unidades de negócio ter levado em consideração (i) os investimentos em curso e a realizar a médio prazo, (ii) que a realização de tais investimentos só serão possíveis caso os mesmos venham a ser financiados por subsídios não reembolsáveis, a perda por imparidade encontra-se, também, a ser imputada aos ativos fixos tangíveis que no final de cada relato financeiro se encontram em curso.

9.1. Pressupostos e resultados das estimativas

Os pressupostos assumidos para as estimativas dos fluxos de caixa futuros foram os considerados PAO 2017 da APDL e, nos anos posteriores (2020 a 2026) foram os seguintes:

	Porto de Viana do Castelo	Via Navegável do Douro
Taxa de crescimento do tráfego	1,79%	3,84%
Perpetuidade	1,20%	1,20%
Custo médio ponderado do capital (WACC)	7,92%	7,92%
Resultado da estimativa (em milhões de euros)	(5.694)M€	(1.548)M€

Com base nos testes de imparidade efetuados (variação do WACC e taxa de perpetuidade em 0,5%), as conclusões mantiveram-se.

9.2. Movimentos no exercício

Durante os exercícios de 2015 e de 2016 os movimentos registados nas demonstrações financeiras da Empresa, relacionados com a imparidade sobre ativos fixos tangíveis e intangíveis do porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro, analisam-se como segue:

	Ativo fixo tangível			Ativo intangível			Total
	PVC	VND	Total	PVC	VND	Total	
Fusão da APVC e Integração da VND	49.627.519	43.033.789	92.661.308	873	10.816	11.689	92.672.997
Reversão	(435.449)	(1.452.718)	(1.888.167)	-	(11.038)	(11.038)	(1.899.205)
Reforço	94.346	656.941	751.287	1.778	312.878	314.656	1.065.943
	(341.103)	(795.777)	(1.136.880)	1.778	301.840	303.618	(833.262)
Em 31 de dezembro de 2015	49.286.416	42.238.012	91.524.428	2.651	312.656	315.307	91.839.735
Reversão	(2.312.733)	(1.560.509)	(3.873.242)	(1.383)	(2.667)	(4.050)	(3.877.292)
Reforço	957.627	2.614.012	3.571.639	136.885	1.477.822	1.614.707	5.186.346
	(1.355.106)	1.053.503	(301.603)	135.501	1.475.155	1.610.656	1.309.053
Em 31 de dezembro de 2016	47.931.310	43.291.515	91.222.825	138.153	1.787.811	1.925.964	93.148.789

- (i) A Empresa reverte, numa primeira fase, um valor de imparidade equivalente às depreciações e amortizações registadas no exercício, tendo por base a taxa de imparidade apurada no exercício anterior.

10. Outros investimentos financeiros

Esta rubrica é constituída pelos seguintes investimentos financeiros:

10.1. APOR – Agência para a Modernização do Portos, S. A.

Corresponde à participação financeira na APOR – Agência para a Modernização do Portos, S.A., a qual se encontra valorizada ao custo de aquisição (123.702 Euros), não se tendo verificado qualquer movimento no exercício de 2016 e de 2015.

10.2. FCT – Fundo de Compensação do Trabalho

Rubrica composta pelo montante acumulado das contribuições obrigatórias para o FCT – Fundo de Compensação do Trabalho. O FCT - Fundo de Compensação do Trabalho é um fundo de carácter obrigatório, instituído pelo Decreto-Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto.

O FCT é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

O fundo registou os seguintes movimentos em 2016 e em 2015:

	2016	2015
Saldo inicial	1.108	163
Reforços	2.129	945
Saldo final	3.237	1.108

11. Ativos e passivos por imposto diferido

A taxa aplicada em 2016 para cálculo dos impostos diferidos foi de 26%, a qual resulta do apuramento de uma taxa média teórica estimada, com base nos seguintes pressupostos:

- 21% de taxa de IRC;
- 3,5% de derrama estadual que prevê 3,0% para resultados entre 1,5 e 7,5 milhões de euros;
- 1,5% de derrama municipal.

No cálculo dos impostos diferidos referentes a 2015 a Empresa utilizou a mesma taxa de 26%.

11.1. Ativos por impostos diferidos

Nos exercícios de 2016 e de 2015, os movimentos ocorridos nos ativos por impostos diferidos foram como segue:

	Imparidade em ativos fixos tangíveis	Imparidade em contas a receber	Benefícios pós-emprego:	Incentivo à aposentação	Total
	1	2	3	4	
Em 1 de janeiro de 2015	11.712.863	167.414	3.097.453	54.310	15.032.040
Integração da VND	10.416.109	-	-	-	10.416.109
Movimentos em 2015:					
Reforço / (Reversão) por resultados	(381.210)	(52.578)	(146.747)	(44.956)	(625.491)
Reforço / (Reversão) por capitais	-	-	(147.400)	-	(147.400)
Em 31 de dezembro de 2015	21.747.762	114.836	2.803.306	9.354	24.675.258

	Imparidade em ativos fixos	Reserva de reavaliação DL 66/2016	Imparidade em contas a receber	Benefícios pós-emprego	Incentivo à aposentação	Total
	1	(ver Nota 34)	2	3	4	
Em 1 de janeiro de 2016	21.747.762	-	114.836	2.803.306	9.354	24.675.258
Movimentos em 2016:						
Reforço / (Reversão) por resultados	72.524	10.145.757	(72.404)	(131.877)	(9.354)	10.004.646
Reforço / (Reversão) por capitais				45.295		45.295
Em 31 de dezembro de 2016	21.820.286	10.145.757	42.432	2.716.724	-	34.725.199

1) Imparidade em ativos fixos tangíveis

O imposto diferido ativo relativo a imparidade em ativos fixos tangíveis refere-se às imparidades registadas pelas unidades geradoras de caixa, Viana do Castelo e Via Navegável do Douro.

2) Imparidade em contas a receber

De acordo com o disposto no CIRC, as imparidades em contas a receber não são totalmente dedutíveis no exercício em que são reconhecidas em gastos, pelo que se constituiu o correspondente ativo por imposto diferido.

3) Benefícios pós-emprego

O imposto diferido relativo a esta rubrica é composto por:

- Imposto diferido pela responsabilidade estimada deduzida dos ganhos atuariais acumulados;
- Imposto diferido reconhecido na rubrica do capital próprio, *Outras variações no capital próprio* pelo montante dos ganhos atuariais acumulados.

4) Incentivo à aposentação

De acordo com o disposto no CIRC, os gastos com benefícios de cessação de emprego apenas são dedutíveis fiscalmente na data do pagamento efetivo, pelo que se constituiu o correspondente ativo por imposto diferido.

A Administração considera que a totalidade dos ativos por impostos diferidos serão recuperados, uma vez que grande parte destes referem-se a imparidades reconhecidas sobre ativos fixos tangíveis, cuja reversão ocorrerá à medida que os correspondentes ativos foram sendo depreciados. O horizonte temporal para a depreciação da generalidade dos ativos com imparidade é a longo prazo, tendo em consideração as taxas de depreciação praticadas e referidas na Nota 4.2.

11.2. Passivos por impostos diferidos

Os movimentos ocorridos na rubrica de passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Mais-valias não tributadas	Subsídios ao investimento	Ativos das concessões	Total
	1	2	3	
Em 1 de janeiro de 2015	302.920	821.961	2.383.475	3.508.356
Movimentos no exercício:				
Reforço / (Reversão) por resultados:	(48.000)	-	365.698	317.698
Reforço / (Reversão) por capitais:	-	(135.267)	-	(135.267)
Em 31 de dezembro de 2015	254.920	686.694	2.749.173	3.690.787

	Mais-valias não tributadas	Subsídios ao investimento	Ativos das concessões	Total
	1	2	3	
Em 1 de janeiro de 2016	254.920	686.694	2.749.173	3.690.787
Movimentos em 2016:				
Reforço / (Reversão) por resultados	(48.001)	-	379.232	331.231
Reforço / (Reversão) por capitais:	-	(130.194)	-	(130.194)
Em 31 de dezembro de 2016	206.919	556.500	3.128.405	3.891.824

1) Mais-valias não tributadas

De acordo com o regime fiscal em vigor até ao exercício de 2002, as mais valias obtidas com a alienação de ativos fixos reinvestidas na obtenção de novos ativos fixos, eram tributadas de acordo com a amortização ou depreciação dos itens de investimento em que os valores realizados eram reinvestidos pelo que se reconhece o passivo por imposto diferido. A amortização do passivo terminará no exercício de 2021.

2) Subsídios ao investimento

O imposto diferido passivo relativo a subsídios ao investimento reconhecido nas demonstrações financeiras da Empresa refere-se a subsídios recebidos para a aquisição de ativos não depreciáveis, nomeadamente terrenos.

3) Ativos das concessões

Procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

12. Inventários

12.1. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não existiam inventários de rotação lenta, obsoletos ou invendáveis, nem com valores de realização inferiores aos valores contabilísticos. Nas circunstâncias, em ambos os exercícios, não foi reconhecida qualquer imparidade.

Os montantes dos inventários em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 eram os seguintes:

	2016	2015
Mercadorias	46.452	39.229
Matérias subsidiárias e de consumo	471.300	475.683
Totais	517.752	514.912

12.2. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os gastos com inventários reconhecidos em 2016 e em 2015 e incluído na rubrica *Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas*, foi o seguinte:

2015	Merca- dorias	Matérias subsidiárias e outras	Totais
Saldo inicial	19.008	478.466	497.474
Integração dos inventários da APVC (Fusão)	7.679	-	7.679
Compras	805.685	479.013	1.284.698
Regularizações		9.463	9.463
Saldo final	(39.229)	(475.683)	(514.912)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	793.143	491.259	1.284.402

2016	Merca- dorias	Matérias subsidiárias e outras	Totais
Saldo inicial	39.229	475.683	514.912
Compras	825.594	437.393	1.262.987
Reclassificações	-	-	-
Regularizações:			
Perdas	-	(8.115)	(8.115)
Ganhos	-	-	-
Saldo final	(46.452)	(471.300)	(517.752)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	818.371	433.661	1.252.032

13. Clientes

13.1. Quantias escrituradas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica *Clientes* tem a seguinte composição:

	2016	2015
Quantia bruta	11.478.705	11.952.533
Perdas por imparidade acumuladas	(6.731.874)	(6.751.815)
Quantia escriturada	4.746.831	5.200.718

13.2. Perdas por imparidade

	2016	2015
Saldo inicial	6.751.815	6.458.624
Integração das perdas por imparidade da APVC (Fusão)	-	25.108
Integração das perdas por imparidade resultantes da Integração da VND	-	34.548
	6.751.815	6.518.280
Reforços	22.264	378.187
Reversões	(42.205)	(144.652)
	(19.941)	233.535
Saldo final	6.731.874	6.751.815

As perdas por imparidade acumuladas incluem o montante de 6.082.878 relativo às rendas debitadas à entidade que se encontra a explorar o Cais de Gaia. As rendas não estão a ser liquidadas pelo concessionário alegando, entre outros motivos, que:

1. Apenas um ano após a assinatura do contrato é que foi possível iniciar as obras do empreendimento, tendo incorrido em perdas financeiras;
2. Houve alteração ao projeto inicial do parque de estacionamento, e;
3. Ocorreram vicissitudes, no decorrer da execução do contrato, que foram desfavoráveis à concessionária (exemplo: a desafetação da Praça Super Bock, para terminal do teleférico) e;
4. O espaço da concessão, por força da aplicação do estabelecido no Decreto-lei n.º 330/2000 de 27 de dezembro, encontrar-se-á sob a alçada jurisdicional da Gaia Polis, pelo que tem dúvidas sobre qual a entidade a quem são devidas as rendas.

Na ação arbitral intentada pela APDL contra o concessionário foi, em meados de março de 2012, proferida a seguinte decisão:

- condenação do concessionário a reconhecer que o contrato administrativo de concessão de uso privativo que celebrou com a APDL se manteve plenamente válido e eficaz na ordem jurídica desde a data da respetiva celebração, e;
- condenação do concessionário a pagar à APDL 3.113.742 euros a título das acordadas taxas de utilização do domínio público vencidas até à data da propositura da ação arbitral (junho de 2009).

No decorrer do mês de abril de 2015, o Conselho de Administração da APDL deliberou rescindir unilateralmente o Contrato de Concessão, tendo sido a Dourocais notificada de tal decisão. Decorrente da cessação do Contrato de Concessão, a APDL exigiu o pagamento imediato da quantia de 8.569.734 euros e a entrega do Estabelecimento da Concessão, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data da notificação, prazo esse que já terminou. Contudo, e na sequência da decisão acima, a Dourocais intentou uma Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos, com vista a ser declarado nulo o ato administrativo que determinou a tomada de posse administrativa do imóvel e a que seja ordenado à APDL que se abstenha de praticar qualquer ato que possa turvar ou limitar, por quaisquer meios, o exercício dos direitos que assistem à Dourocais até ao trânsito em julgado da decisão.

Pelo facto de ser expectativa do Conselho de Administração da APDL que, mesmo sendo favorável à empresa o recurso da decisão, que o montante em dívida não será recebido, a imparidade acima mencionada não foi revertida.

14. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

14.1. Saldos devedores

	2016	2015
Imposto sobre o rendimento do exercício (ver Nota 34)	477.781	382.308
Imposto sobre o rendimento – SIFIDE	344.566	212.708
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.950	451.589
Total	827.297	1.046.605

Na sequência da apresentação de candidatura ao SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial, a APDL submeteu o requerimento à Comissão Certificadora que, à data de elaboração deste relatório, ainda não se encontra aprovado.

14.2. Saldos credores

A APDL não tinha quaisquer dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos. Nas referidas datas, as dívidas ao Estado tinham a seguinte composição:

	Notas	2016	2015
Passivo não corrente:			
Tributação autónoma especial DL 66/2016 (ver Nota 34)		1.821.033	-
Total do passivo não corrente		1.821.033	-
Passivo corrente:			
Tributação Autónoma Especial DL 66/2016 (ver Nota 34)		1.821.033	
Retenção de impostos sobre o rendimento	1	272.082	243.035
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	3	107.164	198.442
Contribuições sociais (CGA, ADSE, Segurança Social)	2	303.676	273.037
Comparticipação financeira para a AMT e DGRM	4	155.374	76.096
Total do passivo corrente		2.659.329	790.610
Total		4.480.362	790.610

1. Retenção de impostos sobre o rendimento

Quantias retidas aos trabalhadores dependentes pelas remunerações pagas no mês de dezembro de cada exercício e a trabalhadores independentes.

2. Contribuições sociais

Encargos sociais suportados pela Empresa e encargos retidos aos trabalhadores relativos ao último mês do exercício a entregar às seguintes entidades: CGA, ADSE e Segurança Social.

3. Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A APDL é um sujeito passivo de IVA no regime da afetação real e, regime de tributação normal mensal. Liquida imposto sobre a generalidade das suas transmissões de bens e prestações de serviços, exceto as operações isentas de acordo com o artigo 14.º do CIVA (isenções nas exportações, operações assimiladas e transportes internacionais).

A quantia em dívida em 31.12.2016 é relativa ao imposto a pagar apurado nos meses de novembro e dezembro.

4. Comparticipação financeira para a AMT e DGRM

Refere-se à percentagem de 5% das receitas de exploração portuária reconhecidas na conta 72 Prestações de Serviços, excluindo a receita do serviço de pilotagem) das administrações portuárias. Trata-se de verbas que devem ser pagas a:

- AMT, na percentagem de 2%, de acordo com o artigo 1.º do Despacho n.º 11317/2016, de 21 de setembro, e;
- DGRM, na percentagem de 3%, de acordo com o artigo 7.º da portaria 342/2015 de 12 de outubro.

15. Outros créditos a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a composição da rubrica *Outros créditos a receber*, é como segue:

	Notas	2016	2015
Pessoal:			
Adiantamentos ao pessoal	1	11.870	64.276
Beneficiários das Obras Sociais	2	308.078	346.094
		319.948	410.370
Adiantamento a fornecedores de investimentos		-	125.120
Devedores por acréscimos de rendimentos:			
Prestações de serviços	3	722.064	551.092
Juros de depósitos a prazo	4	8.774	10.437
Outros acréscimos		-	-
		730.838	561.529
Devedores diversos:			
Subsídios ao investimento	5	1.118.540	1.430.744
Subsídios à exploração		-	296.372
Alfândega do Porto, Cimeira Ibero-Americana	6	285.943	285.943
Construção dos Molhes do Douro, ACE	7	1.196.940	1.196.940
Outros devedores diversos		8.656	12.089
		2.610.079	3.222.088
Perdas por imparidade acumuladas	8	(346.555)	(352.580)
Total		3.314.310	3.966.527

1. Pessoal

As dívidas do pessoal referem-se (i) à venda de senhas da cantina aos colaboradores ainda não processadas em salários e (ii) a adiantamentos para despesas em deslocações.

2. Beneficiários das Obras Sociais

As dívidas dos beneficiários das Obras Sociais são relativas à parte das despesas não comparticipadas pela prestação de serviços médicos e pela aquisição de medicamentos pelos beneficiários das Obras Sociais cujo custo é suportado pela APDL e posteriormente debitado aos beneficiários. Estas são devidas principalmente por aposentados e o montante em dívida tem sofrido reduções atendendo a que o regime não aceita novos beneficiários.

3. Acréscimos de rendimentos – Prestações de serviços

Os acréscimos de rendimentos por prestações de serviços referem-se a serviços prestados no exercício, cuja faturação ocorrerá apenas nos primeiros dias do período de relato seguinte.

4. Acréscimos de juros de depósitos bancários

Os acréscimos de juros de depósitos a prazo relevam os juros calculados sobre o prazo decorrido entre a data de pagamento do último juro e 31 de dezembro de cada exercício.

5. Subsídios ao investimento

Pelo facto de estarem já reunidas todas as condições para o seu recebimento, foi registado na rubrica de devedores diversos um montante de 1.118.540 euros (2014: 1.430.744 euros) relativo a subsídios atribuídos mas ainda não recebidos, pelo facto de ser convicção da Administração que existe uma segurança moderada de que o mesmo irá ser efetivamente recebido. Pelo facto da ocorrência do recebimento destes montantes estar prevista para o exercício de 2017, o mesmo foi apresentado no balanço como um ativo corrente.

	2016	2015
ANNA	52.233	52.233
Auto Estradas do Mar – 1.ª Fase	-	128.477
Terminal de Cruzeiros	-	568.114
MIELE	-	446.832
Fundo Europeu para as Fronteiras Externas	-	32.318
Widermos	202.770	202.770
DIWW 2020 Fase 1	662.521	-
e-Impact	31.024	-
PIPE (APP)	168.140	-
Atlantis	1.852	-
Total	1.118.540	1.430.744

6. Alfândega do Porto, Cimeira Ibero-Americana

A quantia de 285.943 euros é relativa a despesas debitadas à Alfândega do Porto, relacionadas com a Cimeira Ibero – Americana realizada em 2004. Pelo facto de se considerar que este montante não será recuperado, encontra-se reconhecida uma imparidade total.

7. Construção dos Molhes do Douro, ACE

A quantia de 1.196.940 euros a receber de Construção dos Molhes do Douro, ACE, que transitou do IMT pela integração da VND na APDL, e respeita ao saldo devedor, após a compensação das faturas deste fornecedor, com nota de débito emitida pelo IPTM relativa a multa contratual no montante de 4,7 milhões de euros:

Descrição	Montante
Notas de débito por penalidades contratuais emitidas pelo IMT ao ACE	4.758.126
Faturas emitidas pelo ACE, reconhecidas pelo IMT	-3.561.186
Total	1.196.940

Apesar do devedor não reconhecer as multas contratuais aplicadas, a Administração, baseada na opinião do advogado que acompanha este processo, espera um desfecho favorável para a APDL, pelo que não foi reconhecida qualquer imparidade sobre esta conta a receber. Conforme

referido na Nota 23, existe um processo judicial em curso denominado por “Molhes do Douro”, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto e que opõe a Construtora dos Molhes do Douro – Somague/Irmãos Cavaco, ACE (como Autor) ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (como Réu), atualmente na esfera da APDL, no qual, entre outros, o ACE reclama as notas de débito por penalidades contratuais emitidas pelo IMT.

8. Perdas por imparidade de outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a outras contas a receber referem-se a:

- (i) Dívidas dos beneficiários das Obras Sociais, e;
- (ii) Despesas debitadas à Alfândega do Porto relacionadas com a Cimeira Ibero Americana realizada em 2004, cuja recuperação é considerada como improvável.

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2016 e de 2015 foram os seguintes:

	Beneficiários das Obras Sociais	Alfândega do Porto	Total
Em 01 de janeiro de 2015	66.637	285.943	352.580
Aumento / (Redução)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	66.637	285.943	352.580
Aumento / (Redução)	(6.025)	-	(6.025)
Em 31 de dezembro de 2016	60.612	285.943	346.555

16. Diferimentos – Ativo

Os saldos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 eram os seguintes:

		2016	2015
Comissão BEI	1	110.625	118.125
Contratos de manutenção	2	33.640	53.886
Seguros	3	2.924	4.680
Outros diferimentos		14.407	13.852
Total		161.596	190.543

1. Comissão BEI

Comissão paga ao BEI, pela montagem do contrato de empréstimo que a APDL obteve do referido banco (ver Nota 24). Esta comissão encontra-se a ser reconhecida como um gasto durante o período de vigência do empréstimo (20 anos).

2. Contratos de manutenção

Contratos de manutenção de equipamentos e sistemas informáticos, cujo pagamento é feito no início do período de manutenção e estes se prolongam para o exercício seguinte.

3. Seguros

Pagamento de prémios de seguros no exercício corrente mas que correspondem ao período seguinte.

17. Capital subscrito

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Conforme previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, que transformou a APDL em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, o capital social foi fixado, por ajustamento, em 48.000.000 euros, no seguimento da avaliação patrimonial realizada em 1999.

Assim, o capital inicial de 4.181.000 contos fixado na data de constituição da Sociedade foi alterado por incorporação de parte da Reserva de Avaliação e redenominado em euros, por Deliberação Unânime do Acionista em 21 de março de 2001.

O capital social era então constituído por 9.600.000 ações, de valor nominal de 5 euros cada.

Em 28 de março de 2008, por Deliberação unânime do Acionista, o capital social foi aumentado no montante de 3.035.000 euros, realizado em dinheiro e totalmente subscrito pelo Acionista único (DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças, representante do Estado Português).

Após o referido aumento, o capital social foi fixado em 51.035.000 euros e passou a ser constituído por 10.207.000 ações, de valor nominal de 5 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital é detido na sua totalidade pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

O capital está totalmente realizado.

18. Reservas legais

De acordo com a legislação vigente e com os Estatutos da Empresa, anualmente deverá ser transferido para a rubrica Reserva legal, pelo menos 10% do lucro apurado em cada período até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2014, este limite foi atingido pelo que a reserva legal deixou de ser reforçada.

A reserva legal não pode ser distribuída ao Acionista, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital e para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

19. Outras reservas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a composição da rubrica *Outras reservas*, é a seguinte:

	Notas	2016	2015
Avaliação patrimonial do Porto de Leixões	1	123.821.252	123.821.252
Integração de Viana do Castelo	2	1.615.392	1.615.391
Integração dos ativos dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo	3	3.195.668	3.195.668
Integração da Via Navegável do Douro	4	8.773.537	8.773.537
		13.584.597	13.584.596
Ativos das concessões:	5		
Resultados acumulados		10.573.742	9.167.210
Imposto diferido passivo		(2.749.173)	(2.383.475)
		7.824.569	6.783.735
Reserva de Investimento	6	14.691.118	8.151.522
Total		159.921.536	152.341.105

Esta rubrica é constituída pelas seguintes reservas:

1. Avaliação patrimonial do Porto de Leixões

Relativo à avaliação patrimonial referida na Nota 4.2 (ativos dos portos do Douro e Leixões), aquando da constituição da Empresa em 1998. Durante os exercícios de 2016 e de 2015, esta reserva não registou qualquer movimento. Esta reserva não é distribuível, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital social ou para absorver resultados transitados negativos.

2. Integração de Viana do Castelo

No final do exercício de 2014, foi elaborado um projeto de fusão da Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. (APVC) com a APDL, na modalidade prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 97º do Código das Sociedades Comerciais (fusão por incorporação). O registo definitivo da fusão ocorreu por escritura realizada em 7 de janeiro de 2015, produzindo efeitos fiscais e contabilísticos a 1 de janeiro de 2015. A APVC era uma subsidiária cujo capital era detido na totalidade pela APDL. Pelo facto da referida participação financeira se encontrar registada nas demonstrações financeiras da Empresa pelo método da equivalência patrimonial, a referida fusão não produziu impactos nos capitais próprios da APDL.

3. Integração dos ativos dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo

O Decreto-Lei n.º 98/2013, de 24 de julho, procedeu à afetação à APVC de determinadas parcelas de terreno que integram o património do Estado, assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos neles implantados, tendo redefinido a área referente à concessão dominial atribuída à Sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (ENVC) e autorizou a alteração ao Contrato de Concessão, incluindo a autorização para a efetivação de uma nova subconcessão. Assim, em 10 de janeiro de 2014, foi celebrado um Contrato de Subconcessão da utilização privativa do domínio público e das áreas afetadas à concessão dominial atribuída à sociedade ENVC com a “West Sea – Estaleiros Navais, Lda.” (West Sea). A subconcessão tem por objeto a utilização privativa de uma parcela de terreno que integra a área

da concessão dominial concessionada aos ENVC. Integram o estabelecimento da concessão. De acordo com o referido contrato, reverterem gratuitamente para a subconcedente e sem direito a indemnização todos os bens que integram o estabelecimento da subconcessão.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, relativo à incorporação da Via Navegável do Douro na Empresa, incorporou, também, as alterações decorrentes do processo de fusão, por incorporação, da APVC na APDL, ocorrido, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015. De acordo com o n.º 4 do artigo 3.º do referido Decreto-Lei, pertence à APDL, a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integravam a esfera jurídica da APVC, afetos ou que dizem respeito ao porto de Viana do Castelo, designadamente os imóveis constantes da relação que constitui o Anexo I do supra decreto-lei, nomeadamente os bens afetos à concessão aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S. A.

Em 1 de setembro de 2015, o contrato de subconcessão referido acima foi alterado, em consequência da dissolução dos ENVC, pelo que a relação concessionária no tocante a todos os direitos e obrigações de ambas as partes passou a ser estabelecida entre a APDL e a West Sea.

Em função do referido acima, a APDL reconheceu nas suas demonstrações financeiras os ativos fixos tangíveis dos ENVC, os quais, pelo facto de não se relacionarem com a atividade portuária, gerando apenas uma renda anual definida no contrato de concessão, foram contabilisticamente registados como Propriedades de Investimento, por um valor de 3.195.668 euros, por contrapartida da rubrica do capital próprio (“Outras reservas”). Esta avaliação foi efetuada na ótica do rendimento por um perito independente e credenciado para o efeito.

4. Integração da Via Navegável do Douro

O Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio procedeu à atribuição à APDL da jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, flúvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, anteriormente atribuída ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P. (IPTM), cuja gestão transitória, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 44/2014, de 20 de março, e 77/2014, de 14 de maio, foi cometida ao Instituto da Mobilidade e Transportes, I. P. (IMT), transmitindo também para aquela sociedade a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integram a esfera jurídica do IPTM, I. P., afetos a essa jurisdição.

Entre outros, o referido Decreto–Lei estabelece o seguinte:

- No prazo de seis meses, a contar da data de entrada em vigor, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e pela atividade portuária e do mar, deverão emitir despacho a identificar os bens que serão integrados na esfera jurídica da APDL; e
- No prazo de um ano, a contar da data de entrada em vigor, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da atividade portuária, deverão aprovar, através de despacho, a avaliação do património que, por força deste diploma, será integrado na APDL.

Para o registo dos ativos fixos tangíveis foram solicitadas avaliações dos mesmos a um avaliador independente devidamente creditado. Foi utilizado como método de avaliação o custo de substituição depreciado. Aplicando a política contabilística seguida pela APDL no registo destes ativos não foram registados os terrenos de domínio público.

Conforme previsto no DL 83/2015, de 21 de maio, art.º 10º, a avaliação do património transferido do IPTM, para a APDL, terá de ser aprovada pelos responsáveis pelas áreas das finanças e da atividade portuária através de despacho.

Uma vez que a VND corresponde a uma unidade geradora de caixa independente foram feitos testes de imparidade aos ativos com base na estimativa dos fluxos de caixa futuros deste negócio, tendo-se concluído que os ativos não financeiros se encontravam em situação de imparidade total à data da integração. Para o efeito foi assim constituída uma perda por imparidade, reportada à data da integração, a qual foi registada por contrapartida da reserva de integração (rubrica Reserva DL 83/2015). Nesta data foram ainda apurados impostos diferidos ativos sobre a imparidade dos ativos fixos tangíveis.

5. Ativos das concessões

A quantia de 7.824.569 Euros (2015: 6.783.735 Euros) refere-se ao rendimento já reconhecido pela APDL até ao final do exercício precedente ao das demonstrações financeiras do exercício em análise, na sequência da adoção da política contabilística relativa ao reconhecimento de ativos por reversão gratuita no final dos contratos de concessão de serviço público ou de uso privativo de bens dominiais afetos à atividade portuária.

Esta reserva não é distribuível e a quantia escriturada é o montante líquido do correspondente imposto diferido passivo (ver Nota 11.2). Assim, o movimento em cada exercício, corresponde ao rendimento gerado no exercício anterior (Ver Nota 20).

6. Reserva de Investimento

A APDL pretende minimizar o recurso a capital alheio na implementação do seu programa de investimentos em linha com as orientações do PETI3+ – Plano Estratégico do Transporte e Infraestruturas e do acionista, pelo que esta reserva de investimento se destina a financiar parte do projeto de investimento do Novo Terminal de Contentores. Esta reserva foi constituída com base na proposta de aplicação de resultados do exercício de 2014 e foi reforçada em 2016 pela aplicação de resultados do exercício de 2015, aprovada pelo Acionista.

20. Resultados transitados

Os resultados transitados resultam de resultados gerados em exercícios anteriores. Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2016 e de 2015 analisam-se como segue:

	Notas	2016	2015
Saldo inicial		65.800.694	65.723.264
Integração de Viana do Castelo	1	-	77.430
Transferência do resultado líquido do exercício anterior		10.081.292	11.837.120
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior:	2		
Distribuição de dividendos		(2.500.000)	(2.511.656)
Reforço da reserva Ativos das concessões		(1.041.696)	(1.173.942)
Reforço da reserva de Investimento		(6.539.596)	(8.151.522)
Outros movimentos		862	-
Saldo final		65.801.556	65.800.694

1. Integração de Viana do Castelo

Conforme referido na Nota 19, em 31 de dezembro de 2014, a APDL detinha a totalidade do capital da APVC, que foi integrada na APDL em 1 de janeiro de 2015. Pelo facto da referida participação financeira se encontrar registada nas demonstrações financeiras da Empresa pelo método da equivalência patrimonial, a referida fusão não produziu impactos nos capitais próprios da APDL. Assim, a quantia de 2.903.658 que em 31 de dezembro de 2014 se encontrava registado na rubrica dos Capitais Próprios, *Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio*, atendendo à natureza dos movimentos que originaram o registo deste montante nas contas da APDL, foi reclassificada da seguinte forma:

Outras reservas (avaliação patrimonial)	1.615.392
Resultados transitados (resultados positivos gerados pela APVC)	77.430
Outras variações no capital próprio (subsídios ao investimento)	1.210.837
Total	2.903.658

2. Aplicação do resultado líquido do exercício anterior

A aplicação do resultado líquido do exercício de 2015 foi aprovada pelo Acionista na Assembleia Geral realizada em 30 de junho de 2016.

21. Ajustamentos e outras variações no capital próprio

As quantias registadas nesta rubrica têm a seguinte composição:

	Em 01/01/2015	Integração da APVC	Movimentos em 2015	Em 31/12/2015	Movimentos em 2016	Em 31/12/2016
Subsídios ao investimento (Ver Nota 22)	61.185.656	1.210.837	(1.277.237)	61.119.256	(1.882.602)	59.236.654
Ganhos atuariais:						
Quantia bruta	10.812.557	-	566.923	11.379.480	(174.210)	11.205.270
Imposto diferido	(2.811.265)	-	(147.400)	(2.958.665)	45.295	(2.913.370)
	8.001.292	-	419.523	8.420.815	(128.915)	8.291.900
Total	69.186.948	1.210.837	(857.714)	69.540.071	(2.011.517)	67.528.554

i. Ganhos atuariais

Ganhos atuariais resultantes do estudo atuarial dos benefícios pós-emprego (ver Nota 25).

ii. Ganhos atuariais – imposto diferido

Imposto diferido sobre os ganhos atuariais acumulados (ver Nota 11.1).

22. Subsídios e apoios do governo

22.1. Subsídios ao investimento

Segundo o §12 da NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo – os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos no capital próprio, na rubrica *Ajustamentos/ Outras*

variações no capital próprio, devendo ser imputados, numa base sistemática, como rendimento, durante os períodos necessários para balancearem-nos com os gastos relacionados que pretende que se compensem.

Contudo, a existência de subsídios atribuídos à Empresa não traduz um aumento do capital próprio absoluto, uma vez que os mesmos são sujeitos a tributação. Consequentemente, a quantia contratualizada com a entidade gera um enriquecimento da mesma quanto à parcela líquida de imposto e, também, a necessidade de efetuar o reconhecimento do passivo fiscal que lhe está associado, o qual vai sendo revertido na proporção do subsídio reconhecido como rendimento no período.

Na sequência do esclarecimento da CNC, de 13 de abril de 2013, o efeito fiscal futuro dos subsídios ao investimento em ativos depreciables, é deduzido ao montante de subsídios evidenciado nos capitais próprios, por contrapartida de um passivo - Outras contas a pagar.

O imposto diferido dos subsídios sobre terrenos é reconhecido numa base sistemática durante os primeiros dez anos após o seu recebimento sendo o primeiro o do recebimento do subsídio (ver Nota 11.2).

Assim, os movimentos ocorridos nos exercícios de 2016 e de 2015 relativos a subsídios atribuídos ou a atribuir à Empresa analisam-se como segue:

	2016	2015
Saldo inicial:		
Subsídios recebidos ou a receber – Valor bruto	87.805.442	82.022.192
Imparidade	(5.211.853)	-
Ajustamentos em subsídios	(20.787.639)	(20.014.575)
Imposto diferido	(686.694)	(821.961)
Quantia escriturada	61.119.256	61.185.656
Fusão da APVC e Integração da VND		
Subsídios recebidos ou a receber – valor bruto	-	6.215.185
Imparidade	-	(4.578.919)
Ajustamentos em subsídios	-	(425.429)
Quantia escriturada	-	1.210.837
Movimentos:		
Subsídios recebidos ou a receber – valor bruto	5.860.459	4.824.349
Imputação a rendimentos (ver Nota 32)	(5.405.393)	(5.042.640)
Regularização	-	(213.644)
Imparidade (ver Nota 32)	(4.012.759)	(632.934)
Ajustamentos em subsídios	1.544.897	-347.635
Imposto diferido (ver Nota 11.2)	130.194	135.267
Soma	(1.882.602)	(1.277.237)
Saldo final		
Subsídios recebidos ou a receber – Valor bruto	88.260.508	87.805.442
Imparidade	(9.224.612)	(5.211.853)
Ajustamentos em subsídios	(19.242.742)	(20.787.639)
Imposto diferido	(556.500)	(686.694)
Quantia escriturada	59.236.654	61.119.256

Por outro lado, pelo facto de ter sido reconhecida uma perda por imparidade (ver Nota 9) nos ativos fixos tangíveis e intangíveis das unidades geradoras de caixa Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, foi também reconhecido no exercício um rendimento / (gasto) proporcional à perda / (reversão da perda) por imparidade alocada aos bens subsidiados dessas unidades.

22.2. Subsídios à exploração

Nos exercícios de 2016 e de 2015, a Empresa reconheceu os seguintes subsídios à exploração:

	2016	2015
PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central	1.496.622	2.246.753
DOURO 2020	366.356	99.537
ATLANTIS	77.466	-
NETMAR	-	279.911
NOPTILUS	-	230.106
Outros subsídios à exploração	42.941	6.599
	1.983.385	2.862.906

23. Provisões

As provisões são integralmente constituídas por provisões para processos judiciais em curso e os movimentos ocorridos nos exercícios de 2016 e de 2015 foram os seguintes:

	2016	2015
Saldo inicial	7.391.604	902.867
Integração da Via Navegável do Douro	-	6.500.000
Movimentos no exercício:		
Aumentos	5.654.227	40.689
Reduções	-	(51.952)
	5.654.227	(11.263)
Saldo final	13.045.831	7.391.604

As provisões para processos judiciais em curso são relativas aos seguintes processos:

1. Processo Molhes do Douro

Refere-se à provisão constituída para fazer face ao processo denominado por “Molhes do Douro”, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto e que opõe a Construtora dos Molhes do Douro – Somague/Irmãos Cavaco, ACE (como Autor) ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (como Réu), atualmente na esfera da APDL, na sequência da integração da Via Navegável do Douro na APDL. Este processo respeita à execução do “contrato de conceção/construção das obras necessárias à melhoria das acessibilidades e das condições

de segurança da Barra do Douro”, outorgado em 2004. Trata-se de uma ação administrativa comum em que o ACE peticiona, entre outros, o seguinte:

- Anulação do ato de aplicação de multas contratuais aplicadas pelo IPTM, no montante de 4.738.567 euros (ver Nota 15);
- Condenação do IPTM (atualmente APDL) ao pagamento da quantia total de 11.000.617 euros (mais IVA) a título de custos diretos, custos de permanência, custos indiretos, custos de aceleração, custos incorridos em virtude da suspensão, de novas imposições do RECAPE, do assinalamento marítimo, do acompanhamento arqueológico, da central de energia de ondas, da construção do farol do quebra-mar e encargos financeiros.

Baseado no parecer do advogado que acompanha este processo, a APDL reconheceu no balanço de abertura relativo à integração dos ativos e passivos da Via Navegável do Douro uma provisão, no montante de 6.500.000 euros.

Em 2016, a APDL reforçou a provisão em 4.126.105 euros, a título de juros, sendo o valor global de 10.626.105 euros a melhor estimativa da Administração quanto ao montante máximo em a que a APDL poderá vir a ser condenada à data de 31 de dezembro de 2016.

2. Pensões CGA

Obrigação da APDL de suportar parte dos encargos com pensões de aposentação e sobrevivência com trabalhadores oriundos de outros serviços do Estado, que nos são imputados, mas que não são aceites pela APDL, em resultado da aplicação do DL n.º 141/79, de 22 de Maio. O montante provisionado inclui juros de mora.

3. Guindaste Titan

Encontra-se ainda em curso o processo de apuramento de responsabilidades criminais relacionado com o sinistro ocorrido no Molhe Sul do Porto de Leixões, durante a desmontagem do guindaste “Titan”, no dia 12 de abril de 2012. O acidente originou uma explosão, seguida de incêndio, causando danos humanos e materiais, tendo espoletado os seguintes processos judiciais:

- Ação proposta pela EDILAGES, S.A., a título de trabalhos extras contratados pela APDL para remoção de equipamentos e materiais, limpeza dos pavimentos e construção de estruturas metálicas para a preservação do Titan acidentado;
- Ação proposta pela LUSITÂNIA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A., a título de seguradora da GRUEST – GRUAS DE ESTARREJA, LDA., à qual efetuaram pagamentos por perda total de grua e por reparação de grua, bem como despesas de averiguação e peritagem do sinistro.
- Ação proposta por REPSOL PORTUGUESA, S.A., REPSOL GÁS PORTUGAL, S.A., BP PORTUGAL – COMÉRCIO DE CONSUMÍVEIS E LUBRIFICANTES, S.A., PETRÓLEOS DE PORTUGAL – PETROGAL, S.A., a título de reparação dos oleodutos e de custos adicionais pelo facto de terem ficado sem o abastecimento de gasóleo, gasolina e GPL enquanto duraram as obras de reparação e reposição dos oleodutos.

No quadro abaixo elencam-se os valores reclamados, aos quais acrescem juros de mora, vencidos e vincendos à taxa legal, até integral pagamento:

Entidade	Euros
Edilages, S. A.	31.460
Lusitânia	353.511
Repsol Portuguesa, S. A.	184.670
Repsol Gás Portugal, S. A.	492.638
BP Portugal - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S. A.	848.536
Petróleos de Portugal - Petrogal, S. A.	695.079
Total	2.605.894

De acordo com o parecer do advogado, e apesar da APDL já ter acionado o seguro de responsabilidade civil contratado perante as ações de indemnização dos processos judiciais, a APDL considera prudente proceder à constituição de uma provisão para o efeito no montante de 1.484.908 euros já incluindo os juros de mora à data de 31 de dezembro de 2016.

24. Financiamentos obtidos

24.1. Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os montantes dos financiamentos obtidos eram os seguintes:

	2016	2015
Contratos de mútuo:		
Banco Europeu de Investimento	18.660.000	19.560.000
Total	18.660.000	19.560.000

O empréstimo junto do BEI, no montante de 20 milhões de euros, resulta de um contrato de financiamento celebrado em 7 de junho de 2011 que teve por objetivo o financiamento de importantes investimentos que constam do Plano Estratégico de Desenvolvimento do porto de Leixões. O referido banco abriu um crédito de 70 milhões de euros, em benefício da Empresa, que corresponde ao montante global do contrato.

A amortização do empréstimo iniciou-se em novembro de 2015 e terminará em maio de 2031. O reembolso, por anos, encontra-se detalhado no quadro abaixo:

	2016	2015
Passivo corrente:		
Até 1 ano	940.000	900.000
Passivo não corrente:		
De 1 a 5 anos	4.160.000	4.000.000
Mais de 5 anos	13.560.000	14.660.000
	17.720.000	18.660.000
Total	18.660.000	19.560.000

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2016 e de 2015 foram os seguintes:

	2016	2015
Saldo inicial	19.560.000	20.000.000
Amortizações de capital	(900.000)	(440.000)
Saldo final	18.660.000	19.560.000

24.2. Custos de financiamento

		2016	2015
Juros de financiamentos obtidos	1	489.331	508.000
Comissão de montagem do contrato	2	7.500	7.500
Comissão sobre o aval do Estado	3	38.530	39.889
Outros custos de financiamento		-	10.000
Total		535.361	565.389

1. Juros de financiamento obtidos

O capital disponibilizado pelo banco vence juros fixos calculados à taxa de 2,54% que serão pagos durante 10 anos nos meses de maio e novembro de cada ano.

2. Comissão de montagem do contrato

A comissão de montagem do contrato no montante de 150.000 euros que foi paga na data de assinatura, estando a ser reconhecida como gasto ao longo do período do contrato. A parte ainda não reconhecida em gastos está escriturada na rubrica Diferimentos do balanço (ver nota 16).

3. Comissão sobre o aval do Estado

Como garantia do empréstimo a APDL obteve o aval do Estado Português. Os custos do aval (0,2% sobre o montante utilizado) são reconhecidos na mesma rubrica da demonstração dos resultados.

25. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

25.1. Pensões de reforma

A APDL ficou obrigada a contribuir, em conjunto com outras Administrações Portuárias, para a manutenção do fundo de aposentações do INPP, criado pelo Decreto-Lei nº 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex-departamento de pilotagem. A Empresa possui ainda uma responsabilidade relacionada com o pagamento de pensões vitalícias de sobrevivência e de sangue a alguns aposentados.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de “rating” elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

25.2. Benefícios de ação social pós-emprego (assistência médica-medicamentosa e assistência hospitalar)

Até ao exercício de 2009, a Empresa tinha como responsabilidade o pagamento da assistência médica-medicamentosa e hospitalar, não só aos colaboradores que integravam os quadros da Empresa até 2 de dezembro 1998, como também aos seus cônjuges e filhos até à idade legal do benefício. Contudo, durante o exercício de 2009, todos os trabalhadores, subscritores da Caixa Geral de Aposentações, foram inscritos na ADSE – Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado, incluindo cônjuges e filhos que reuniam as necessárias condições, assim como a generalidade dos aposentados, e respetivo agregado familiar. As Obras Sociais, como um sistema complementar de saúde para todos beneficiários, continuaram a manter as suas valências disponíveis no Centro de Assistência.

As responsabilidades assumidas referentes à assistência médica constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades com o plano de Assistência Médica são idênticos ao referido para o benefício de complementos de reforma apresentado acima.

Reconhecimento dos desvios atuariais e financeiros

Os desvios atuariais e financeiros resultam de ajustamentos de experiência e alterações nos pressupostos atuariais e reconhece os ganhos e perdas atuariais na rubrica Outras variações no capital próprio (ver Nota 21), no período em que ocorrem.

Pressupostos atuariais

Os estudos atuariais realizados por atuário independente, com referência a 31 de dezembro de cada período, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2016	2015
Tábua de mortalidade		TV 88/90
Tábua de invalidez		EVK 80
Idade normal de reforma		66
Percentagem de casados:		
População ativa		75%
População inativa		Real
Diferença de idades entre cônjuges		3 anos (homem mais velho)
Taxa de desconto		
Plano médico	1,50%	2,25%
Fundo de Pensões ex-INPP e Obras Sociais	1,00%	1,50%
Pensões:		
Crescimento		1,00%
Inflação		2,00%
Crescimento dos custos médicos:		
Inflação médica		3,00%
Crescimento por idade		2,00%

25.3. Responsabilidades reconhecidas nas contas

As responsabilidades reconhecidas nas demonstrações financeiras da APDL dos exercícios de 2016 e de 2015 são as seguintes:

2015	Plano médico	Subsídios de creche, de estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Saldo inicial	8.762.743	35.347	3.115.193	11.913.283
Gastos do período:				
Juros	149.510	415	36.915	186.840
Serviços correntes	23.727	-	-	23.727
	173.237	415	36.915	210.567
(Ganhos) / Perdas atuariais	(624.112)	(282)	57.471	(566.923)
Benefícios pagos	(444.665)	(3.035)	(327.282)	(774.982)
Saldo final	7.867.203	32.445	2.882.297	10.781.945

2016	Plano médico	Subsídios de creche, de estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Saldo inicial	7.867.203	32.445	2.882.297	10.781.945
Gastos do período:				
Juros	172.130	452	40.811	213.393
Serviços correntes	21.944	-	-	21.944
Cortes e liquidações	-	-	-	-
	194.074	452	40.811	235.337
(Ganhos) / Perdas atuariais	(28.766)	335	202.641	174.210
Benefícios pagos	(412.781)	(2.468)	(327.306)	(742.555)
Saldo final	7.619.730	30.764	2.798.443	10.448.937

25.4. Análise de sensibilidade à variação da taxa de juro

A tabela abaixo ilustra o impacto da variação positiva ou negativa de 1 p.p. na taxa de juro assumida para a estimativa da responsabilidade do Plano Médico.

Taxa adotada	Responsabilidade		Variação	
	+ 1 pp	-1 pp	+ 1 pp	-1 pp
7.619.730	8.653.250	6.753.432	1.033.520	(866.298)

26. Diferimentos – Passivo

Os diferimentos no passivo referem-se aos rendimentos a reconhecer no exercício posterior relativo a rendas faturadas antecipadamente e aos rendimentos relativos aos ativos das concessões e que revertem gratuitamente para a Empresa no final dos contratos de concessão (ver Nota 4.5).

A tabela discrimina a composição da rubrica em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

	2016	2015
Rendas antecipadas	26.505	26.460
Ativos das concessões	30.470.470	28.552.948
Total	30.496.975	28.579.408

Os rendimentos a reconhecer relativos aos ativos das concessões analisam-se como segue:

	TCL	TCGL	Silos de Leixões	Total
Em 1 de janeiro de 2015	21.110.229	8.912.886	776.087	30.799.202
Movimentos no período:				
Aumentos	-	691.900	-	691.900
Abates	(1.618)	-	-	(1.618)
Imputação a rendimentos	(2.076.257)	(814.627)	(45.652)	(2.936.536)
	(2.077.875)	(122.727)	(45.652)	(2.246.254)
Em 31 de dezembro de 2015	19.032.354	8.790.159	730.435	28.552.948
Movimentos no período:				
Aumentos	1.089.336	3.999.317	-	5.088.653
Abates	-	-	-	-
Imputação a rendimentos	(2.087.260)	(1.038.219)	(45.652)	(3.171.131)
	(997.924)	2.961.098	(45.652)	1.917.522
Em 31 de dezembro de 2016	18.034.430	11.751.257	684.783	30.470.470

Conforme referido na Nota 4.5, o reconhecimento dos bens afetos às concessões que, no final dos respetivos contratos, reverterem gratuitamente para a APDL é o seguinte:

- O ativo intangível será reconhecido na conta 445 – Concessões – Bens a reverter por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.
- No caso específico das infraestruturas portuárias, o ativo tangível será reconhecido em subconta apropriada da 432 – Edifícios e outras construções por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

A divisão entre corrente e não corrente é como segue:

	2016		2015	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Rendas antecipadas	26.505	-	26.460	-
Ativos das concessões:				
TCL	2.208.298	15.826.132	2.076.257	16.956.097
TCGL	1.236.974	10.514.283	854.678	7.935.481
Silos de Leixões	45.652	639.131	45.652	684.783
	3.490.924	26.979.546	2.976.587	25.576.361
Total	3.517.429	26.979.546	3.003.047	25.576.361

27. Fornecedores

A rubrica Fornecedores apresenta os seguintes valores em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Fornecedores – conta corrente	1.249.028	1.758.444
Faturas em receção e conferência	578.569	374.390
Total	1.827.597	2.132.834

A rubrica Faturas em receção e conferência respeita a aquisições de materiais já rececionados nos nossos armazéns e a prestações de serviços concluídos e já conferidos pelos nossos serviços mas ainda não faturadas pelos fornecedores.

28. Outras dívidas a pagar

A rubrica *Outras dívidas a pagar* apresenta os seguintes montantes no passivo corrente:

	Notas	2016	2015
Fornecedores de investimentos		4.874.531	1.971.419
Acréscimos de gastos:			
Incentivos à aposentação	1	-	35.976
Férias e subsídio de férias	2	1.526.858	1.303.133
Juros do empréstimo BEI		66.445	68.500
Descontos concedidos a concessionários	3	677.505	660.896
Comparticipação p/ entidade reguladora	4	-	1.707.626
Eletricidade		117.462	253.007
IMT - Encontro de contas		-	247.959
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	5	63.507	-
Outros acréscimos de gastos		240.463	180.560
		2.692.240	4.457.657
Outras contas a pagar:			
Ajustamentos em subsídios	6	1.220.374	1.322.247
Adiantamentos de subsídios		-	500.047
Cauções e garantias		694.922	582.003
Beneficiários das obras sociais		24.782	31.157
Fornecedores das obras sociais		59.864	24.056
Devolução de subsídios ao investimento	7	1.731.415	-
Outros credores		13.530	17.889
		3.744.887	2.477.399
Total		11.311.658	8.906.475

1. Incentivos à aposentação

Refere-se ao montante estimado das indemnizações a pagar, decorrente do regime de incentivos à aposentação antecipada. Um conjunto de trinta trabalhadores da APDL aderiram a este regime até 30 de novembro de 2012. Durante o exercício de 2015 foi pago o montante de

172.906 euros, e o pagamento do restante montante, 35.976 euros, foi feito no exercício de 2016;

2. Férias e subsídio de férias

A rubrica Férias e subsídio de férias respeita ao direito ao subsídio de férias, aos dias de férias e aos respetivos encargos sociais obrigatórios, adquiridos pelos trabalhadores em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, cujo pagamento ocorrerá no exercício económico posterior.

3. Descontos concedidos a concessionários

Os descontos concedidos a concessionários referem-se ao desconto comercial a atribuir ao concessionário TCGL. O processamento do desconto ocorre apenas no exercício posterior.

4. Comparticipação financeira para a AMT e DGRM

Refere-se à percentagem de 2% das receitas de exploração (conta 72 – Prestações de Serviços, excluindo a receita do serviço de pilotagem) das administrações portuárias. Trata-se de uma verba que deve ser paga ao IMT e à AMT, de acordo com o Despacho n.º 11573/2015, de 1 de outubro de 2015. Pelo facto de já se encontrar em pagamento a última prestação relativa a 2015, a rubrica apresenta um saldo nulo. A quantia a pagar está registada na rubrica do passivo, *Estado e outros entes públicos* (ver Nota 14.2).

5. IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis

Estimativa do imposto a pagar no exercício posterior relativo a 2016.

6. Ajustamentos em subsídios

Segundo o §12 da NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo, os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos tangíveis e intangíveis, devem ser inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios, sendo que, neste caso, deverão ser imputados, numa base sistemática, como rendimento, durante os períodos necessários para balancearem-nos com os gastos relacionados que pretende que se compensem. Contudo, a existência de subsídios atribuídos à Empresa não traduz um aumento do capital próprio absoluto, uma vez que os mesmos são sujeitos a tributação.

Na sequência do esclarecimento da CNC, de 13 de abril de 2013, o efeito fiscal futuro dos subsídios ao investimento em ativos depreciables foi apresentado, a partir do exercício de 2013, como uma conta a pagar. O efeito fiscal futuro dos subsídios ao investimento, é apresentado como uma conta a pagar:

	2016	2015
Ajustamentos em subsídios:		
Corrente	1.220.374	1.322.247
Não corrente	18.022.368	19.465.392
Total	19.242.742	20.787.639

7. Devolução de subsídios ao investimento

Quantia a devolver referente à candidatura Terminal de Cruzeiros por despesa realizada que a entidade financiadora considerou como não sendo elegível para financiamento.

29. Vendas e prestações de serviços

As prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na Introdução a este anexo.

	2016	2015
Serviços ao navio	15.096.306	15.359.691
Serviços à carga	642.674	560.844
Concessões:		
Terminal Petroleroiro	6.118.496	6.307.947
Terminal de contentores	16.485.651	15.775.719
Terminal de carga geral e granéis sólidos	3.623.947	3.670.913
Outras concessões	1.915.241	2.683.305
Fornecimentos e serviços diversos	4.261.421	4.024.729
Plataforma Logística	611.461	624.000
Gestão dominial	1.604.284	1.510.916
	50.359.481	50.518.064

30. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2016	2015
Subcontratos	802.059	947.165
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	780.979	385.195
Publicidade e propaganda	413.536	296.281
Vigilância e segurança	1.452.010	1.222.739
Honorários	195.473	151.234
Comissões	-	4.334
Dragagens de manutenção	1.600.221	2.181.244
Outras conservações e reparações	1.985.790	2.080.836
Serviços bancários	8.602	9.013
Outros serviços especializados	864.536	506.709
Materiais	100.243	84.782
Energia e fluidos	2.206.630	2.107.696
Deslocações e estadas	92.749	152.567
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	250.312	262.090
Comunicações	111.116	84.299
Seguros	268.436	267.935
Contencioso e notariado	28.308	13.279
Despesas representação	30.209	20.816
Limpeza, higiene e conforto	935.510	747.690
Cantina	91.323	75.228
Outros	52.301	94.244
Total	12.270.343	11.695.376

Os fornecimentos e serviços externos registam aumentos significativos nas rubricas Trabalhos especializados e Publicidade e propaganda (+681.477 euros) devidos aos estudos e à promoção da Via Navegável do Douro num esforço com forte comparticipação de fundos comunitários (DIWW2020) e de fundos nacionais (PIDDAC). Por outro lado, a rubrica de dragagens de manutenção teve uma redução relevante (-581.023 euros) relativamente ao ano anterior.

31. Gastos com o pessoal

O número médio de trabalhadores da APDL nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, atenta a natureza do vínculo contratual, foi o seguinte:

	2016	2015
Efetivos	243	239
Outros	11	7
Total	254	246

O quadro abaixo resume os gastos com o pessoal:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais (i)	414.087	379.744
Remunerações do pessoal	9.805.616	9.024.561
Benefícios pós-emprego	235.337	210.567
Pensões (ii)	14.235	50.081
Encargos sobre remunerações	2.330.789	2.138.505
Outros gastos	672.716	661.775
Total	13.472.780	12.465.233

i. Remunerações do pessoal chave da gestão

Nos exercícios de 2015 e 2016, os gastos com o pessoal chave da gestão foram os seguintes:

	2016	2015
Conselho de Administração	314.602	302.805
Conselho Fiscal	45.287	42.362
Revisor Oficial de Contas	38.760	18.450
	398.649	363.617

No exercício de 2016, foi reconhecido o gasto no montante de 10.310 euros relativo a despesas do serviço de revisão do exercício de 2015 (deslocações, comunicações e taxas de supervisão).

No exercício de 2016 os serviços prestados ou faturados pelo Revisor Oficial de Contas da empresa (PwC) e empresas da sua network foram os seguintes:

	Valor
Auditoria e revisão de contas de 2016, incluindo despesas, parecer sobre PAO e orçamento de 2017 e apoio adicional (inclui acréscimo de 10.000 euros a ser faturado em 2017)	28.450
Despesas e apoio adicional relativo a auditoria e revisão das contas de 2015 (valor faturado)	11.950
Apoio administrativo para a candidatura da APDL ao SIFIDE (valor faturado)	17.262

ii. Pensões

Corresponde ao montante de pensões suportado pela APDL relativo a funcionários aposentados. Entre o momento em que a aposentação é aprovada pela Caixa Geral de Aposentações e o momento em que esta passa a ser processada pela referida entidade, o gasto é suportado pela APDL.

O aumento nos gastos com o pessoal resulta do descongelamento das carreiras e do registo de gastos associados à revisão legal de contas de 2015 que não foram contabilizadas nesse ano.

32. Outros rendimentos

	2016	2015
Serviços sociais	75.594	67.091
Formação, aluguer de instalações e outros	240.861	174.451
Impressos e publicações	6.514	19.384
Outros rendimentos suplementares	228.143	71.083
Descontos de pronto pagamento obtidos	11.739	6.135
Rendas das propriedades de investimento (i)	437.755	163.917
Ganhos com a alienação de ativos fixos tangíveis (ii)	125	458.024
Subsídios ao investimento (Ver Nota 22.1)	5.405.393	5.042.640
Subsídios ao investimento – Imparidade (Ver Nota 22.1)	4.012.759	632.934
Ativos das concessões (ver Nota 26)	3.171.131	2.936.536
Outros rendimentos	243.804	149.615
	13.833.818	9.721.810

- (i) A partir de setembro de 2015, a renda paga pelo atual concessionário dos bens que se encontravam afetos aos ENVC passou a reverter para a APDL.
- (ii) Ganho obtido em 2015 com a venda do rebocador Monte Leça à ENAPORT – Empresa Nacional de Administração dos Portos de S. Tomé e Príncipe.

33. Outros gastos

A rubrica *Outros gastos* analisa-se como segue:

	2016	2015
Comparticipação AMT/DGRM	2.169.149	2.167.485
Impostos e taxas	104.527	34.203
Perdas em investimentos	523.376	961
Correções relativas a períodos anteriores	35.053	9.861
Donativos	133.949	71.154
Quotizações	61.276	67.223
Outros	182.936	797.317
Total	3.210.266	3.148.204

Comparticipação AMT/DGRM

Com a extinção do IPTM através do Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, a comparticipação de 5% das receitas de exploração de cada porto, exceto serviços de pilotagem, que vinha sendo processada a favor deste Instituto, e que se encontra relevada nesta rubrica, passou, a partir do exercício de 2013, a ser processada da seguinte forma:

- Comparticipação de 3% à DGRM – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, de acordo com o estipulado na Portaria n.º 184/2013, de 16 de maio, e;
- Comparticipação de 2% que, em conformidade o Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio, é considerada receita do AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes.

Impostos e taxas

Os *Impostos e taxas* são constituídos pelos seguintes itens:

- IUC – Imposto Único de Circulação;
- IVA não dedutível;
- Quantia estimada do IMI relativo a 2016 a pagar no exercício posterior, e;
- Taxas obrigatórias diversas.

Outros

A rubrica *Outros* inclui os seguintes itens:

- Indemnização à ABB – Alexandre Barbosa Borges, SA de 48.800 € ;
- Indemnização à Opway (113.975 €) por danos causados pelo sinistro do guindaste Titan.

34. Imposto sobre o rendimento

Até ao final do exercício de 2014, a APDL encontrava-se sujeita ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades de acordo com a legislação em vigor (CIRC, artigo 69.º) desde 1 de janeiro de 2009. De acordo com este regime, a taxa de IRC era aplicada ao lucro

tributável do grupo. A derrama municipal e a derrama estadual eram aplicadas individualmente. O pagamento do imposto (autoliquidação e pagamentos antecipados) era feito pela APDL.

A partir de 1 de janeiro de 2015, cessou a aplicação deste regime, como consequência fusão, por incorporação, da APVC na APDL.

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas ao imposto sobre o rendimento registado nas demonstrações financeiras.

A taxa de imposto adotada na determinação do montante do imposto sobre o rendimento das demonstrações financeiras é conforme segue:

	2016	2015
IRC	21,00%	21,00%
Derrama municipal (sobre o lucro tributável)	1,50%	1,50%
Derrama estadual (sobre o lucro tributável):		
Entre 1,5 M€ e 7,5 M€	3,00%	3,00%
Superior a 7,5 M€	5,00%	5,00%
Taxa média ponderada de imposto	26,00%	26,00%

O quadro seguinte demonstra a taxa efetiva de imposto:

	2016		2015	
Resultado antes de impostos	6.207.093		13.545.362	
Imposto corrente	6.956.062		2.520.881	
Imposto diferido - excluindo o efeito da alteração da taxa	(9.673.415)		943.189	
Imposto sobre o rendimento do período	(2.717.353)	-43,8%	3.464.070	25,6%

O quadro seguinte resume o pagamento do imposto:

	2016	2015
Imposto estimado	1.837.528	2.734.351
Menos: Pagamentos por conta	(2.293.406)	(3.051.890)
Menos: Retenções na fonte	(21.903)	(64.769)
Saldo corrente a pagar (receber)	(477.781)	(382.308)

O detalhe do imposto corrente é como segue:

	2016	2015
Resultado antes de imposto	6.207.093	13.545.362
Taxa de IRC	21%	21%
Encargo teórico com o IRC	1.303.489	2.844.526
Acréscimo e deduções de imposto:		
Outras variações patrimoniais	105.626	105.067
Ativos das concessões	(306.303)	(295.553)
Mais-valias não tributadas	38.770	38.770
Benefícios pós-emprego	(106.516)	(118.527)
Incentivos á aposentação	(7.555)	(31.541)
Provisões para processos judiciais	1.092.569	4.495
Perdas por imparidade - ativos não correntes	274.901	(174.985)
Perdas por imparidade - contas a receber	(57.214)	(8.056)
Perdas por imparidade - subsídios ao investimento	(842.679)	(132.916)
Mais-valias fiscais na alienação de ativos não correntes	(13)	(48.093)
Outros	31.262	25.226
Benefícios fiscais - SIFIDE	(344.566)	(213.471)
Reavaliação fiscal DL 66/2016	5.463.100	-
Tributação autónoma	29.119	37.382
Derrama Estadual	173.048	330.813
Derrama Municipal	109.024	157.744
Imposto corrente do exercício (E=C+D)	6.956.062	2.520.881

O imposto corrente inclui o imposto estimado de 2016 (1.837.528 euros) e a tributação autónoma especial (5.463.100) deduzida do valor do SIFIDE (344.566 euros).

1. Benefícios fiscais - SIFIDE

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Empresa suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do SIFIDE previsto no Decreto-Lei n.º 249/2009, de 23 de setembro, o qual foi republicado pelo Decreto-Lei n.º 82/2013, de 17 de junho (Código Fiscal ao Investimento).

Neste sentido, a Empresa encontra-se a preparar a candidatura a dirigir à Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais ao I&D Empresarial, de forma a obter a declaração comprovativa de que as atividades realizadas correspondem efetivamente a ações de I&D enquadráveis no SIFIDE.

Caso o referido pedido seja deferido pelas entidades competentes, a Empresa terá a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta de IRC que, para efeitos do disposto no artigo 39.º do Código Fiscal ao Investimento, se estima não vir a exceder a média do montante apurado nos últimos exercícios.

Relativamente ao exercício de 2015, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do SIFIDE e submeteu um requerimento para o reconhecimento de um crédito fiscal de 344.566 euros.

Durante o exercício de 2015, a Empresa reconheceu créditos fiscais do SIFIDE relativo ao exercício de 2014, no montante de 213.471 euros.

2. Reavaliação fiscal DL 66/2016

O Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro, é um regime facultativo de reavaliação fiscal do ativo fixo tangível e propriedades de investimento. Este regime permitiu reavaliar os ativos de investimentos elegíveis conforme as regras determinadas no diploma legal. O montante da reserva fiscal apurada é tributado à taxa autónoma especial de 14% e pago em três prestações, em 15 de dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018 (ver Nota 14.2). Em contrapartida, a reserva de reavaliação será deduzida ao resultado fiscal apurados nos exercícios de 2018 a 2025.

A APDL aderiu ao regime e apurou uma reserva fiscal no montante de 39.022.141 euros e do correspondente ativo por imposto diferido no montante de 10.145.757 euros. Por outro lado, foi apurada a respetiva tributação autónoma especial no montante de 5.463.100 euros. A primeira prestação, no montante de 1.821.033 euros foi paga em 15 de dezembro e as restantes prestações de igual valor serão pagas em 15 de dezembro de 2017 e 15 de dezembro de 2018.

A tabela abaixo resume o impacto deste regime fiscal no resultado do exercício:

Ativo por imposto diferido	10.145.757
Tributação autónoma especial	(5.463.100)
Impacto no resultado do exercício	4.682.657

35. Locações

Os gastos com locações reconhecidos na rubrica Fornecimentos e serviços externos da demonstração dos resultados são os seguintes:

2016		2015	
Quantias escrituradas	Rendas contingentes a pagar	Quantias escrituradas	Rendas contingentes a pagar
165.392	209.598	146.843	242.051

O montante dos futuros pagamentos mínimos nas locações operacionais não canceláveis ascende ao total de 242.051 euros.

	2016	2015
Até 1 ano	118.824	122.556
Entre 1 e 5 anos	90.774	119.495
Total	209.598	242.051

36. Responsabilidades por garantias prestadas

36.1. Garantias reais prestadas a terceiros

Em outubro de 2004, a APDL foi notificada pela Repartição de Finanças de Matosinhos, da existência dum processo de execução fiscal instaurado pela Caixa Geral de Aposentações, no montante de 267.957 euros, referente ao cálculo dos encargos com pensões e respetivos juros de mora com trabalhadores oriundos de outros serviços do Estado, que nos são imputados, mas que não são aceites pela APDL.

O processo de execução fiscal foi já impugnado pelos nossos advogados e para efeitos de suspensão da execução foi dada como garantia de pagamento um prédio urbano em Leça da Palmeira, registado na Conservatória do Registo Predial de Matosinhos com o nº.02451/110402, onde estão instalados os nossos Serviços de Pilotagem.

36.2. Garantias bancárias prestadas a terceiros

A APDL garante o cumprimento das suas obrigações perante as Instituições do Estado prestando as garantias bancárias que lhe são exigidas no âmbito de processos.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a APDL prestou as seguintes garantias:

	2016	2015
Garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da empreitada de construção da VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões	64.355	64.355
Garantia bancária a favor de Direcção-Geral dos Impostos – Direcção de Finanças de Matosinhos para caucionar o valor da dívida referente ao processo de execução fiscal nº. PEF 1821200701022873	115.837	115.837
Garantia bancária a favor da Caixa Geral de Aposentações para garantir o pagamento do valor remanescente da dívida	275.000	275.000
Garantia bancária a favor do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	9.129	9.129
Garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da “ Ligação Rodoviária da Plataforma Principal do Porto de Leixões à Plataforma Logística de Leixões – Pólo I/Gonçaves.	265.983	265.983
Indemnizações por expropriações para Acesso Rodoviário Porto de Viana do Castelo	2.400.176	2.400.176
Total	3.130.480	3.130.480

37. Garantias prestadas por terceiros

37.1. Fornecedores

As cauções prestadas por fornecedores são exigidas como garantia da boa execução das empreitadas de obras públicas contratadas, mantendo-se em vigor até à receção definitiva das obras.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a APDL detinha as seguintes garantias:

	2016	2015
Depósitos de garantia	642.870	369.117
Apólices de seguro-caução	755.569	366.564
Garantias bancárias	10.659.386	8.961.258
Numerário	-	3.900
Total	12.057.825	9.700.839

37.2. Clientes e outros devedores

As cauções prestadas por clientes e outros devedores garantem o cumprimento das suas obrigações perante a Autoridade Portuária que lhes emitiu as respetivas licenças para exercício da sua atividade nos portos do Douro e Leixões. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, estas eram como segue:

	2016	2015
GARANTIAS BANCÁRIAS		
Agentes de navegação	577.985	240.000
Licenciamento de uso privativo e concessionários	6.167.166	6.343.539
Outros	58.927	79.653
	6.804.078	6.663.192
APÓLICES DE SEGURO-CAUÇÃO		
Agentes de navegação	846.001	99.760
Licenciamento de uso privativo e concessionários	2.040	2.040
Outros	14.487	14.487
	862.528	116.287
GARANTIAS DEPÓSITO		
Agentes de navegação	107.366	75.000
Licenciamento de uso privativo	205.350	55.350
Outros	2.700	2.700
	315.416	133.050
GARANTIAS EM NUMERÁRIO		
Agentes de navegação	10.615	10.615
Licenciamento de uso privativo	85.004	154.606
Outros	76.099	12.306
	171.718	177.527
Total	8.153.740	7.090.056

38. Encargos de caráter ambiental

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à

qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Empresa, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa.

Em relação aos encargos de carácter ambiental a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados.

Os encargos estão descritos no quadro seguinte:

	2016			2015		
	Gastos do período	Dispêndios capitalizados	Total	Gastos do período	Dispêndios capitalizados	Total
Sistemas proteção anti-gaivotas	-	-	-	-	5.000	5.000
Certificação energética e qualidade ar interior edifício central	-	-	-	-	4.200	4.200
Projeto estrutura autoportante na Doca 2 Sul	-	38.193	38.193	-	-	-
NETMAR - Segurança ambiental e marítima	-	-	-	242.672	-	242.672
Drenagem AP e AR Centro Hípico e Silos de Leixões	-	24.600	24.600	-	-	-
Depreciações de equipamentos	38.298	-	38.298	13.886	-	13.886
Manutenção geral	5.464	-	5.464	4.649	-	4.649
Outros	25.621	-	25.621	32.360	-	32.360
Totais	69.383	62.793	132.176	293.566	9.200	302.767

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental, nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem nessa data obrigações ou contingências, legais ou construtivas, provenientes de acontecimentos passados, de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

39. Compromissos contratuais assumidos

Os principais compromissos contratuais assumidos no final de 2016 eram os seguintes:

	Valor
Ativos fixos tangíveis:	
Plataforma Logística de Leixões	5.781.673
Colocação de tetrápodes no TPL	849.150
Reabilitação de Cais da Via Navegável do Douro	221.007
Novo Terminal de Contentores	218.200
Armazém de Aprestos no porto de pesca da Afurada	135.000
Revisão Rebocadores Prometeu	130.160
Reforço dos Silos de Leixões	108.477
	7.443.667
Ativos intangíveis:	
Implementação novas funcionalidades JUP2	250.342
Operacionalidade e Segurança da VND - AIS	90.000
Modelação de Processos	84.825
Atlantis LSW	55.080
ERP SAP	54.284
	534.531
Total	7.978.198

40. Passivos contingentes

40.1. Processos judiciais em curso

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa tinha processos judiciais em curso, interpostos por terceiros, totalizando 20.622.189 euros.

Relativamente a estas ações, foram constituídas provisões no montante de 13.045.831 (ver Nota 23), correspondendo à melhor estimativa de Gestão sobre os gastos que poderão resultar para a Empresa com o desfecho destes processos. Para além dos processos referidos na Nota 23 e na Nota 36.1 (Processo Caixa Geral de Aposentações), para os quais existem provisões constituídas, referimos os seguintes processos:

	Valor Reclamado
CPTP – Cais da Ferradosa	454.592
CPTP – Cais de Bitetos	426.373
CPTP, S.A. (Pinhão/Sabrosa)	551.730
Tomaz do Douro	68.094
Castas e Pratos, Lda.	30.000
Ermelinda da Guia Rodrigues Pereira	100.000
	1.630.789

1. CPTP, S.A.

A título de indemnização devido a suspensão temporária dos trabalhos, originada por cheias persistentes no rio Douro, a CPTP, S.A., reclama:

- a quantia de 453.592 euros na empreitada de “Construção do Cais de Ferradosa” no rio Douro.
- a quantia de 426.373 euros na empreitada de “Construção do Cais de Bitetos”, no rio Douro.
- a quantia de 551.730 euros na empreitada de “Construção do Cais Turístico-Fluvial de Pinhão/Sabrosa”, no rio Douro.

Baseado na opinião de advogado que acompanha estes processos, é entendimento do Conselho de Administração que o desfecho destes processos será favorável à Empresa, pelo que não se procedeu ao registo de qualquer provisão.

2. TOMAZ DO DOURO

A título de indemnização pelos danos ocorridos na embarcação TOMAZ DO DOURO, quando navegava no Douro, reclama a quantia de 68.094 euros.

Baseado na opinião de advogado que acompanha este processo, é entendimento do Conselho de Administração não se proceder ao registo de qualquer provisão.

3. CASTAS & PRATOS, Lda.

A título de indemnização reclama a quantia de 30.000 euros, requerendo a anulação do ato do Diretor Delegado, de 03/07/2014, que homologou a ata do Júri do Concurso para atribuição de licença de exploração de Estabelecimento de Bebidas no Cais da Régua.

Baseado na opinião de advogado que acompanha este processo, é entendimento do Conselho de Administração não se proceder ao registo de qualquer provisão.

4. Ermelinda da Guia Rodrigues Pereira

A título de indemnização reclama a quantia de 100.000 euros, relacionada com a caducidade de licença de utilização de armazém em Viana do Castelo.

Baseado na opinião de advogado que acompanha este processo, é entendimento do Conselho de Administração não se proceder ao registo de qualquer provisão.

41. Eventos subsequentes

Não são conhecidos outros eventos posteriores a 31 de dezembro de 2016 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2016.

42. Proposta de aplicação de resultados

Resultado líquido do exercício	8.924.445,54
Aplicação do resultado:	
Reserva Ativos das concessões	1.092.888,39
Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016	4.682.657,25
Reserva de investimento	3.148.899,90
	8.924.445,54

1. Reserva Ativos das concessões

As reservas não distribuíveis – Ativos das Concessões, resultam da implementação da política contabilística aprovada pelas Administrações Portuárias relativa ao reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A implementação desta política contabilística teve em consideração o parecer da CNC (Comissão de Normalização Contabilística) datado de 3 de janeiro de 2012

2. Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016

Constituição da reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016 de acordo com a Orientação Técnica n.º 3 da CNC – Comissão de Normalização Contabilística, atendendo a que o resultado apurado decorrente deste regime fiscal ainda não se encontrar realizado

De acordo com a Orientação Técnica n.º 3 da CNC – Comissão de Normalização Contabilística, os resultados apurados pela reavaliação fiscal do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro, não devem ser distribuídos aos acionistas enquanto não forem realizados. Tal posição justifica-se não só pelas limitações de distribuição de bens aos sócios já previstas no Código das Sociedades Comerciais, mas também face ao diploma que aprovou a medida.

3. Reserva de investimento

Reforço da reserva de investimento pelos seguintes motivos:

- A fusão por incorporação da APVC - Administração do Porto de Viana do Castelo, S. A. e a integração na APDL da Via Navegável do Douro, ocorridas em 2015 e que pelo facto de possuírem situações económicas e financeiras deficitárias, exigirão um forte suporte financeiro por parte da APDL, para garantir a sustentabilidade da sua atividade;
- A minimização do recurso a capital alheio na implementação do seu programa de investimentos em linha com as orientações do acionista é um dos objetivos a prosseguir no futuro, pelo que a verba de 9.039.596,35 euros destina-se a financiar parte dos projetos de investimento da Plataforma Logística de Leixões, este já em curso, e do Novo Terminal de Contentores de Leixões, em fase de conclusão dos estudos, potenciando o desempenho da empresa.

Capítulo III. GRELHA DE VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
I	Síntese (Sumário Executivo)	X		X		3	
II	Missão, Objetivos e Políticas						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		3	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		4	
3.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		5	
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais	X		X		6	
III	Estrutura de Capital						
1.	Estrutura de capital	X		X		6	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X		X		7	
3.	Acordos parassociais.	X				7	Não existem
IV	Participações Sociais e Obrigações detidas						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X		X		7	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X		X		7	
3.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		7	Não aplicável
4.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X		X		8	Não aplicável
V	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Mesa da Assembleia Geral						

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		8	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X				8	Não aplicável
B. Administração e Supervisão							
1.	Modelo de governo adotado	X		X		9	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		9	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		9	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X				9	Não aplicável
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		9	
6.	Declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa	X				12	
7.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	X				12	Não aplicável
8.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		12	
9.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		16	
C. Fiscalização							
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e	X		X		17	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
	suplentes.						
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X		17	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		17	
4.	Funcionamento da fiscalização.	X		X		20	
D. Revisor Oficial de Contas							
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		21	
2.	Indicação das limitações, legais.	X		X		21	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X		X		22	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	X		X		22	
E. Auditor Externo							
1.	Identificação.	X				23	Não aplicável
2.	Política e periodicidade da rotação.	X				23	Não aplicável
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	X				23	Não aplicável
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	X				23	Não aplicável
VI. Organização Interna							
A. Estatutos e Comunicações							
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X		X		23	
2.	Comunicação de irregularidades.	X				23	Entrará em vigor em abril de 2017 o Regulamento sobre a Política de Comunicação de Irregularidades
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		24	
B. Controlo interno e gestão de riscos							
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		25	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou	X		X		26	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
	SCI.						
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X		X		26	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X		X		27	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		27	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X		X		28	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X		X		31	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X		X		32	
C. Regulamentos e Códigos							
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		33	
2.	Código de Ética.	X		X		42	
3.	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas para prevenir fraudes internas e externas, assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação	X		X		42	
D. Deveres Especiais de Informação							
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita	X		X		43	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita	X		X		43	
E. Sítio de Internet							
1.	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		44	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral							
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço	X		X		44	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
	público ou de interesse geral						
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade	X		X		45	
VII	Remunerações						
A.	Competência para a Determinação						
1.	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		45	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses	X		X		46	
3.	Apresentação de declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	X		X		46	
B.	Comissão de Fixação de Remunera.						
	Composição.	X		X		46	
C.	Estrutura das Remunerações						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		47	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X				48	Não aplicável
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X				48	Não aplicável
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X				48	Não aplicável
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	X				48	Não aplicável
6.	Regimes complementares de pensões.	X				48	Não existe qualquer situação deste tipo na empresa
D.	Divulgação das Remunerações						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		48	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	X				49	Não aplicável

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X				49	Não aplicável
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	X				49	Não aplicável
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade	X		X		49	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		50	
VIII	Transações com partes Relacionadas e Outras						
1.	Informação sobre as transações com partes relacionadas	X				50	Em 2016 não ocorreram quaisquer transações desta natureza
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		50	
IX	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		51	
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		54	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:	X		X		55	
X	Avaliação do Governo Societário						
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		61	
2.	Outras informações	X		X		61	
XI	Anexos ao RGS						
1.	Ata reunião do CA de aprovação do RGS	X		X		63	
2.	Relatório do CF	X		X		66	
3.	Declarações art.º 51º e 52º DL 133/2013	X		X		72	
4.	Ata reunião da AG, DUE ou Despacho com a aprovação por parte dos titulares da função accionista dos documentos de prestação de contas de 2015	X		X		96	

Capítulo IV. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1 - Objetivos de Gestão

- O acionista Estado não fixou objetivos de gestão a atingir pelo Conselho de Administração da APDL para o mandato em vigor (2014-2016).
- De seguida apresenta-se a aferição do cumprimento de algumas metas fixadas para o ano 2016 no Plano de Atividades e Orçamento (PAO 2016-2018), que foi submetido ao acionista, conforme o disposto no DL n.º 133/2013, de 3 de outubro:

Indicadores Económicos

Indicadores Económicos	2016	
	Previsão	Real
V.A.B. (em 1 000 €)	38 325	37 832
Cash-Flow (em 1 000 €)	27 231	32 606
Margem EBITDA (em %)	60,84%	60,27%
Margem EBIT (em %)	24,20%	13,25%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (em %)	2,12%	2,45%
ROACE (em %)	1,80%	1,09%

V.A.B. = Produção – (Custo Mat. Primas Consumidas + F.S.E.)

(Produção = Rendimentos Operacionais)

Cash-Flow = Resultados Líquidos + Depreciações

EBITDA= Resultados Operacionais + Depreciações

Margem EBITDA = EBITDA / Prestação de Serviços

EBIT = Resultados Operacionais

Margem EBIT = EBIT / Prestação de Serviços

Rentabilidade dos Capitais Próprios = Resultados Líquidos/Capitais Próprios

ROACE = EBIT * (1-Tax Rate) / (Média do Ativo - Média do Passivo Corrente)

Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	2016	
	Previsão	Real
Autonomia Financeira (Capital Próprio / Ativo Total)	0,79	0,76
Capacidade de Endividamento (Passivo Corrente / Passivo Total)	0,17	0,18
Solvabilidade (Capital Próprio / Passivo Total)	3,67	3,25
Liquidez (Ativo Corrente / Passivo Corrente)	1,58	3,16

Indicadores de Investimento

Indicadores de Investimento	2016		
	Previsão	Real	Grau de execução
Investimento total (em 1 000 €)	42 209	17 274	40,9%

Indicadores de Recursos Humanos

Quadro de pessoal	2016	
	Previsão	Real
Número total de RH (O.S.+ Dirigentes+ Efetivos)	267	264

Nível de Endividamento

Nível de Endividamento	2016	
	Previsão	Real
Endividamento total (em 1 000 €)	18 660	18 660

A APDL manteve o bom desempenho económico-financeiro que tem pautado a sua atividade nos últimos anos, encerrando o exercício de 2016 com um Resultado Líquido perto dos 9 milhões de euros. Contudo, a deterioração de alguns indicadores económicos e financeiros face à previsão constante do PAO 2016, resultou de factos não operacionais, ou seja, de índole fiscal e jurídica, dos quais se destaca o aumento das depreciações, pelas infraestruturas concluídas no final de 2015 e início de 2016 (nomeadamente, as da Plataforma Logística do Porto de Leixões), da mensuração da imparidade associada aos bens do Porto de Viana do Castelo e da Via navegável do Douro, ambas com uma imparidade de 100%. De facto estas duas recentes unidades de negócio influenciaram negativamente os resultados da APDL, nomeadamente com:

- Aumento dos gastos com Fornecimento e Serviços Externos, sobretudo, dragagens de manutenção em Viana do Castelo, e consultorias e serviços especializados na Via Navegável do Douro;
- Aumento do Ativo Fixo, com o conseqüente aumento das Depreciações e Amortizações associadas;
- Imparidade dos Ativos, sendo que nas atuais condições de exploração, o valor dos Ativos associados à exploração da Via Navegável do Douro e do Porto de Viana do Castelo, não serão recuperados pela empresa, a APDL registou uma imparidade de igual valor;
- Imparidade dos subsídios ao investimento das unidades do Porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro;
- Aumento das provisões para processos judiciais em cerca de 5,6M€.

2 - Gestão do Risco Financeiro

A APDL não tem contratualizado nenhum instrumento de gestão do risco financeiro.

Para os grandes investimentos atuais e futuros, a APDL diversifica as fontes de financiamento:

- Obtenção de subsídios comunitários para alavancar os seus investimentos;
- Utilização de fundos próprios resultantes da sua atividade de exploração;
- Através de um empréstimo do Banco Europeu de Investimento, no valor de 70 milhões de euros. Em outubro de 2011, a APDL procedeu ao primeiro e único desembolso à data no montante de 20 milhões de euros, tendo-se optado pelo regime de taxa fixa a 10 anos, a 2,54% ao ano. Em novembro de 2015 verificou-se a primeira amortização de capital utilizado no montante de 440m€.

Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Encargos Financeiros	0	109.953	555.722	565.500	555.500	565.389	535.361
Taxa Média de Financiamento	0,00%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%

3 – Limite do Acréscimo do Endividamento

Quanto à taxa de variação do endividamento remunerado, apresenta-se abaixo o cálculo da mesma. Como não se verificaram quaisquer realizações de capital, a variação do endividamento tem como variáveis exclusivamente os montantes do Financiamento Remunerado (FR) nos anos de 2015 e 2016:

Unid: euros

Passivo Remunerado	2013	2014	2015	2016	Δ Absoluta	Δ %
Passivo não corrente	20 000 000	19 560 000	18 660 000	17 720 000	-940 000	-5,04%
Financiamentos obtidos	20 000 000	19 560 000	18 660 000	17 720 000	-940 000	-5,04%
Passivo corrente	0	440 000	900 000	940 000	40 000	4,44%
Financiamentos obtidos	0	440 000	900 000	940 000	40 000	4,44%
Total Passivo Remunerado	20 000 000	20 000 000	19 560 000	18 660 000	-900 000	-4,60%

Variação do Endividamento = $(18.660.000 - 19.560.000) / 19.560.000 = -4,6\%$

Fórmula de Variação do Endividamento =

$$\frac{((FR_{n+1} - FR_n) + (\text{Aumento Capital por CC}_{n+1} + \text{Aumento Capital para SD}_{n+1} + \text{Aumento para CI}_{n+1}))}{(FR_n + \sum(2013 \text{ a } n) \text{ Aumento de Capital por CC} + \sum(2013 \text{ a } n) \text{ Aumento de Capital para SD} + \sum(2013 \text{ a } n) \text{ Aumento de Capital para CI})}$$

Em que:

FR_n – Financiamento Remunerado no Ano n

FR_{n+1} – Financiamento Remunerado no Ano n+1

$\sum(2013 \text{ a } n) \text{ Aumento de Capital por CC}$ = somatório dos Aumentos de Capital por Conversão de Créditos desde 2013 até ao ano n

$\sum(2013 \text{ a } n) \text{ Aumento de Capital para SD}$ = somatório dos Aumentos de Capital para Serviço da Dívida Remunerada (excluindo dívida à DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças) desde 2013 até ao ano n

$\sum(2013 \text{ a } n) \text{ Aumento de Capital para CI}$ = somatório dos Aumentos de Capital para Cobertura de Investimento desde 2013 até ao ano n

n = 2015

n+1 = 2016

4 - Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores

- a) Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009, de 13 de abril:

PMP	1ºT 2015	2ºT 2015	3ºT 2015	4ºT 2015	1ºT 2016	2ºT 2016	3ºT 2016	4ºT 2016	Var. 4ºT 2016/ 4ºT 2015 (dias)	Var. 4ºT 2016/ 4ºT 2015 (%)
PMP a Fornecedores (dias)	29	34	41	36	29	21	19	25	-11	-31%

Sublinha-se que, dezembro de 2016 apresenta um saldo em dívida a fornecedores muito elevado, advindo essencialmente da necessidade de especialização da despesa/investimento no ano da sua concretização, influenciando negativamente o saldo de fornecedores.

No quadro abaixo, elencam-se as faturas com os montantes materialmente mais relevantes que foram rececionadas na APDL apenas em janeiro de 2017 e que foram pagas dentro dos prazos previstos, permitindo assim corrigir um pouco esse crescimento.

Fornecedores	Valor líquido	Data da fatura	Data de receção da fatura na APDL	Data de pagamento da fatura	Pagamento em dias *
ALEXANDRE BARBOSA BORGES,SA	435 822,67 €	30/11/2016	04/01/2017	13/01/2017	9
ALEXANDRE BARBOSA BORGES,SA	311 638,07 €	23/12/2016	03/01/2017	06/01/2017	3
DST-DOMINGOS DA SILVA	243 910,76 €	23/12/2016	03/01/2017	02/02/2017	30
ALEXANDRE BARBOSA BORGES,SA	190 829,92 €	30/12/2016	09/01/2017	13/01/2017	4
TEIXEIRA DUARTE ENGENHARIA E	176 586,75 €	30/12/2016	11/01/2017	16/02/2017	36
ETERMAR ENGENHARIA E	150 849,85 €	30/12/2016	19/01/2017	16/02/2017	28
CILNET COMUNICAÇÕES E	111 135,20 €	21/12/2016	09/01/2017	19/01/2017	10
	1 620 773,22 €				

Deste modo, expurgando as faturas datadas de dezembro de 2016 com receção na APDL em janeiro de 2017, no montante total de 2.846.045€, conclui-se que a APDL apresenta em dezembro de 2016, o Prazo Médio de Pagamento de 25 dias.

- b) Mapa da posição a 31/12/2016 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio.

Os valores em mora há mais de 90 dias e há menos 360 dias, respeitam a faturas reclamadas pela APDL perante erros de faturação ou prestação de serviços “incompleta”. Os valores em mora inferiores a 90 dias apresentam atrasos de pagamento em média inferior a 15 dias. Nos primeiros meses de 2017, as situações foram ultrapassadas/solucionadas, tendo a APDL procedido ao pagamento devido.

Dos valores em mora há mais de 360 dias, e que à data de hoje se mantêm em aberto, destaca-se o montante de 29.409,69€ da Dourocais (a aguardar encontro de contas pois a entidade à data de 31/12/2016 deve à APDL o montante de 6.082.877,56€), bem como o montante de 31.459,50 € faturado pela empresa EDILAGES, Lda. relativo a custos relacionados com a realização dos trabalhos

solicitados e executados, decorrentes do acidente ocorrido em 12/04/2012, fatura esta que se encontra bloqueada para pagamento até que haja uma definição das responsabilidades do sinistro.

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de bens e serviços	414 535,02	504,30	420,66	48 392,50	77 925,99

5 - Resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista

Na última Assembleia Geral o Acionista recomendou que no ano 2016 fossem tidas em consideração as observações constantes do ponto 3.1 do relatório da UTAM nº 87/2016, de 12 de maio de 2016.

Nesse relatório de análise da UTAM, que respeitava ao Relatório de Governo Societário de 2015 (RGS 2015), foram emitidas duas recomendações, a primeira relativamente a um melhor aprofundamento por parte da empresa da informação constante no ponto VIII.1. e a segunda para cumprimento das recomendações incluídas nesse relatório de análise. Consideram-se cumpridas as recomendações da UTAM presentes no seu relatório, dado que o Relatório de Governo Societário 2016 foi complementado com informação adicional e objeto de publicação.

6 - Remunerações

Esta informação consta do Apêndice 1.

Refere-se, contudo, que a Empresa não aplicou as reduções remuneratórias previstas no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, uma vez que nos termos do nº 12 deste mesmo artigo, delas ter sido isenta por Despachos do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, que se mantiveram válidos para o exercício de 2015.

Foi enviado pela APP, um ofício à tutela sectorial (Ministério do Mar) manifestando a manutenção deste entendimento pelas administrações portuárias para o exercício de 2016.

7 - Artigo 32º do Estatuto do Gestor Público

Os membros do Conselho de Administração, ou de qualquer outro órgão social, não dispõem de cartão de crédito da empresa, nem lhes foram reembolsadas quaisquer despesas de representação de natureza pessoal.

8 - Despesas não documentadas

A APDL cumpriu com o disposto no n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, não tendo ocorrido a realização de quaisquer despesas não documentadas.

9 - Relatório sobre remunerações

A política remuneratória da empresa assenta no princípio da igualdade de tratamento independentemente do género, sendo o acesso e progressão nas respetivas carreiras profissionais determinado, exclusivamente, pelos fatores: tempo de serviço e avaliação do desempenho.

Sendo o setor portuário um setor que, historicamente, estava mais vocacionado para os homens, é natural que, ainda hoje, os colaboradores mais antigos, e por isso melhor remunerados nas respetivas carreiras, sejam homens.

Por outro lado, é de referir que sendo os serviços operacionais ligados à atividade marítima tradicionalmente ocupados por homens, designadamente, pilotos, mestres de tráfego local, motoristas marítimos e marinheiros, e sendo estes que têm as suas remunerações valorizadas pelo facto de estarem integrados em regimes especiais, designadamente, de trabalhos por turnos, as remunerações médias anuais dos homens são mais elevados do que das mulheres.

No entanto, não existe qualquer discriminação em função do género entre trabalhadores de igual categoria e antiguidade e, por outro lado, é de referir que 34,3 % das chefias são mulheres.

Remuneração global* média anual por Categoria Profissional	Mulheres	Homens
Quadros superiores	43 392,84 €	56 988,61 €
Quadros médios	31 600,21 €	37 581,01 €
Quadros intermédios		35 682,05 €
Profissionais altamente qualificados	23 571,92 €	29 468,21 €
Profissionais semi-qualificados		27 087,90 €
Profissionais não qualificados	17 868,07 €	18 396,65 €

10 - Relatório anual sobre prevenção da corrupção

Sobre o Relatório de Execução Anual - 2016, publicitado em:

http://www.apdl.pt/documents/10180/46025/Plano_integrado_mitigacao_risco_Fev2017.pdf/1578b1c4-bff9-46d3-be53-0f0b352bcdae), encontra-se em curso a sua monitorização, que contempla adicionalmente mais 31 ações ou medidas de prevenção/mitigação cuja distribuição por Unidade Orgânica é a seguinte:

A própria natureza de algumas das medidas de mitigação/prevenção requer um processo mais moroso na implementação e outras, como alternativa e face a custos de implementação, são substituídas por controlos complementares. Tais medidas de mitigação/prevenção são periodicamente plasmadas no Relatório de Acompanhamento Anual, priorizando da maior para a de menor relevância em termos de criticidade.

Desde o ano 2015 apresentou-se um ponto de situação geral de todas as oportunidades de melhoria e medidas de controlo/mitigação resultantes por um lado do Plano de Prevenção de Riscos, incluindo os Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas e por outro, das Auditorias Internas realizadas a diversas áreas da empresa. Anualmente são incrementadas novas medidas objeto de monitorização/acompanhamento até à sua implementação/resolução.

11 - Contratação Pública

A APDL cumpre com a aplicação do regime jurídico do Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, que Aprova o Código dos Contratos Públicos, e estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e ao regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo Retificado pela Declaração de Retificação nº 18-A/2008, de 28 de março, e, alterado pelos seguintes diplomas: Lei nº 59/2008, de 11 de setembro, Decreto-Lei n 223/2009, de 11 de setembro, Decreto-Lei nº278/2009, de 02 de

outubro, Lei nº 3/2010, de 27 de abril, Decreto-Lei nº 131/2010, de 14 de dezembro, Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro e DL nº 149/2012, de 12 de julho.

Em 2016 foram lançados através da Plataforma Eletrónica (VortalNEXT) os seguintes procedimentos:

- 04 Concursos Públicos;
- 10 Concursos Limitados por Prévia Qualificação;
- 65 Procedimentos no âmbito do disposto no artigo 13.º CCP – Setor dos Transportes (Contratação excluída do Código dos Contratos Públicos); e
- 98 Ajustes Diretos.

Foram ainda publicitados no portal da internet dedicado aos contratos públicos (base.gov.pt) a celebração de 165 contratos na sequência de ajustes diretos lançados pela APDL.

12 - Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A APDL aderiu como Entidade Voluntária ao SNCP através de contrato de adesão celebrado em 17/02/2012. Desta adesão, como entidade voluntária, em 2016 não concluiu qualquer processo de aquisição com recurso aos Acordos Quadro.

13 - Frota Automóvel

A APDL procurou dar cumprimento às orientações previstas nos artigos 31.º e 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2016 de 13 de abril, no que à frota automóvel diz respeito. No entanto, será de notar conforme se dará conta no ponto seguinte que, em relação aos encargos orçamentados para o ano de 2016, a APDL desencadeou os procedimentos conducentes ao pedido de excecionalidade previsto nos termos dos artigos mencionados, aquando da aprovação do PAO 2016, não tendo sido possível até ao momento obter o respetivo deferimento.

Contudo, através dos despachos n.ºs 888 e 889 exarados pelo Senhor Ministro das Finanças, datados de 19-12-2016, foi autorizada a exceção à aplicação da regra de abate, tendo peticionado pelo abate de 2 (duas) viaturas da sua Frota Automóvel e reforço da mesma em 4 (quatro). A operacionalização desta decisão será realizada em 2017 e fixará o número de veículos total afeto à Frota Automóvel da APDL em 51 (cinquenta e uma) viaturas – em 31/12/2016 o parque de viaturas era de 49 (quarenta e nove).

A APDL deu cumprimento às orientações do Ofício Circular nº 426, de 18.01.2012, designadamente no que concerne à celebração de acordos escritos com os trabalhadores que usufruem de utilização de viatura da empresa.

Em 2016 a APDL manteve como linha de orientação a restrição na aquisição de veículos novos, considerando a adequação às necessidades específicas dos serviços.

Foram revistas as tipologias dos veículos a adquirir e respetivos valores de aquisição, valores de renda ou aluguer mensal, de modo a reduzir substancialmente os custos associados.

Com vista ao desenvolvimento da componente de gestão de frota, estão centralizados os procedimentos de contratação de manutenção (o que leva a um maior controlo sobre todo o ciclo de vida do veículo e a redução dos respetivos custos de utilização), tendo para o efeito sido realizada nova revisão e aprovado internamente o Regulamento Interno de Uso de Viaturas da Frota Automóvel, datado de 18-02-2016.

14 - Medidas de Redução de Gastos Operacionais

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos gastos do Plano de Redução de Custos (PRC) da empresa, permitindo quantificar o impacto das medidas de redução de gastos operacionais previstas no n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março e do nº 3 do artigo 96º do Decreto-Lei n.º 18/2016 de 13 de abril.

Contudo, note-se que até 2014 os valores apresentados respeitam apenas à unidade de Leixões e a partir de 2015 já incluem as unidades de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro, que foram em 2015 incorporadas na APDL.

Estas incorporações do PVC e da VND, penalizaram a estrutura de gastos da empresa, não tendo tido ainda o mesmo impacto do lado das receitas. A somar aos gastos isolados de cada uma das unidades, juntou-se a necessidade de maiores deslocações dos quadros da empresa entre as unidades, particularmente dos quadros dirigentes e de outras chefias, e também a gastos associados à candidatura *Douro Inland Waterway*.

Esta nova realidade veio alterar o quadro de funcionamento da empresa e, de certa forma, inviabilizar a comparação com exercícios anteriores.

Unid: milhares de euros

PRC	Meta	2016	2015	2014	2010	2016/2015		2016/2010	
		Exec.	Exec.	Exec.	Exec.	Var. Abs.	Var. %	Var. Abs.	Var. %
(0) EBITDA		30 352	34 377	30 951	23 945	-4 025	-11,7%	6 407	26,8%
(1) CMVMC		1 252	1 284	1 352	833	-32	-2,5%	419	50,3%
(2) FSE		12 270	11 695	8 759	8 602	575	4,9%	3 668	42,6%
(3) Gastos com pessoal		13 473	12 465	10 902	12 184	1 008	8,1%	1 289	10,6%
(4) Indemnizações pagas por rescisão		0	0	0	166	0	-	-166	-100,0%
(5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias		692	0	0	0	692	-	692	-
(6) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)		26 303	25 445	21 013	21 453	858	3,4%	4 849	22,6%
(7) Volume de Negócios		50 359	50 518	46 903	42 968	-159	-0,3%	7 391	17,2%
(8) Peso dos gastos no VN = (6)/(7)		52,2%	50,4%	44,8%	49,9%	-	1,9 p.p.	-	2,3 p.p.
Deslocações/Estadas	= 2015	65	127	56	94	-62	-48,8%	-29	-30,9%
Ajudas de custo	= 2015	29	31	18	41	-2	-5,2%	-12	-29,5%
Comunicações	= 2015	111	84	77	107	27	31,8%	4	3,7%
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)		264	262	206	n.a.	2	0,8%	n.a.	n.a.
Nº Órgãos Sociais (OS)		10	10	9	n.a.	0	0,0%	n.a.	n.a.
Nº de Cargos de Direção (CD)		16	16	10	n.a.	0	0,0%	n.a.	n.a.
Nº Trabalhadores (sem OS e sem CD)		238	236	187	n.a.	2	0,8%	n.a.	n.a.
Nº de trabalhadores / Nº CD		16,5	16,4	20,6	n.a.			n.a.	n.a.
Viaturas									
Nº de Viaturas	< 2015	49	50	33	n.a.	-1	-2,0%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas	< 2015	305	267	263	n.a.	38	14,1%	n.a.	n.a.

O peso dos gastos operacionais (CMVMC, FSE e Pessoal) no volume de negócios atingiu em 2016, 52,2% agravando-se em 1,9 p.p. face ao ano anterior.

Esta deterioração ficou a dever-se em grande medida a gastos de consultorias e de publicidade e propaganda associados à candidatura DIW 2020 e que são objecto de comparticipação total por fundos comunitários e do Orçamento de Estado. Por outro lado, ao nível dos gastos com pessoal, expurgado o efeito da reposição salarial pelo descongelamento das progressões nas carreiras, o aumento verificado deveu-se às contratações de pessoal efectuadas e à necessidade de recurso a trabalho extraordinário para colmatar a falta de pessoal, essencialmente nos serviços operacionais de apoio ao navio.

No que diz respeito ao cumprimento das orientações contantes do número 1 do artigo 31º da Lei n.º 7-A/2016 e do número 3 do artigo 96º do DL nº 18/2016, a APDL reduziu em 2016 os gastos com deslocações e ajudas de custo, face a 2015. Por outro lado, a APDL aumentou os gastos com comunicações e com a frota automóvel.

No caso das comunicações, o aumento de 27 mil euros deveu-se a uma reclassificação contabilística de gastos de comunicações fixas dados do Porto de Viana do Castelo, que anteriormente estavam a ser contabilizados totalmente como conservação informática, atendendo a que estavam englobados num contrato global de fornecimento de equipamentos e comunicações. Assim, em 2016 foi efectuada a reclassificação da parte relativa aos gastos comunicações. Adicionalmente, em 2016 houve a necessidade incontornável de aumentar a oferta de serviços de comunicações, dadas as novas unidades de negócio PVC e VND, as novas infraestruturas de Leixões (Terminal de Cruzeiros e Plataforma Logística) e também para suportar as exigências atuais do negócio da empresa, o que naturalmente acarretou um aumento dos gastos de comunicações.

No que diz respeito à frota automóvel, a APDL registou um aumento dos gastos comparativamente a 2015 em 38 mil euros, o que se deveu essencialmente ao aumento dos gastos do *renting* (pelas novas viaturas que vieram substituir viaturas próprias) dos gastos de conservação e reparação e de combustíveis.

Acresce referir que, aquando da aprovação do PAO 2016-2018, foi solicitado a Suas Excelências a Ministra do Mar e o Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças um pedido de exceção ao cumprimento do estabelecido no nº 3, do artigo 96º do Decreto de Lei nº 18/2016 e ao cumprimento das orientações da DGTF quanto aos indicadores do EBITDA e do peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios, dado que a empresa se encontra num processo de reestruturação e aumento de actividade, não tendo sido possível até ao momento obter o respetivo deferimento.

15 - Princípio da Unidade de Tesouraria

A APDL tem todas as suas aplicações financeiras a prazo junto do Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., em cumprimento das normas legais fixadas. Contudo, no âmbito da sua gestão financeira corrente torna-se necessário manter algumas disponibilidades à ordem na Banca Comercial.

Assim, e nos termos previstos no número 1 do artigo 86º da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março, que aprovou o Orçamento de Estado 2016, conjugado com o nº 3 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro, a APDL solicitou a dispensa parcial do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, no sentido de lhe ser autorizada a manutenção das disponibilidades à ordem na Banca Comercial até ao limite de 10% do valor de recebimentos anuais de clientes. O pedido foi aprovado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, conforme Despacho n.º 579/16-SEATF de 23.06.2016.

O quadro abaixo evidencia as disponibilidades na Banca Comercial à data de 31/12/2016:

Banca Comercial	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, SA	206 016 €	84 616 €	113 958 €	29 787 €
BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA	631 102 €	474 074 €	930 304 €	671 121 €
NOVO BANCO, SA	2 543 067 €	2 307 696 €	2 903 685 €	982 839 €
CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL	122 461 €	295 415 €	187 613 €	53 787 €

Banca Comercial	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
BANCO BPI, SA	421 052 €	212 378 €	233 612 €	53 666 €
BANCO SANTANDER TOTTA, SA	75 969 €	151 689 €	53 747 €	41 155 €
TOTAL	3 999 668 €	3 525 868 €	4 422 919 €	1 832 355 €
Juros Auferidos*	0 €	0 €	0 €	0 €

*Todas as aplicações financeiras encontram-se junto do IGCP

16 - Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Em 2015 houve uma auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas (TdC) à APDL relacionada com Auditoria à Gestão, Monitorização e Fiscalização de Contratos de Concessão de Serviço Público no âmbito das Administrações Portuárias.

Dessa auditoria, resultou um relatório em 2016 com um conjunto de recomendações para um conjunto de entidades, entre as quais as Administrações Portuárias. Respeitando os prazos definidos a APDL remeteu ao TdC em julho de 2016 as medidas a implementar para dar cumprimento às recomendações, tendo em novembro de 2016 apresentado o ponto de situação relativo às medidas adotadas e resultados obtidos.

17 - Informação divulgada no site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	novembro 2016	
Caraterização da Empresa	S		
Função de tutela e accionista	S		
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
Identificação dos órgãos sociais	S		
Estatuto remuneratório fixado	S		
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
Apresentação das sínteses curriculares edos membros dos Órgãos Sociais	S		
Esforço Financeiro Público	S		
Ficha Síntese	S		
Informação Financeira histórica e atual	S		
Princípios de Bom Governo			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S		
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S		
Outras transacções	S		
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios			
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
Avaliação do cumprimento dos PBG	S		
Código de Ética	S		

Apêndice 1

Mesa da Assembleia-geral

Mandato (início-fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)- (2)+(3)
2014/2016	Presidente da Mesa	Associação Empresarial de Portugal	575,00	1150,00	0	n/a	1150,00
2014/2016	Secretário	Dr.ª Ana Paula Fernandes dos Santos Tita	375,00	1125,00	56,25	n/a	1068,75

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, e na Lei 159-A/2015, de 30 de novembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 27 de fevereiro.

Em 2016, a Assembleia-geral reuniu 3 vezes, tendo sido pagas 2 senhas de presença ao Presidente da Mesa e 3 senhas de presença ao Secretário.

Conselho Administração

Mandato (início-fim)	Cargo	Nome	Designação		OPLRO			Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade Pagadora	[O/D]	
2014/2016	PRESIDENTE C.A.	Eng.º Emílio Fernando Brògueira Dias	Deliberação A.G.	16/06/2014	Sim	APDL, S.A.	O	4
2014/2016	VOGAL C.A.	Dr. Amadeu Ferreira da Rocha	Deliberação A.G.	16/06/2014	Sim	APDL, S.A.	O	2
2014/2016	VOGAL C.A.	Dra. Raquel Sofia Guimarães de Matos Maia	Deliberação A.G.	16/06/2014	Não	APDL, S.A.	D	1
2014/2016	VOGAL C.A.	Dr. Alberto Fernando da Silva Santos	DUE	09/03/2015	Não	APDL, S.A.	D	1

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: OPLRO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	Identificar	Identificar	[Público / Privado]
Eng.º Emílio Fernando Brògueira Dias	APP – Associação dos Portos de Portugal	Presidente do Conselho Fiscal em representação da APDL	Publico
Eng.º Emílio Fernando Brògueira Dias	Oceano XXI – Cluster do Mar	Membro da Direção em representação da APDL	Publico
Eng.º Emílio Fernando Brògueira Dias	CERUP – Centro de Riscos da Universidade do Porto	Membro da Direção	Privado
Dr. Alberto Santos	APOR - Agência para a Modernização do Porto, SA	Vogal não executivo do Conselho de administração	Publico

Relatório de Gestão e Demonstrações financeiras - Exercício de 2016

Membro do Órgão de Administração	EGP			
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas representação
	S/N	[A/B/C]	Valor (mensal)	
Eng.º Emílio Fernando Brógueira Dias	S	B	4 864,34	1 945,74
Dr. Amadeu Ferreira da Rocha	S	B	3 891,47	1 556,59
Dra. Raquel Sofia Guimarães de Matos Maia	S	B	3 891,47	1 556,59
Dr. Alberto Fernando da Silva Santos	S	B	3 891,47	1 556,59

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual (€)					
	Variável	Fixa *	Bruto (1)	Redução Remuneratória 5% (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Eng.º Emílio Fernando Brógueira Dias (i)	0	91 449,64	98 139,05	4 906,95	n/a	93 232,10
Dr. Amadeu Ferreira da Rocha (i)	0	73 159,64	86 701,82	4 335,09	n/a	82 366,73
Dra. Raquel Sofia Guimarães de Matos Maia	0	73 159,64	73 159,77	3 657,99	n/a	69 501,78
Dr. Alberto Fernando da Silva Santos (ii)	0	73 159,64	73 159,77	3 657,99	n/a	69 501,78

Legenda: (*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

(i) Optou pelo vencimento auferido no lugar de origem

(ii) Foi nomeado em 9 de março de 2015

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 27 de fevereiro.

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais							
	Sub. Refeição		Regime proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Encargo Anual	Identificar	Encargo Anual E			Identificar	Encargo Anual Entidade
Eng.º Emílio Fernando Brógueira Dias	7,23	1301,40	ADSE	22 379,39	0	0	n/a	0
Dr. Amadeu Ferreira da Rocha	7,23	1496,61	ADSE	19 946,07	0	0	n/a	0
Dra. Raquel Sofia Guimarães de Matos Maia	4,27	862,54	ADSE	16 506,69	0	0	Sub. Estudos	425,00
Dr. Alberto Fernando da Silva Santos	4,27	1067,50	Seg. Social	16506,68	754,81	0	Sub. Estudos	415,00

Membro do Órgão de Administração	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng.º Emílio Fernando Brógueira Dias	80	327,08	
Dr. Amadeu Ferreira da Rocha	80	960,00	
Dra. Raquel Sofia Guimarães de Matos Maia	80	283,85	
Dr. Alberto Fernando da Silva Santos	80	48,64	

Membro do Órgão de Administração	Encargos com viaturas								
	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Valor Anual (€)	Prestações Contratuais Remanescentes
	S/N	S/N	(€)	Identificar					
Eng.º Emílio Fernando Brogueira Dias	S	N	57 173,64	Renting	2010	2017	842,09	10 105,08	3
Dr. Amadeu Ferreira da Rocha	S	N	55 673,24	Renting	2015	2019	666,66	7 999,92	12
Dra. Raquel Sofia Guimarães de Matos Maia	S	N	47 499,60	Renting	2013	2017	1 114,96	13 379,52	12
Dr. Alberto Fernando da Silva Santos	S	N	47 499,60	Renting	2013	2017	1 055,34	12 664,08	12

Membro do Órgão de Administração	Gastos anuais associados a viaturas (€)					Observações
	Plafond mensal definido para combustível	Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Eng.º Emílio Fernando Brogueira Dias	486,43	3859,35	1977,87	24,71	n/a	
Dr. Amadeu Ferreira da Rocha	389,15	1443,63	500,40	135,00	n/a	
Dra. Raquel Sofia Guimarães de Matos Maia	389,15	3136,70	1513,20	1009,29	n/a	
Dr. Alberto Fernando da Silva Santos	389,15	3 179,32	1000,00	238,42	n/a	

Membro do Órgão de Administração	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gastos com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
[€]	[€]	[€]	[€]	[€]	[€]	
Eng.º Emílio Fernando Brogueira Dias	2 043,97	4 753,87	1407,53	n/a	0	8 205,37
Dr. Amadeu Ferreira da Rocha	1 039,93	150,00	253,18	n/a	0	1 443,11
Dra. Raquel Sofia Guimarães de Matos Maia	3 035,71	799,21	1 414,01	n/a	0	5 248,93
Dr. Alberto Fernando da Silva Santos	85	0	0	n/a	0	85,00

Fiscalização

Mandato (início-fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (Mensal) €	Nº Mandatos
			Forma (1)	Data		
2014/2016	PRESIDENTE C.F.	Dr.ª Luísa Maria Rosário Roque	DUE	09/03/2015	1 362,01	2
2014/2016	VOGAL C.F.	Dr.ª Luísa Maria Teixeira Pisco	DUE	09/03/2015	1 021,51	2
2014/2016	VOGAL C.F.	Dr. Eduardo José Santos Clemente	DUE	09/03/2015	1 021,51	1
2014/2016	VOGAL SUPLENTE	Dra. Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares	DUE	09/03/2015	Não Aplicável	1

Nome	Remuneração Anual 2016			
	Bruto (1)	Redução Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Dr.ª Luísa Maria Rosário Roque	19 068,14	953,35	n/a	18 114,79
Dr.ª Luísa Maria Teixeira Pisco	14 301,14	715,11	n/a	13 586,03
Dr. Eduardo José Santos Clemente	14 301,14	715,11	n/a	13 586,03
Dra. Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares	Não Remunerado	Não Remunerado	n/a	n/a

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável

ROC/FU

Mandato (início-fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Nº Inscrição OROC	Nº Registo CMVN	Forma.(1)	Data Contrato		
2014/2016	ROC	PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS	183	9077	AG	19/06/2015	12	3

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) indicar AG/DUE/Despacho (D)

Relatório de Gestão e Demonstrações financeiras - Exercício de 2016

Nome	Valor anual contrato prestação serviços 2016 (€)				Valor anual serviços adicionais (€)				
	Valor (1)	Reduções (2)	Reversões (3)	Valor Final (4)=(1)+(2)+(3)	Identificação do serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Reversões (3)	Valor Final (4)=(1)+(2)+(3)
PRICEWATERHOUSE COOPERS & ASSOCIADOS	28 449,90	0	0	28 449,90	Projeto de fusão da APVC na APDL e atribuição à APDL da jurisdição portuária direta da Via Navegável do Douro	10 310,00	0	0	10 310,00
					Prestação de serviços no âmbito do apoio na elaboração e acompanhamento das candidaturas da APDL ao SIFIDE	17 262,00	0	0	17 262,00

Nota:1 Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 27 de fevereiro.

Nota 2 Aos honorários do ROC acrescem as despesas das taxas de serviços de supervisão, as despesas de comunicação e deslocação e outras incorridas no âmbito da prestação de serviço.

Apêndice 2

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão/Plano de Atividades e Orçamento:					
Objetivo 1			X	% de cumprimento	<p>No mandato em vigor, 2014-2016, não foram fixados pelo acionista Estado, objetivos de gestão e respetivas metas quantificadas a atingir pelo Conselho de Administração da APDL.</p> <p>No entanto, apesar de não terem sido fixados objetivos de gestão, a empresa aprovou um Plano de Atividades e Orçamento (PAO), que foi submetido ao acionista e aprovado, conforme o disposto no DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, que apresentava um conjunto de indicadores económicos e financeiros, os quais se apresentam no ponto 1 - Objetivos de Gestão no Capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais</p>
Princípios financeiros de referência					
Investimento		X		40,9%	O grau de execução do investimento previsto para 2016 ficou pelos 40,9%, o que se deveu essencialmente à menor capacidade de execução dos investimentos previstos para a Plataforma Logística do Porto de Leixões
Gastos com pessoal		X		2%	Os gastos com pessoal ficaram 2,0% acima do valor previsto no PAO 2016 o que ficou a dever-se sobretudo ao descongelamento das progressões na carreira
Etc.					

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Gestão do Risco Financeiro	X			Não aplicável	<p>A APDL não tem contratualizado nenhum instrumento de gestão do risco financeiro. Até ao final de 2016 não se concretizou nenhum desembolso adicional.</p> <p>Para os fortes investimentos atuais e futuros, a APDL conta com mais uma fonte de financiamento (para além da otimização da obtenção de subsídios comunitários para financiamento dos seus investimentos e a capacidade que demonstra na geração de fundos próprios com a sua atividade de exploração) assegurada pelo empréstimo do Banco Europeu de Investimento no valor de 70 milhões de euros. Em outubro de 2011, a APDL procedeu ao primeiro desembolso no montante de 20 milhões de euros, tendo-se optado pelo regime de taxa fixa a 10 anos, a 2,54% ao ano. Antes da concretização do pedido, a APDL ainda avaliou a hipótese de contratação de um instrumento de gestão do risco financeiro (IGRF) para cobertura da taxa de juro de financiamento do BEI, mas como o regime de taxa que veio a ser estabelecido foi o de taxa fixa, optou-se por não negociar nenhum instrumento de gestão de risco.</p>
Limites de Crescimento do Endividamento			X	Não aplicável	<p>Em 2011 a APDL contraiu um empréstimo junto do BEI até EUR 70 milhões para financiar investimentos estruturantes para desenvolvimento da atividade do Porto de Leixões, abrangendo a Construção da Plataforma Logística e do novo Terminal de Cruzeiros e ainda a aquisição de 2 Rebocadores de 60 tons. de tração. O empréstimo foi autorizado pelo Estado Português, enquanto acionista único da APDL, SA. Tendo apenas efetuado um desembolso de 20 milhões de euros em outubro de 2011, regista-se a 31/12/2016 um saldo do Passivo de Financiamento de 18.660.000 euros.</p>
Evolução do PMP a fornecedores	X			<p>Em 2016, o PMP por trimestres foi o seguinte: 1º trimestre – 29 dias 2º trimestre - 21 dias 3º trimestre - 19 dias 4º trimestre - 25 dias</p>	<p>A APDL reporta trimestralmente à DGTF o indicador do PMP, dando cumprimento às orientações emanadas pela RCM nº 34/2008.</p> <p>A evolução do indicador está retratada no Capítulo IV, mantendo-se o prazo abaixo dos 40 dias.</p>

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			Total de "Arrears" em 31 de dezembro 2016: 541.778,47€	A APDL reporta mensalmente à DGTF, através do SIRIEF, as dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011. Os atrasos nos pagamentos estão divulgados no portal da empresa e refletidos no Capítulo IV - Mapa da posição a 31/12/2016 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 maio, sendo que, todos os valores desse mapa estão reclamados pela APDL, que os considera indevidamente debitados.
Recomendações do acionista na aprovação de contas:	X				As Recomendações emitidas pelo Acionista na última Assembleia Geral foram devidamente atendidas.
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão			X	Não aplicável	
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	X			Total da Redução remuneratória em 2016: 16.558,02€	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	X			Total da Redução remuneratória em 2016: 2.383,57€ (CF)	
Auditor Externo - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016			X	Total da Redução remuneratória em 2016: 0 €	
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	X			Total da Redução remuneratória em 2016: 0 €	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38º da Lei 82-B/2014 prorrogada para 2016 pelo nº 1 do artigo 18º da Lei nº -A/2016 de 30 de março	X			Total da Redução remuneratória em 2016: 692 238,00€	Na sequência dos despachos do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013, de 05.06.2013, e do Secretário de Estado dos Transportes, de 07.06.2013, exarados na sequência dos ofícios da APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A. - de 27 de maio de 2013 os quais expressam o entendimento da não aplicabilidade das reduções remuneratórias aos trabalhadores das administrações portuárias Esta estimativa representa o impacto do encargo para a APDL da proibição das valorizações de carreiras até 1 de Julho de 2017.

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
<p>Artigo 32º e 33º do EGP</p> <p>Não utilização de cartões de crédito</p> <p>Não reembolso de despesas de representação pessoal</p> <p>Valor máximo das despesas associadas a comunicações</p> <p>Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço</p>			X X	Não aplicável Não aplicável	Não dispõe de cartões de crédito Não existiu
<p>Despesas não documentadas - nº 2 do artigo 16º do DL nº 133/2013</p> <p>Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais</p>	X				A APDL cumpriu com o disposto no n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de Outubro, não tendo ocorrido a realização de quaisquer despesas não documentadas.
<p>Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - nº2 da RCM nº18/2014</p> <p>Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens</p>	X			O Relatório de Diferenciação Salarial por Género foi elaborado em 2015 e está disponível em: http://www.apdl.pt/governo-sociedade	- -
<p>Elaboração e divulgação do Relatório anual sobre Prevenção da Corrupção</p> <p>Elaboração e divulgação do relatório anual</p>	X			http://www.apdl.pt/gestao-de-risco	
<p>Contratação Pública</p> <p>Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa</p> <p>Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas</p> <p>Contratos submetidos a visto prévio do TC</p>	X X		X		A APDL cumpre com a aplicação do regime jurídico do Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro Durante o ano de 2016 não foram celebrados quaisquer contratos de valor igual ou superior ao limiar de 5ME.

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Auditorias do Tribunal de Contas					
Recomendação 1			X		Em 2015 houve uma auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas (TdC) à APDL relacionada com Auditoria à Gestão, Monitorização e Fiscalização de Contratos de Concessão de Serviço Público no âmbito das Administrações Portuárias. Dessa auditoria, resultou um relatório em 2016 com um conjunto de recomendações para um conjunto de entidades, entre as quais as Administrações Portuárias. Respeitando os prazos definidos a APDL remeteu ao TdC em julho de 2016 as medidas a implementar para dar cumprimento às recomendações, tendo em novembro de 2016 apresentado o ponto de situação relativo às medidas adotadas e resultados obtidos.
Parque Automóvel					
Nº de viaturas	X			-1	O número de viaturas em 2016 reduziu-se face ao existente em 2015 (49 versus 50), embora através dos despachos n.ºs 888 e 889 exarados pelo Senhor Ministro das Finanças, datados de 19-12-2016, foi autorizada a exceção à aplicação da regra de abate, tendo peticionado pelo abate de 2 (duas) viaturas da sua Frota Automóvel e reforço da mesma em 4 (quatro). A operacionalização desta decisão será realizada em 2017 e fixará o número de veículos total afeto à Frota Automóvel da APDL em 51 (cinquenta e uma) viaturas.
Gastos com viaturas		X		14,10%	O gasto com viaturas em 2016 foi de 305 mil euros superior ao de 2015, que se fixou nos 267 mil euros.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61º da Lei nº 82-B/2014)	X			ver quadro Medidas de Redução de Gastos Operacionais no Capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais	Conforme já referido ao longo do relatório, não existe comparabilidade direta entre 2016 e 2015 com 2014, pois até 2014 a APDL cingia-se apenas ao Porto de Leixões, enquanto em 2015 passou a incluir adicionalmente o Porto de Viana do Castelo e a Via Navegável do Douro. Face a 2015 a APDL apresenta uma deterioração deste rácio, essencialmente pelos maiores gastos associados à candidatura DIW 2020.

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL nº 133/2013)	X				
Disponibilidades centralizadas no IGCP	X			96,6% de disponibilidades depositadas no IGCP em 31/12/2016	A APDL ainda detém disponibilidades na banca comercial privada para fazer face às operações diárias para as quais o sistema de homebanking do IGCP não permite satisfazer. Foi solicitado em 2016 a dispensa parcial, tendo a APDL obtido deferimento do pedido através do Despacho n.º 579/16-SEATF de 23.06.2016.
Disponibilidades centralizadas na Banca Comercial			X		
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			X		

Capítulo V. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

X
d
EJ

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2016

1. Introdução

Nos termos do mandato que nos foi conferido, por deliberação de 9 de março de 2015, e em cumprimento do disposto na alínea c) do artigo 16.º dos Estatutos da APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., (adiante designada por “Empresa” ou “APDL”), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, conjugado com o artigo 420.º, 451.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e ainda por força das competências do disposto no n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, cumpre-nos elaborar o Relatório Anual e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2016, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração da APDL, S.A.

A APDL em 2015, incorporou através do processo de fusão, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, a APVC - Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. e sucedeu ao Instituto da Mobilidade dos Transportes, I.P (IMT, I. P) na jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, flúvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, que alargou a gestão da empresa ao porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro.

A incorporação destas duas unidades de negócio na APDL, obrigaram a um esforço de ajustamento da organização à luz desta nova realidade, tendo-se refletido no ano de 2016.

2. Procedimentos de fiscalização

O Conselho Fiscal teve em conta, na sua análise, as normas constantes da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (Lei OE-2016), e as orientações emitidas através do ofício circular n.º 1269, de 27 de fevereiro de 2017.

No decurso do seu exercício, o Conselho Fiscal reuniu com o Conselho de Administração (CA) da APDL. Sempre que se justificou manteve contactos com os vários responsáveis da empresa, para a prestação dos esclarecimentos que considerou convenientes.

No âmbito da sua análise e verificações efetuadas, o Conselho Fiscal solicitou, e obteve, informação, documentação e esclarecimentos às diversas questões suscitadas.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 420.º do CSC, o Conselho Fiscal efetuou reuniões de trabalho com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela fiscalização das contas, tendo acompanhado o trabalho de auditoria efetuado por essa entidade e analisados os respetivos reportes apresentados.

Na realização do seu trabalho, durante o ano de 2016, o Conselho Fiscal obteve toda a cooperação necessária, quer por parte do Conselho de Administração e demais colaboradores da APDL, quer por parte do responsável pela revisão legal das contas.

Durante o ano de 2016, no decurso da sua atividade, procedeu à elaboração de três relatórios trimestrais para o acompanhamento da Sociedade, suportados nos trabalhos desenvolvidos pela Administração e pelo ROC, tendo sido dado conhecimento dos mesmos ao Conselho de Administração e ao Revisor Oficial de Contas da Sociedade. Para os devidos efeitos, o Conselho de Administração enviou ao acionista os respetivos relatórios.

No âmbito do processo de encerramento das contas do exercício de 2016, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e Contas, bem como os demais documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração, tendo procedido às verificações e obtido os esclarecimentos que entendeu por convenientes.

Analisou, ainda, o relatório adicional apresentado pela SROC – PricewaterhouseCoopers & Associados, em cumprimento do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 7 de setembro, do qual constam todos os requisitos legalmente exigidos, decorrente da auditoria referente às demonstrações financeiras do exercício findo de 31 de dezembro de 2016, sobre o qual foram debatidas as questões fundamentais.

Procedeu, também, à análise do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, elaborado em cumprimento do n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE, sobre o qual emitiu parecer autónomo.

3. Modelo de Governo Societário

O atual Conselho de Administração da APDL é composto por um presidente e três vogais, de acordo com o artigo 9.º dos Estatutos, na redação dada pela Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE), de 9 de março de 2015, proferida ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 8.º dos Estatutos.

Este órgão social intervém em toda a atividade estratégica, operacional e de controlo dos negócios da empresa, em linha com as orientações emitidas pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, em articulação com o membro do Governo responsável pelo setor de atividade.

A cada um dos Administradores encontram-se atribuídos pelouros, sendo da responsabilidade de cada um, apresentar propostas da sua esfera de competências, sendo as decisões tomadas em reunião de Conselho de Administração.

As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos expressos, gozando o Presidente, ou quem o substituir, de voto de qualidade, em sede de reunião de Conselho de Administração, encontrando-se as mesmas registadas em atas.

Ao vogal Dr. Amadeu Ferreira da Rocha foram atribuídas, através da Assembleia Geral, de 16 de junho de 2014, as competências previstas n.º 5 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que se consubstanciam na aprovação expressa de qualquer matéria cujo impacto financeiro na empresa seja superior a 1 % do ativo líquido, determinando a sua falta de anuência a submissão do assunto a deliberação da assembleia geral.

[Handwritten signature]

4. Apreciação do Relatório de Gestão e das Demonstrações Financeiras

O ano de 2016 ficou marcado pela consolidação do processo de integração da Via Navegável do Douro (VND), bem como pela incorporação do Porto de Viana do Castelo, que ocorreu em 2015, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, que para além do ajustamento que foi necessário efetuar ao nível da organização, tendo em vista responder à nova realidade da APDL, tem de se considerar o efeito económico-financeiro da atividade, sempre que se efetuam comparabilidades com anos anteriores.

Do Relatório de Gestão e Contas de 2016, evidenciam-se os seguintes aspetos:

- Ao nível da atividade desenvolvida, houve uma quebra global de 2,7% face ao ano anterior, tendo-se invertido a tendência de crescimentos dos últimos anos, em resultado da diminuição ocorrida nos granéis líquidos, justificada essencialmente pela paragem do Terminal Oceânico de Leixões (monobóia) para manutenção. Refira-se que, existiu um crescimento na maior parte dos segmentos de mercados cais comerciais, designadamente na carga Ro-Ro, com um crescimento de 22,5%, na carga contentorizada, com um incremento de 6,6% e uma representatividade de 34,9%, e na carga geral fracionada uma subida de 4,5%, face ao ano transato. Para esta realização, o porto de Leixões contribuiu com cerca de 18,3 milhões de toneladas, contribuindo com 97,7% do tráfego de mercadorias. Já o porto de Viana do Castelo teve um decréscimo de 9,5%, posicionando-se nas 391 mil toneladas, enquanto a Via Navegável do Douro (VND) manteve praticamente o mesmo nível de mercadorias transportadas.

Movimento	Unid.	2016	2015	Var. Absol.	Var. %
Mercadorias					
Porto Leixões	M. Ton.	18.315	18.792	- 477	-2,5%
Porto Viana	M. Ton.	391	432	- 41	-9,5%
Via Navegável Douro	M. Ton.	32	32	-	0,0%
TOTAL	M. Ton.	18.738	19.256	- 518	-2,7%

Já quanto aos navios que escalaram o Porto de Leixões registaram igualmente uma diminuição na sua frequência de 0,6%, posicionando-se nos 2.697 escalas/navios, a que se junta a redução operada na arqueação bruta de 6,7%, representando 32,8 milhões de GT.

O mercado de cruzeiros é uma unidade de negócio relativamente nova para o porto de Leixões e, ainda, com pouco valor acrescentado, situou-se em 2016 nos 71,8 mil passageiros, representando uma diminuição de 9,2%, enquanto a VND, cujo principal potencial é a navegação marítimo-turística, movimentou 946,7 mil passageiros, representando um crescimento de 31,3%, caracterizado pelo seu melhor ano de sempre, tendo esta área de negócio também um impacto indireto positivo na economia local.

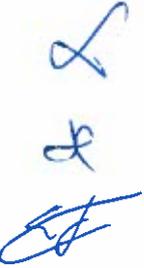
- O valor dos investimentos da APDL ascendeu em 2016 a 17,5 M€ representando um aumento de 26% em relação ao ano anterior, do qual 70,7% foi absorvido pelo porto de Leixões sendo que a Plataforma Logística absorveu 45,6% (5,6 M€). Do total do investimento, cerca de 73% foi financiado por recursos próprios, 17,6% com recurso a verbas do orçamento de Estado e os restantes 9,5% com fundos comunitários.

- Do ponto de vista económico, verificou-se uma quebra no volume de negócios em cerca de 0,3%, impulsionado pela diminuição registada na atividade, conforme acima evidenciado.
- O EBITDA apresenta, igualmente, uma variação negativa de 11,7% (- 4 M€), resultante do efeito conjugado, por um lado a diminuição na receita gerada pela APDL, e por outro dos aumentos registados nos gastos em consultoria e publicidade, associados à candidatura DIW 2020 e com o pessoal, em resultado do efeito da reposição salarial pelo descongelamento das progressões nas carreiras, das novas contratações e a necessidade de recurso a trabalho extraordinário operacional, para colmatar as carências da falta de pessoal nos serviços de apoio ao navio.
- Os resultados financeiros indicam um valor negativo de 463,3 m€, em consequência da diminuição da remuneração das disponibilidades e da manutenção dos gastos de financiamento relativos ao desembolso de 20 M€ do empréstimo BEI, os quais não são na totalidade cobertos pelos juros provenientes das aplicações de tesouraria efetuados junto do IGCP, atentas as reduzidas taxas de remuneração no âmbito do CEDIC'S.
- Ao nível da situação patrimonial da APDL, o ativo apresenta um crescimento de 15,3 M€ face a 2015, o que significa um aumento de 3,3%, suportado pelo reforço do ativo não corrente em 2,1%, cujos efeitos determinantes resultam da reavaliação fiscal do ativo fixo tangível e propriedades de investimento, e pelo incremento do ativo não corrente em 12,1%, essencialmente pelas rubricas das disponibilidades imediatas em + 8,3 M€, e pelos ativos por impostos diferidos em + 10 M€, devido ao efeito da reavaliação fiscal referenciada. O reforço do capital próprio em 4,4 M€, é o resultado dos ganhos obtidos da atividade, pese embora tenha existido um aumento do passivo em 10,7% (+10,9 M€), sobretudo pelo reforço da provisão constituída para processos judiciais (5,6 M€), pela contrapartida dos ativos das concessões registada em diferimentos (2,3 M€). A APDL continua a pautar-se por um nível de desempenho económico e financeiro elevado, caracterizado por uma autonomia financeira de 76%, assim como uma capacidade para solver os seus compromissos traduzida numa solvabilidade 325%.

5. Avaliação do cumprimento das instruções emanadas pelo acionista

No âmbito do artigo 420.º do CSC, tanto quanto é do nosso conhecimento e tendo por base os controlos efetuados pelo ROC e as reuniões efetuadas com a administração, a APDL deu cumprimento às obrigações legais vigentes para o SEE previstas na Lei n.º 7-A (LOE/2016), de 30 de março, com exceção das reduções remuneratórias, que ao abrigo dos despachos dos Senhores SEAP n.º 1695/2013, de 5 de junho e SEOPTC de 7 de junho, tendo sido remetido pela APP - Associação dos Portos Portugueses, um ofício, à tutela setorial (Ministério do Mar), a solicitar a manutenção daquela exceção, pelas administrações portuárias, para o exercício de 2016.

Não foram contratualizados objetivos de gestão com os atuais membros do Conselho de Administração da APDL, eleitos para o triénio 2014-2016, pese embora o estabelecido no artigo 18.º do Estatuto do Gestor Público. Não obstante, tal facto, a empresa fixou para o ano de 2016, no seu Plano de Atividades e Orçamento 2016-2018, alguns objetivos, sobre os quais aferiu o seu grau de cumprimento.



A APDL contratou em 7 de junho de 2011, um empréstimo BEI, com garantia do Estado Português, até ao montante de 70 M€, do qual apenas foi utilizada a verba de 20 M€, em regime de taxa fixa a 10 anos (2,54% ano), com o objetivo de financiar os grandes projetos de investimento. Em outubro de 2011, a APDL procedeu ao primeiro desembolso no montante de 20 M€, único desembolso até à data, tendo em 2015 efetuado a primeira amortização de capital no valor de 440 m€. Nesta circunstância, o passivo remunerado reduziu-se em 4,6%, cumprindo com o princípio dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2016 (+3%) estabelecidos na LOE/2016.

De acordo com o estabelecido na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, e do despacho n.º 9870/2009, de 23 de abril, o prazo médio de pagamentos apresentado pela APDL, em 31 de Dezembro de 2016, era de 25 dias, o que representa uma diminuição de 11 dias quando comparado com os 36 dias registados no exercício de 2015.

Em relação aos atrasos nos pagamentos a mais de 90 dias, a APDL apresenta o valor de aproximadamente de 127,2 m€, sendo que, 77,9 m€ reportam a mais de 360 dias, encontrando-se este montante, na sua totalidade, reclamado pela empresa, pelo facto, de os considerar como indevidos.

A APDL cumpriu com todas as suas obrigações de divulgação e de prestação de informação, designadamente o envio dos relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos pareceres do órgão de fiscalização.

Ao nível da gestão do risco financeiro, salienta-se que a APDL não tem contratualizado nenhum instrumento de gestão do risco financeiro. Para os investimentos atuais e futuros, a empresa tem assegurado um empréstimo BEI no valor de 70 M€, conforme acima referido. A par deste financiamento, a empresa adota uma política de otimização na obtenção de participação comunitária e da utilização de capital próprio decorrente da atividade de exploração, diversificando assim as fontes de financiamento.

Ao nível da contratação pública a empresa cumpre as orientações definidas, tendo em 2016, lançado através da Plataforma Eletrónica, 4 concursos públicos, 10 concursos limitados com prévia qualificação, e ainda 65 ajustes diretos, que foram objeto de publicitação no portal da internet dedicado aos contratos públicos.

A APDL aderiu como entidade voluntária, em fevereiro de 2012, ao Sistema Nacional de Compras Públicas, não tendo em 2016, formalizado qualquer contrato de aquisição, com recurso aos Acordos Quadro.

Quanto à orientação superior prevista nos artigos 31.º e 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2016 de 13 de abril, relativos à frota automóvel, a APDL solicitou a exceção daqueles artigos, não tendo até ao momento, obtido, resposta ao seu pedido. Contudo, pelos Despachos n.ºs 888 e 889, exarados pelo Ministro das Finanças, de 19 de dezembro de 2016, foi autorizada a exceção à aplicação da regra de abate, permitindo assim, integrar no seu parque automóvel, 4 (quatro) viaturas e abater apenas 2 (duas) o que permitirá passar das 49 viaturas para 51, situação, cuja operacionalização só se fará no ano de 2017, não tendo este ano, sido possível, reduzir os gastos com viaturas, pelo que se aumentou em 38m€ os gastos desta natureza em 2016, quando comparado com o ano anterior.

No âmbito das medidas estabelecidas na LOE/2016 sobre o cumprimento da redução de gastos operacionais, considerando que se trata de uma empresa com EBITDA positivo, dever-se-ia assegurar a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios. Ora, o que se verificou foi um agravamento deste indicador de 1,99 p.p. face ao ano anterior, em resultado da integração do porto de Viana do Castelo e da VND que provocou um agravamento na estrutura de gastos sem compensação no volume de negócios, dado que estas unidades de negócios são deficitárias, situação que ainda não se conseguiu inverter, agravada, no ano de 2016, pelos gastos de consultorias e de publicidade e propaganda associados à candidatura DIW 2020, bem como, pelos gastos com o pessoal, com a reposição salarial pelo descongelamento das carreiras, contratações de pessoal e pela necessidade de recurso a trabalho extraordinário.

Da mesma forma, o limite estabelecido para os gastos com comunicações, registou, em 2016, um agravamento quando comparado com o último ano, que se deve, em grande medida, à reclassificação contabilística de gastos de comunicações fixas de dados, do Porto de Viana do Castelo, que estavam a ser contabilizados em conservação informática. Por outro lado, as comunicações foram ainda influenciadas pelas novas unidades de negócio, Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, o que, no total, somam mais 27m€, relativamente ao ano de 2015.

Quanto ao número de trabalhadores, a empresa, após a entrada do PVC e da VND, estabilizou o seu número, em 264 trabalhadores, menos 3 do que se encontrava previsto no Plano de Atividades e Orçamento para o triénio de 2016-2018.

Sobre o Princípio da Unidade de Tesouraria, a APDL solicitou, em 2016, o pedido de autorização de dispensa parcial, por forma a poder dispor de alguns recursos da banca comercial, tendo em vista efetuar a gestão financeira corrente, sem colocar em causa, os sistemas de segurança impostos à empresa, face às limitações existentes do IGCP. Neste âmbito, a APDL dispôs na banca comercial do montante de 1,832 M€ de disponibilidades em contas de depósitos à ordem, representando estas cerca de 3,4% do total das disponibilidades. Esta necessidade é justificada quer pela impossibilidade de obter autorização de débito direto através do homebanking do IGCP (sistema de pagamentos do IGCP é diferente do da banca comercial), quer para poder obter as garantias bancárias prestadas a Tribunais e Entidades Oficiais exigidas no âmbito de alguns projetos de investimento, designadamente o processo de expropriação de terrenos para a construção da Plataforma Logística de Leixões. Esta dispensa parcial foi objeto de sancionamento superior através do despacho n.º 579/16-SEATF, de 23/06/2016. Esta questão foi verificada pela SROC, conforme consta do Relatório adicional ao Órgão de Fiscal elaborado em cumprimento do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 7 de setembro.

6. Parecer

Os documentos de prestação de contas foram auditados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nomeada pela Assembleia Geral, a qual emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas, cujo teor este órgão expressa a sua concordância, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2016 reflete claramente a atividade da empresa ao longo do ano e a sua evolução económica e financeira face ao período homólogo, evidenciando os factos mais relevantes.

Face ao exposto, somos de parecer que:

- a) Seja aprovado o Relatório de Gestão, bem como os demais documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2016, apresentado pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no montante de 8.924.445,54 €, dado que ela se encontra em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, sendo proposto ao acionista:

Resultado líquido	8.924.445,54 €
<ul style="list-style-type: none"> • Reserva de Ativos das concessões (não distribuível) • Reserva de reavaliação fiscal 	<ul style="list-style-type: none"> -1.092.888,39 € -4.682.657,25 €
Resultado líquido disponível	3.148.899,90 €
<ul style="list-style-type: none"> • Reserva de investimento 	3.148.899,90 €

Considerando que do lucro líquido apurado, existem duas reservas em que não é possível efetuar distribuição de dividendos, a primeira porque resulta de ativos das concessões, em face da política contabilística adotada, tendo por base o parecer da Comissão de Normalização Contabilística, e a segunda decorrente do reconhecimento da reserva de reavaliação fiscal, no âmbito do regime facultativo previsto no DL n.º 66/2016, de 3 de novembro, parece razoável quer a parte remanescente correspondente a 3.148.899,90 €, seja direcionada ao investimento, em razão dos desafios que se colocam à empresa, atendendo às linhas de orientações estratégicas no sentido de impulsionar o investimento, concretamente os projetos da Plataforma Logística de Leixões, já em curso, e do Novo Terminal de Contentores de Leixões, em fase de estudos.

- c) Se proceda à apreciação geral da administração e da fiscalização, nos termos previstos no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Em, 14 de março de 2017.

A Presidente do Conselho Fiscal,



(Luísa Maria do Rosário Roque)

A Vogal do Conselho Fiscal,



(Luísa Maria Teixeira Pisco)

O Vogal do Conselho Fiscal,



(Eduardo José Dos Santos Clemente)

Capítulo VI. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 476.519.099 euros e um total de capital próprio de 364.333.547 euros, incluindo um resultado líquido de 8.924.446 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

O valor da imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis reconhecido em 31 de dezembro de 2016 ascende a 93.148.789 euros. Consulte as Notas 4.6 e 9 (Anexo às contas).

No final de cada exercício, a Empresa avalia a eventual existência de indícios endógenos ou exógenos que possam originar imparidade nestes ativos de forma a verificar se as alterações ocorridas ou os indícios existentes indiquem que o ativo possa não ser integral ou parcialmente recuperado.

O modelo de avaliação utilizado é o “Discount Cash Flow”. No âmbito do cálculo do “Discount Cash Flow”, a gestão incorpora julgamentos baseados em pressupostos sobre projeções, nomeadamente no que respeita a, cash flows futuros, taxa de crescimento incluída na perpetuidade, bem como a taxa de desconto a aplicar.

Alterações nos juízos de valor e nas estimativas podem resultar em ajustamentos relevantes nas demonstrações financeiras, existindo o risco de o valor de ativos fixos tangíveis ser diferente do reconhecido contabilisticamente.

Esta foi uma das áreas que mereceu a nossa especial atenção, na medida em que estes ativos representam cerca de 70% do ativo total da APDL.

Provisões para litígios

O valor das provisões para litígios reconhecido ascende a 13.045.831 euros. Consulte as Notas 4.17, 4.21, 23 e 40 (Anexo às contas).

Dedicámos especial atenção à análise dos litígios na medida em que estão a decorrer diversos processos judiciais entre a APDL e outras entidades, sendo que em alguns casos os

- Analisámos os controlos relevantes no processo de avaliação da recuperabilidade de ativos fixos tangíveis;

- Obtivemos o modelo de avaliação usado para determinação do valor de uso (cash flows futuros descontados) de cada unidade geradora de caixa aprovado pelo Conselho de Administração e analisamos a sua adequacidade;

- Questionámos o Conselho de Administração sobre a razoabilidade dos pressupostos utilizados e procedemos à apreciação dos mesmos tendo em consideração a “performance” histórica e as perspetivas de evolução do setor;

- Analisámos (i) os cálculos efetuados bem como os testes de sensibilidade a variações significativas do modelo e (ii) da eventual necessidade de reforço ou da reversão da imparidade; e

- Apreciámos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras tendo por referência o normativo contabilístico aplicável.

Face à relevância dos valores envolvidos e dos julgamentos requeridos à Administração, analisamos as situações litigiosas mais significativas e procurámos obter provas de auditoria adequadas às circunstâncias. Para tal:

- Obtivemos do departamento jurídico da empresa a lista dos processos judiciais existentes e informação sobre a sua situação atual;

Matérias relevantes de auditoria

potenciais valores envolvidos são relevantes. Dependendo do grau de probabilidade de sucesso em cada um dos processos, são reconhecidas provisões ou divulgados passivos contingentes no anexo das demonstrações financeiras.

Dado que o resultado final de cada processo depende da decisão dos tribunais, existe o risco de o valor reconhecido de provisões nas demonstrações financeiras poder ser diferente do que vier a ser decidido pelos tribunais.

Síntese da abordagem de auditoria

- Solicitámos a todos os advogados externos com quem a APDL trabalha informações dos processos em que se encontram envolvidos e a sua situação processual, tendo procedido à análise das respostas obtidas;

- Discutimos com os responsáveis jurídicos internos e com a Administração as suas expectativas acerca dos principais processos, incluindo, quando apropriado, as bases e fundamentos para a constituição das provisões mais significativas; e

- Analisámos a adequação das provisões registadas e das divulgações, bem como dos Passivos Contingentes (tendo por base o normativo contabilístico aplicável - NCRF 13), tendo em consideração as discussões efetuadas com os responsáveis e Administração da APDL.

- Conforme evidenciado no Anexo às demonstrações financeiras, o resultado final destes litígios está dependente da evolução futura do contencioso jurídico e, consequentemente, o cálculo das provisões está sujeito a um elevado fator de incerteza.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

hM

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 19 de abril de 2005 para um mandato compreendido entre 2005 e 2007, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação/eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 19 de junho de 2015 para o mandato compreendido entre 2014 e 2016.

b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

HM

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao Conselho Fiscal da Entidade em 14 de março de 2017.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Porto, 14 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.